

MAYRA RÚBIA GARCIA

A PRINCESA INFANTA JOANA

(1452 – 1490)

Goiânia

2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

A PRINCESA INFANTA JOANA

(1452 – 1490)

MAYRA RÚBIA GARCIA

ORIENTADORA: Profa. Dra. DULCE O. AMARANTE DOS SANTOS

**Goiânia
2003**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

A PRINCESA INFANTA JOANA

(1452 – 1490)

MAYRA RÚBIA GARCIA

ORIENTADORA: Profa. Dra. DULCE O. AMARANTE DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Goiânia
2003

A PRINCESA INFANTA JOANA
(1452 – 1490)

MAYRA RÚBIA GARCIA

Dissertação defendida e aprovada em _____ de 2003,
pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos
(orientadora)

Profa. Dra. Maria Eurydice de Barros Ribeiro (UnB)

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves

Profa. Dra. Heliane Prudente Nunes
(Suplente)

*Aos **meus pais**, responsáveis pelas minhas conquistas, vitórias e realizações.*

*À minha avó **Cotinha** e meu afilhado **Hygor**, entes que tenho grande afeição.*

*Ao **Moço Bonito**, pela atenciosidade, carinho e cumplicidade.*

AGRADECIMENTOS

Aos **meus pais** Antônio Henrique Garcia e Iara Lúcia Garcia, não só por este momento da minha vida, mas por tudo o que sou.

A professora Dulce, pela excelente disposição, paciência e orientação. Pelas intervenções que me fizeram crescer na carreira acadêmica.

As professoras Teresinha Maria Duarte, Ana Teresa M. Gonçalves e Manuela Mendonça que contribuíram para a realização e deram sugestões para essa pesquisa.

Ao povo português pela grande receptividade e disposição, principalmente aos funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa, Torre do Tombo e Museu Regional de Aveiro.

A toda minha família: irmãos, tios, tias, primos e primas...

Aos novos amigos e amigos de longa data...

“Também importa lembrar as mulheres reclusas em conventos e recolhimentos que conseguiram reverter alguns dos propósitos punitivos e supostamente opressivos destas instituições. Não poucas perceberam que ali se desenhava a possibilidade de uma vida autônoma, frente aos rigores da família e da sociedade, inclusive permitindo o exercício do poder...”

Rachel Soihet

SUMÁRIO DAS FIGURAS

Figura 1. Organograma da Dinastia de Avis	24
Figura 2. Assinatura de D. Joana	52
Figura 3. Retábulo da Princesa D. Joana	72
Figura 4. Painéis de São Vicente de Fora	77
Figura 5. Carta de doação de D. Joana ao Mosteiro de Jesus de Aveiro	110
Figura 6. Mapa de Portugal	133
Figura 7. Fotografia do túmulo de D. Joana	161

SUMÁRIO

Introdução	11
-------------------------	-----------

Primeira Parte

A Princesa Infanta Joana no meio palaciano

1. A corte e o poder	21
2. A formação de uma Princesa de Avis	25
3. Ambiente cortesão e a Casa da Rainha	29
4. Papel político de uma Princesa Jurada	44
5. As políticas de casamento	53
6. Iconografia da Princesa	71
7. A religiosidade da Princesa	80

Segunda Parte

A Princesa Joana no Mosteiro Dominicano de Jesus de Aveiro

1. A Igreja Católica quatrocentrista	87
2. Perfil da religiosidade portuguesa: os dominicanos em Portugal	90
3. Os mosteiros femininos em Portugal	101
4. Mosteiro de Jesus de Aveiro	104
5. Quotidiano e a Regra de Santo Agostinho em Aveiro	114
6. Entrada de D. Joana na vida religiosa	127
7. Empecilhos para a profissão de votos de uma Princesa	138
8. 1490 – Falecimento de D. Joana	148

Considerações finais	164
-----------------------------------	------------

Referências	171
--------------------------	------------

Fontes Impressas	176
-------------------------------	------------

RESUMO

O presente trabalho é o primeiro estudo, sob um viés historiográfico, da Princesa Infanta Joana de Portugal (1452 – 1490). O objetivo é a construção de uma personagem no baixo medievo da dinastia de Avis.

Da corte para o Mosteiro de Jesus de Aveiro, D. Joana, como Princesa Jurada do Reino Português, opta pelo não casamento. Esse é o ponto central deste trabalho que tenta analisar a opção de D. Joana por um mosteiro mendicante.

Por meio de fontes dos séculos XV e XVI, documentos e iconografias, e de uma vasta bibliografia buscou-se construir uma história de gênero que rompe com a tradicional visão de que a mulher na Idade Média sempre foi conduzida pelo meio.

Introdução

Desde os primeiros passos acompanho, como pesquisadora, a Ordem Dominicana e, com fascinação, a Idade Média. Iniciei este minucioso estudo pela fundação da Ordem de São Domingos, percorrendo o caminho dos primeiros dominicanos no Brasil e, na sequência interessei-me por um estudo de caso: Joana, Princesa da dinastia de Avis, dos fins do século XV, que se interessou pela Ordem, e acompanhou por toda a sua vida, direta ou indiretamente.

Sobre D. Joana – tanto a Princesa como a religiosa digna de canonização em 1965 - muitas obras foram escritas, porém nenhuma delas com viés historiográfico. O que se tem são romances, literatura e hagiografias sobre ela, todas baseadas ou permeadas pela exaltação da Princesa como religiosa, sem um filtro historiográfico. Toda essa bibliografia foi escrita por religiosos da Ordem Dominicana, quando não, por literatos e/ou romancistas. Mas nenhum historiador se interessou ou mesmo se propôs ainda a trabalhar o tema. E mesmo sob a perspectiva da história é importante deixar claro como será tratado o objeto de estudo desta pesquisa.

A biografia, considerada durante muito tempo como modelo da história tradicional, mais sensível à cronologia e aos grandes homens, retomou grande fôlego, sob um viés totalmente diferenciado, com a Nova História. Os historiadores atuais a vêem como uma restauração do papel dos indivíduos na construção dos laços sociais, como se fossem várias teias se entrecruzando e construindo o processo histórico. Metodologicamente, essa mudança significa o recuo da história quantitativa e serial e o

avanço dos estudos de caso e da micro-história. Ginzburg¹ afirma que a escolha de uma personagem para pesquisa só tem razão de ser quando serve para iluminar aspectos de um momento histórico mais amplo. Daí a perspectiva que toma a micro-história.

O biógrafo sério tem por obrigação reunir o maior número de informações e conhecimentos sobre seu personagem histórico. Então, ao tentar analisar a trajetória de vida de uma Princesa, posteriormente santificada, e todos os seus encargos políticos, sociais e econômicos, de acordo com o contexto da época, não fugirei dessa obrigação. Tenho que me informar para melhor compreendê-la e inseri-la como mulher no contexto socio-histórico da época, pois segundo Jean Orieux, a “informação é fundamental” em uma biografia².

Muitos biógrafos buscam resgatar facetas diferenciadas dos personagens enfocados e não apenas, como nos trabalhos tradicionais, sua vida pública e os feitos notáveis. Assim, emergem em seus textos, dentre outros aspectos, os sentimentos, o inconsciente, a cultura, a dimensão privada e o quotidiano.³

Mas o que pretendo aqui não é apenas realizar uma pesquisa que resulte em uma biografia tradicional com viés literário. O intuito é fazer uma análise aprofundada de uma personagem histórica da dinastia de Avis, que foi contra os princípios gerais de comportamento estabelecidos para uma mulher da família régia no baixo medievo. A pesquisa, portanto, não se reduz apenas a uma simples narrativa da vida da Princesa Infanta; é bem mais ampla que isto. Trata-se de um meio eficaz para se construir um tipo de narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um

¹ GINZBURG, Carlo. *A micro – história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

² ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. IN: DUBY, Georges. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1989. p. 34.

indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter, conforme o ponto de vista e as épocas.⁴

De modo sintomático, a própria complexidade da identidade, sua formação progressiva e não-linear, e suas contradições tornaram-se protagonistas da problemática da construção da personalidade⁵ (uma análise de sua vida) de D. Joana, considerando que um personagem histórico possui várias faces⁶.

Assim, o afastamento cronológico me permite ver e compreender com mais complexidade essas várias facetas dessa personagem, pois foram recolhidos todos os testemunhos de que se tem conhecimento, daqueles que a conheceram e a julgaram, também foram consultados como fontes,⁷ o *Memorial* de Margarida Pinheiro e as Crônicas Régias que se referem à Princesa, além de uma vasta bibliografia feita por autores que a apreciaram.

A base de todo trabalho histórico é constituída pelas fontes manuscritas e impressas. Com relação a estas últimas, foi possível reunir um conjunto bastante significativo de fontes. Creio, apesar das dificuldades, ter reunido as fontes de maior interesse e valor, tanto no que se refere às vicissitudes históricas do Mosteiro e aos principais personagens que nelas interferiram, como no que concerne à filha de D. Afonso V (1449 – 1481) e sua projeção histórica, na vida religiosa e política de Portugal. Sobre a filha do Africano – como D. Afonso V passou a ser designado após as conquistas

³ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias historiadores e jornalistas: aproximações e afastamento. In: *Estudos Históricos*, vol. 10, no. 19, 1997. p. 16 - 17.

⁴ GOFF, Jacques Le. *São Luís*, Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. IN: FIGUEIREDO, Janaína e FERREIRA, Marieta M. (Orgs) *Usos e abusos da História Oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 19. p. 173.

⁶ ORIEUX, Jean. Op. Cit. p. 36.

⁷ As fontes de que disponho não informam acerca dos processos de tomada de decisões, mas somente acerca dos resultados destas, ou seja, acerca dos atos.

empreendidas na África - chegaram também até meu conhecimento preciosos documentos pictóricos.

Em Portugal, pude averiguar, durante os três meses em que lá estive como bolsista no Instituto Camões, essas fontes e bibliografias, bem como fazer o trabalho de campo, visitando os Mosteiros de Odivelas e Aveiro – locais que foram moradas de D. Joana, quando se tornou religiosa.

Dentre essas fontes, posso mencionar as Crônicas de Rui de Piña, Garcia de Resende⁸ e Damião de Góis,⁹ do século XVI, que se contrapõem ao *Memorial* no que se refere ao intuito deste último de glorificar a figura de uma Princesa casta e muito religiosa. Este era o objetivo da religiosa Margarida Pinheiro, sua autora. Os memoriais do século XV têm a função de deixar viva ou, pelo menos, restaurar a memória de personagens. Nesse aspecto, o *Memorial* é uma obra empenhada, pois, sua autora vem de um ambiente específico e para ele redige. Constituí-se, portanto, em “... um texto *afectivo e reverencial*.”¹⁰

Já as crônicas senhoriais – que eram redigidas até mesmo mediante pagamento e no próprio ambiente da corte, para relatar alguns feitos heróicos de quem as encomendava - constituíam-se nos principais documentos da cultura da nobreza¹¹. Os *Livros de Linhagens*, para os nobres, e as *Crônicas*, para os reis, configuram registros da memória daqueles feitos que devem ser perpetuados para a construção de identidades sociais e dos respectivos poderes políticos. Portanto, outros feitos são deliberadamente esquecidos. A memória é,

⁸ Foi contratado por D. Manuel em 1514 e escreveu a crônica de D. João II em 1545.

⁹ Também contratado por D. Manuel, este escreve a crônica de D. João em 1567.

¹⁰ ROSA, Maria de Lurdes. A Santidade no Portugal Medieval. In: *Lusitana Sacra – A historiografia religiosa medieval hoje: temas e problemas*. Lisboa: Sersilito – Empresa Gráfica. 2ª. série. Tomo XIII – XIV. p. 443.

¹¹ SARAIVA, Antônio José. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1950. Vol. 1. p. 546.

portanto, propositalmente selecionada. Esses três cronistas foram contratados pelos seus monarcas para escrever sobre a vida deles.

Por isso, o *Memorial* e as Crônicas têm objetivos diferentes.

Muitas críticas são feitas, por especialistas e estudiosos, às falhas lacunares e factuais existentes nos relatos desses cronistas. Rui de Piña (+/- 1440 – 1522) era guarda e escritor-mor do Reino e foi pago por D. Afonso V e D. João II (1481 – 1495) para escrever suas respectivas Crônicas. Essas duas Crônicas, teriam sido apropriadas por outro cronista da época, Garcia de Resende, que teria modificado apenas a disposição dos capítulos¹². É preciso lembrar que esse gênero literário-histórico tem, sobretudo, o compromisso de construir a memória da dinastia de Avis, com a finalidade de consolidar seu poder político.

A principal fonte aveirense é a *Crônica da Fundação e Memorial da Infanta Santa Joana*. Atribuída à Margarida Pinheiro,¹³ religiosa do Mosteiro e contemporânea da personagem, objeto desta pesquisa. Essa fonte está dividida em algumas partes e inicia-se com sua autora afirmando:

“Em este ljuro he scrjto e se contem ho nacjmento, prjncipjo e fundamento deste moesteyro e casa de Jhesu Senhor desta vijlla de Aveyro, que pessoas ho fundarom nos hedjffjçios e casa, e ho prjncipiarom. em regimento da reljgiam ordem de observança e ençarramento. e quaaes foram as prjmeyras pedras deste snacto hediffjçio no avito e proffjssom:

#Item breuemente a entrada neste moesteyro e reçibimento do avito em religiam da ssenhora iffante dona Johana nossa ssenhora:

¹² ALBUQUERQUE, Luís de. Comentário. In: *Crônica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p. 158.

¹³ Margarida Pinheiro foi a primeira escritora de vulto desse mosteiro.

#Item se contem em elle assignadamente nomeadas todas as reljgiosas que no sobredicto mosteiro ffeserom voto de proffissom e em que mes. e em qual anno cada huma:

#Item mais se contem em este breue sumario . ho anno em que ffaleçerom e se fforam pera ho rregno de Nosso Senhor as religiosas que em este moesteyro viverom e seruiram a Deus:”¹⁴

Desse esquema deduzem-se as quatro partes fundamentais do códice A, aveirense, de Margarida Pinheiro: a) Nascimento, princípio e fundamento do mosteiro; b) Entrada e recebimento do hábito em religião pela infanta D. Joana; c) Rol das religiosas, que professaram no convento; d) Rol das religiosas defuntas que no Mosteiro de Jesus de Aveiro viveram e serviram a Deus. Estes dois últimos documentos, começaram a ser redigidos por Margarida Pinheiro e após sua saída para Setúbal, passaram para a responsabilidade de diversas mãos (por nós desconhecidas), através dos séculos de vida conventual. Como o objeto desta pesquisa é somente a vida e a morte da Princesa, as duas últimas partes da *Crônica da Fundação e Memorial da Infanta Santa Joana* não serão contemplados, pois entendo que não alteram nem afetam a validade da fonte.

Essa obra constitui a minha principal fonte, por ter sido escrita por uma religiosa conhecedora de todo o ambiente religioso contemporâneo ao da Princesa. Margarida Pinheiro entrou para o Mosteiro de Jesus de Aveiro, em 1467 (com seis anos de idade), logo após sua fundação, e conviveu diretamente com D. Joana, tendo, inclusive presenciado sua morte. Ela escreveu um texto que “*memoraliza, fixa e louva*”¹⁵ o ambiente específico

¹⁴ PINHEIRO, Margarida. IN: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. (org.). *Crônica da Fundação*. IN: *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Vol II/2. Lisboa: Companhia de diamantes de Angola, 1967.

¹⁵ ROSA, Maria de Lurdes. *Op. Cit.* p. 444.

de religiosas, em uma época de grande desenvolvimento da mística feminina. Percebo, então, nessa fonte, a construção de uma memória oficial da Princesa.

Essa fonte segue características que podemos chamar de memória medieval: é o desenvolvimento da memória dos mortos do período em que foi escrita, para enaltecer a figura da Princesa, que foi benfeitora do Mosteiro. É conotativamente um traço das metamorfoses sofridas pela memória na Idade Média, quando o próprio cristianismo se coloca como religião da recordação. Podemos, inclusive, observar que é principalmente os santos que o Cristianismo mais se preocupa em rememorar¹⁶.

Aliás, na Idade Média, a memória era considerada como parte de uma analogia trinitária: completada pela inteligência e o amor. A inteligência provém da memória e corresponde à segunda pessoa (o Filho), gerada pelo Pai (Memória). O amor é a terceira pessoa da Trindade (o Espírito Santo) e é o responsável de fazer a ligação entre os outros dois. A memória é a maior faculdade intelectual e a chave da relação entre Deus e o homem¹⁷.

Ainda no campo da memória, tanto o subjetivo como a própria construção da personalidade¹⁸ fazem parte do trabalho aqui proposto. A memória, considerada nos seus objetos, nos seus principais temas ou nas suas várias classificações, apresenta-se como algo difícil de definir de uma vez por todas¹⁹. As fontes²⁰ utilizadas para a construção desta

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. p. 443.

¹⁷ Nesse sentido, Aristóteles transmite a idéia de que a memória ocupa lugar central na cognição humana. Santo Agostinho e São Tomás de Aquino colocam a memória como a primeira faculdade mental, reflexo da Trindade Divina. Cf. em LE GOFF, Jacques & SCHIMITT, Jean – Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Jr. Vol. 02. São Paulo: EDUSC, 2002.

¹⁸ POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 09.

¹⁹ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume – No alvorecer da modernidade (1480 – 1620). Lisboa: Estampa, 1993, . p. 368.

²⁰ Essas fontes seriam não somente oficiais, tais como cartas de doação do Rei e do Príncipe, como também relatos da contestação das populações locais quando a Infanta entrou para a vida religiosa e mudou de mosteiro. São essas diversas Crônicas (de Rui de Piña, Garcia de Resende e Damião de Góis) que se contrapõem em diversos aspectos, que serão analisados no decorrer deste trabalho.

memória são diversas e partem do princípio (a própria análise dessas fontes) de que devem ser contrapostas e interrogadas, para que esta memória não seja induzida, idealizada e romantizada na figura de uma santa da corte régia portuguesa.

A Nova História, no que se refere à memória histórica, renuncia a uma construção que se pauta por uma temporalidade linear. O desenvolvimento desta memória, que aqui chamo de histórica, fica presa aos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo²¹.

Assim, no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida²². A correlação indivíduo-grupo fica evidente quando nos remetemos à questão da construção da própria personalidade do objeto em questão, pois a personalidade se relaciona e se manifesta com o intercâmbio que se tem com os grupos sociais, ou seja, com a interação social. A reconstrução da história de vida exige um procedimento analítico, que se segue à acumulação seqüencial de todo um contexto que envolve o próprio objeto²³.

Mesmo porque é na família que melhor se reflete a organização social, de tal forma que é impossível conhecer esta sem estudar a composição do agregado familiar, como também seu círculo de amizades e afetuosidades²⁴.

Pretendo, portanto, nesta primeira parte do trabalho, à qual dei o nome de *A Princesa Infanta D. Joana no Meio Palaciano*, construir a biografia histórica associando-a a todos os aspectos que contribuem para a sua formação: família, papel social, político, econômico e religioso. É o primeiro espaço no qual D. Joana passa: o meio familiar e a

²¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória. Op. Cit.* p. 473.

²² POLLAK, M. *Op.cit.* p. 14.

²³ ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. IN: *Usos e abusos da História Oral*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. p. 197.

corte são seus primeiros passos, a construção de sua personalidade permeada pelo ambiente cortesão.

Já na segunda parte do trabalho, intitulada *A Princesa Joana no Mosteiro Dominicano de Jesus de Aveiro*, será abordada a organização da Ordem Dominicana em Portugal à época da Princesa, bem como a sua religiosidade. Essa parte nos direciona ao levantamento de algumas questões: o que faria D. Joana tomar tal decisão? Partiu dela própria ou fora induzida ou mesmo obrigada a isso? O que permeia todo esse estado de coisas?

Nessa segunda parte do trabalho, portanto, será feita, mais especificamente, a análise do segundo espaço por onde D. Joana circulou: o Mosteiro de Jesus de Aveiro, lugar que lhe serviu de morada por dezoito anos. Irei me remeter ao cotidiano das religiosas, mediante a análise das constituições desse Mosteiro, para, assim, poder identificar como era a vida de uma Princesa portuguesa do século XV, canonizada apenas no século XX. Finalizei com o que tenho até sua morte (1490). Não irei além disso. Apenas mencionarei alguns elementos pontuais sobre D. Joana, com a finalidade apenas de permitir a contextualização do leitor sobre sua trajetória de vida.

²⁴ LEVI, Giovanni. *Op. cit.*, p. 168.

PRIMEIRA PARTE

A INFANTA PRINCESA D. JOANA NO MEIO PALACIANO

" Aa qual na fonte do santo baptysmo, foy posto per nome Johanna por syngular deuacam e affeycam que a deuota raynhaa sua madre avia ao apostolo e euangelista sam Joham . por cujo amor dizija . que sse cem filhos ouuesse . a todos avia de mandar pōor este nome." (PINHEIRO, Margarida. 1963. p. 226)

As mulheres das famílias reais eram criadas em um ambiente cortesão, já direcionadas para o casamento. D. Joana mesma nasceu com o título de Princesa Jurada do Reino Português. No entanto, havia também a opção pelo não casamento, ou seja, muitas damas da corte se encerravam em conventos ou mosteiros. Em linhas gerais, duas questões, basicamente, serão a seguir trabalhadas: o ambiente cortesão da dinastia de Avis e os encargos políticos da Princesa Infanta Joana.

1. A corte e o poder

A Princesa D. Joana, filha dos reis D. Afonso V e D. Isabel, do Reino de Portugal, nasceu no dia 06 de fevereiro de 1452, em Lisboa. A escolha do nome, como me referi acima, veio da grande devoção que a rainha D. Isabel tinha pelo apóstolo João. Tanto assim que seu primeiro filho, falecido precocemente, e depois o segundo irmão de D. Joana (futuro “Príncipe Perfeito”) chamaram-se João. O primogênito nasceu e morreu no ano de 1451.

D. Joana foi batizada aos oito dias de idade, como era costume na época,²⁵ e aclamada Princesa Joana até o nascimento de seu irmão varão, em 1455. Daí por diante, D. Joana passou a ser chamada de Infanta, mas o povo começou a denominá-la Princesa - Infanta. Recebeu o título de Princesa Jurada, que não perdeu mesmo depois do nascimento de D. João II, ou seja, nasceu, cresceu e morreu com ele.

Alguns anos antes de seu nascimento, mais exatamente em 1449, Portugal vivenciava um contexto conturbado pela sucessão definitiva no governo do Reino. A Batalha de Alfarrobeira foi o grande embate entre o Regente, D. Pedro (1440 – 1449), e o herdeiro legítimo do Reino, D. Afonso V. Tio e sobrinho disputariam em batalha quem ficaria com o governo cujo resultado foi a derrota e morte do primeiro, aos 56 anos de idade, bem como a perseguição por parte do novo Rei, D. Afonso V, aos cunhados²⁶. Vale a pena ressaltar o fato de D. Isabel, mãe da Infanta Joana, ser filha de D. Pedro e prima de D. Afonso V, não representou empecilho para a luta entre os dois.

Em meio a todo esse estado de coisas, D. Isabel,

“ ... e em todos hos nove meses que andou prenhe senpre foy com tanto prazer e sem njnhuma graueza nem pejo e door . como que nom trouuesse em seu ventre carrega alguma que bem daua a demostrar qual avia de seer a que dela avia de nascer. Vijndo ho tempo do parto e alomjandoa Deus . paryo huma filha a maes fremosa e beela criatura que neste mundo podesse seer achada e vista. Aa qual na fonte do santo baptysmo . foy posto per nome Johanna...”²⁷.

Segundo essa parte do *Memorial*, D. Joana era tão agraciada, mesmo antes de seu próprio nascimento, que sua mãe teve desde o início até o fim uma gravidez tranqüila e abençoada, apesar de todo um contexto de intrigas, brigas e assassinatos entre seu marido e

²⁵ Todos os três filhos de D. Afonso V e D. Isabel foram batizados aos oito dias de idade. Não obtive a informação de quem foram seus padrinhos, por não constar em nenhuma fonte e/ou bibliografia consultada.

²⁶ GASPAR, João Gonçalves. *A Princesa Santa Joana e sua época. (1452 – 1490)*. 2^a. ed. Aveiro: Ed. Edilidade Aveirense, 1988. p. 17-30.

seus familiares (pai e irmãos), que provavelmente poderiam ter afetado o estado emocional da Rainha. Mas, desde seu nascimento D. Joana, tinha as características que são ‘inerentes’ a uma Princesa: “*era a mais formosa e bela criatura*”.

No dia 02 de dezembro de 1455, tornou-se órfã, pois sua mãe, a rainha D. Isabel, morreu em Évora,²⁸ aos 23 anos de idade. Pensou-se na hipótese dela ter sido envenenada pelos inimigos de seu pai, mas não foi o ocorrido. Essa hipótese, ventilada entre a fidalguia e, principalmente, em meio a uma corte recheada de traições e intrigas, não era, descartada. D. Isabel, mais do que ninguém, era o centro das duas partes da batalha: de um lado seu marido e do outro, seu pai. Hipóteses de envenenamento vão ser levantadas durante toda a vida da Princesa e perseguir seus familiares: primeiro sua mãe, depois seu pai, em 1481, e seu irmão, em 1495. Sem contar que sobre ela própria pensou-se em morte por envenenamento.

Podemos afirmar, mais uma vez, que tanto D. Joana como D. João II cresceram em um ambiente de corte rodeados de intrigas e brigas, entre seus próprios familiares, pelo poder.

Com relação à sua família, achei por bem deixar aqui exposto um organograma da Dinastia de Avis, cujos membros serão mencionados no decorrer do trabalho, afim de facilitar a leitura:

²⁷ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 226.

²⁸ *Idem.* Nossa fonte é incorreta ao afirmar: “*E passados nom muitos dias ffaleceo a dita rainha na era do Senhor de myl quatrocentos cincoenta seys a dous dias do mês de dezenbro...*” p. 226. D. Isabel teria falecido um ano antes.

ORGANOGRAMA DA DINASTIA DE AVIS

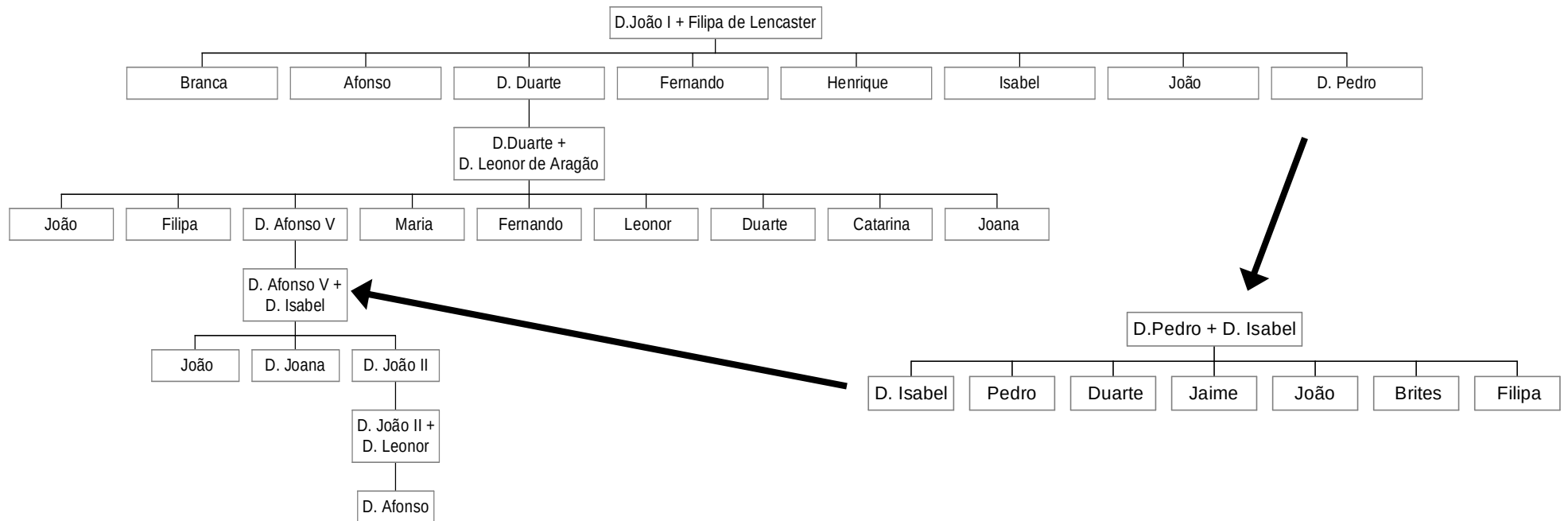


Figura n.º01

2. A formação de uma Princesa de Avis

Quando morreu, D. Isabel deixou D. Joana com três anos de idade e o caçula D. João II com menos de um ano. Por ordem do Rei, seu pai, Joana foi entregue, assim como D. João II, aos cuidados da tia materna, a Infanta D. Filipa, que aos 20 anos foi incumbida de tamanha responsabilidade. Alberto Souto chega a elogiá-la como uma dama de “*grande estirpe*”, que desempenhava um papel relativo na corte de D. Afonso V²⁹.

Ajudou-a também na criação dos primeiros anos dos pequenos príncipes, a senhora fidalga e culta D. Brites de Meneses. Essa dama ficou responsável pela criação de D. Joana e D. João II até o ano de 1458, quando se recolheu ao Mosteiro de São Marcos, assumindo seu lugar D. Beatriz de Vilhena³⁰. Essas três mulheres tiveram papel fundamental na formação e desenvolvimento do caráter de D. Joana.

A partir dos nove ou dez anos de idade, ela começou a aprender as noções da leitura e da escrita, aspirando entender o latim e estudar a gramática. A corte transformara-se em um centro de estudo e de formação intelectual e a Casa Real protegeu as Letras, as Artes e até a Universidade³¹.

Sua esmerada educação já vinha de longa tradição nessa dinastia: D. Duarte (1433 – 1438), seu avô paterno, foi homem culto, possuidor de uma biblioteca muito rica para o seu tempo. Assim, não apenas seu avô paterno, como também D. Pedro, seu avô materno, foi um homem letrado. Seu tio materno, que também se chamava Pedro, escreveu

²⁹ SOUTO, Alberto. *O retrato da Princesa – Infanta Santa Joana em traje de corte e o grande enigma dos Painéis chamados de São Vicente*. Coimbra: Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, 1958. p. 26.

³⁰ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* D. Brites de Meneses tinha sido aia da rainha D. Isabel. p. 226. Sobre esse dado cf. também em PIÑA, Rui de. *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V e D. João II*. Porto: Lello, 1977. p. 458 – 467.

³¹ GASPAR, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 44.

uma obra em homenagem à sua irmã, a rainha D. Isabel, intitulada *Tragédia de la Insigne Reyna Doña Isabel*. E não só essa obra, mais ainda a novela em prosa *Satira de felice e infelice vida* bem como os versos *Coplas del Comtempo del Mundo* foram de sua autoria³².

Autores como Aristóteles, Sêneca e São Tomás de Aquino eram lidos por esses monarcas. D. Afonso V mandou vir da Itália o humanista Justo Balduino³³ e foi ele também quem instalou uma divisão especial no palácio para aí se fazer uma vasta biblioteca³⁴. Sua mãe, a rainha D. Isabel, mandou traduzir do francês a obra de Christine de Pizan, chamada *O espelho de Cristina* ou *A cidade das damas*, conforme figura no incipit do manuscrito da Biblioteca Nacional de Madri. Essa obra está dividida em três partes, sendo em que duas delas retratam os papéis sociais de rainhas, princesas e damas da corte³⁵.

Evidencio também que mestres estrangeiros³⁶, principalmente italianos, foram contratados por D. Afonso V para constituir o ambiente intelectual da corte. Estavam já por essa época sendo divulgadas as idéias da corrente humanista e as novas doutrinas políticas pautadas no fortalecimento dos Estados.

Encontramos nesse ambiente cultural Mateus de Pisa, que pelo ano de 1446 teria ingressado na corte de D. Afonso V. Foi poeta e grande cultor da filosofia humanista, vindo a falecer em 1466, quando D. Joana contava com 14 anos de idade. Foi ele quem traduziu para o latim a *Crônica da Conquista de Ceuta de Zurara* em 1460³⁷.

³² Cf. em <http://www14.brinkster.com/paineis/pedrov.html>. Acessado em 10 de agosto de 2003.

³³ GASPAR, J. G. *Op. cit.* p.46.

³⁴ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 227. Toda dinastia de Avis se distinguiu pela sua cultura. Os avós e o pai de Joana possuíam bibliotecas e alguns deles notabilizaram-se pelas obras literárias que escreveram. Sobre isto conferir também: *Crônica de D. Afonso V*, Cap. CCXIII.

³⁵ DÍAZ de BUSTAMANTE, J. M. Traduções. IN: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993. p. 244.

³⁶ Antônio J. Saraiva relata a influência francesa na Corte Portuguesa no aspecto literário. Cf. SARAIVA, A. *J. Op. cit.* p. 26 – 27.

³⁷ BARBIERI, M. Mateus Pisano. IN: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

Outros homens cultos devem ter se instalado na corte de Avis no decorrer do tempo, já que, como foi dito, essa dinastia se preocupava com a educação e o refinamento de seus membros. A corte não deixava de ser mecenas da Universidade, como também era acolhedora dos mais bem preparados intelectualmente, frades das ordens mendicantes (dominicanos e franciscanos) que atuavam como mestres e confessores dos nobres³⁸.

O frei loio João Rodrigues e o padre bacharel Vasco Tenreiro foram mestres não só de D. João II como também de sua irmã, a Infanta Joana.³⁹

Os Reis e Infantes da dinastia de Avis tinham essa tradição intelectual. Pretende-se com esse dado não só deixar claro como era alto o nível cultural existente nessa corte portuguesa, nos anos de quatrocentos, mas, sobretudo, dar a conhecer o meio em que a Princesa D. Joana nasceu e cresceu.

Aliás, esse traço de sua formação D. Joana carregou para dentro das paredes do Mosteiro de Jesus de Aveiro, pois logo que lá se instalou, deu um novo fôlego à vida intelectual das religiosas:

“... Soube entom a dita senhora jffante nossa senhora . que no moesteyro de Bemfica . avia huum sollenpne briuiayro d esstante scripto de pena ... desejando muito de os aver pera esta casa e jrmãas pera que lhes aprouuesse outorgarem os ditos liuros . brjuiayro e diornal . por ho preço que *por bem teuessem . e assi foe*

³⁸ GASPAR, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 50.

³⁹ MENDONÇA, Manoela. *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991. p. 73.

*feito . que pedindo por eles ... cruzados todos lhe foram dados per
el rrey dom Affonso ...*⁴⁰

Devido a essa tradição intelectual sob a qual foi criada, D. Joana não economizava recursos para obter aquilo que fosse necessário para o implemento de seu próprio intelecto, bem como o de suas irmãs dominicanas. D. Afonso, então, atendendo a um pedido seu, comprou - lhe um breviário e um livro de horas do Mosteiro de Benfica.

Os livros àquela altura eram manuscritos, o que impossibilitava o acesso do público em geral a eles; eram caros e raros, sendo mais freqüentes os de temas religiosos. No século XV⁴¹, nos primórdios do Renascimento, desenvolvia-se o interesse pelos autores da Antiguidade Greco-Romana, cujos escritos começavam a ser traduzidos. Era natural que na corte, D. Joana, que estava com onze ou doze anos de idade, lesse e ouvisse não só episódios bíblicos, vidas de santos e páginas de exaltação religiosa e de instrução moral, como também outro tipo de produção intelectual, que na época estava em voga - obras da Antiguidade e do início do Renascimento. Todo esse somatório de fatos contribuiu para que ela atingisse um grau considerável de cultura⁴².

Além da Universidade e dos mosteiros, a corte constituía-se também em centro cultural. Era dentro dela que a arte tinha espaço para sua reprodução – era lá que a música, o teatro, a literatura, a pintura e escultura se desenvolviam.⁴³ O número de artistas aumentou significativamente no reinado de D. Afonso V. Muitos músicos de origem

⁴⁰ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 256.

⁴¹ GASPAR, João G. *Op.cit.* p. 50. Segundo Gonçalves Gaspar: " Caindo na ousadia de resumir toda uma época nos seus pontos culminantes, poderá dizer-se que, se o século XIII fora o dos teólogos e o XIV o dos legistas, o século XV foi o dos humanistas, como o XVI seria o dos artistas do Renascimento.

⁴² GOMES, Marques. *D. Joana de Portugal (A Princeza Santa)*. Aveiro: Imprensa Commercial, 1879. p. 7 – 8. Assim afirma Marques Gomes: “A filha d’um monarcha tão illustrado como foi Afonso V, a mulher que

estrangeira, por exemplo, foram contratados para na corte se instalarem.⁴⁴ Ou seja, esse ambiente de corte no qual D. Joana foi criada, demonstra a formação de sua bagagem intelectual, dado o seu alto grau de erudição para os padrões da época.

3. Ambiente cortesão e a Casa da Rainha

Esse ambiente da corte de Avis, carregado de forte tradição intelectual, como já mencionado, e o alto teor aristocrático do ambiente de pompa e ostentação que seus monarcas faziam questão de cultivar, nos mostra somente seu panorama artificial e externo. Além disso, o que seria, na verdade, essa corte? O próprio conceito de “cortesia” tem sido descrito como uma “invenção medieval”⁴⁵.

Para traçarmos, mesmo que sucintamente, um conceito de corte⁴⁶ no fim da Idade Média, deveremos perceber que ele está imbricadamente relacionado a uma visão de conjunto das atividades ali realizadas, não só como organização de ofícios e conjunto ordenado de papéis, mas igualmente como configuração social específica, com suas próprias práticas e quotidiano.

havia recebido uma tão apurada educação como ella recebeu, decerto não se limitava só a ler vidas de santas, que por signal escaceavam na régia livraria.”

⁴³ SARAIVA, Antônio José. (1950). *Op. Cit.* p. 47.

⁴⁴ MENDONÇA, Manuela. *Op. cit.* p. 156.

⁴⁵ BURKE, Peter. *As fortunas d’O cortesão*. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 25.

⁴⁶ HESPANHA, Antônio Manuel. *História das Instituições – Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. Note-se que no decorrer da conceituação, corte aqui não está no sentido de organização concelhia. Segundo esse autor, o outro conceito para corte seria a convocação real de membros representantes de cada grupo social (os procuradores da corte), para colocar ao Rei seus desejos e aflições. “ Os resultados do trabalho das cortes eram os ‘capítulos’, reclamações apresentadas ao rei.” p. 380. Ou seja, seu fundamento jurídico era um *dever de conselho, o tomar conselho*.

No final da Idade Média, a corte de alguma forma havia substituído o mosteiro e o campo de batalha, tornando-se um espaço no qual um novo sistema de valores era formado e difundido⁴⁷. A figura do Rei, nesse panorama, era sem dúvida a figura central, ou seja, a importância da corte era o dispositivo que torna patente a grandeza e a magnificência dos monarcas.⁴⁸

Segundo as concepções da época, a corte constituía também um sistema espacial relativamente complexo. Desse modo, interessa-me aqui refletir, de forma breve, a relação entre a sociedade cortesã e os lugares de sua vivência, já que essa mesma corte dos reis era concebida, na época medieval e em grande medida, como uma entidade espacial. Organismo de dimensão e complexidade variada, transitando no espaço físico do Reino com as incessantes deslocções do monarca, a corte representava também um modo de vida particular muito marcado por essa itinerância.⁴⁹

Cortesias, a partir do século XII, mais especificamente, foi um conceito “adaptado” a um lugar, um espaço ou mesmo um ambiente fundamental específico, sem contar que se aplicava a ambos os sexos⁵⁰. Isso garantia lugar na corte às mulheres que - é importante que se diga -, muitas vezes ocupavam um lugar de destaque e relativa significância.

Para essas cortesãs era imposto uma certa normatização. As damas da corte deveriam ter conhecimentos de literatura, música e pintura, bem como uma maneira própria (discreta) de andar, gesticular, conversar, rir e dançar⁵¹. Um bom comportamento era-lhes recomendado e virtudes como nobreza, bondade, boa administração, prudência, honra,

⁴⁷ BURKE, Peter. *Op. Cit.* p. 137.

⁴⁸ GOMES, Rita. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995. p. 327.

⁴⁹ *Idem.* p. 241.

⁵⁰ BURKE, Peter. *Op. Cit.* p. 25 – 27.

afabilidade, vivacidade do espírito, força da alma, beleza e elegância do corpo⁵² eram as qualidades que deveriam ter.

Ainda no ambiente da corte, D. Joana estava acostumada a um quotidiano de banquetes freqüentes na corte afonsina. A eles seguiam-se, muitas vezes, danças, músicas, jogos ou torneios, que dão a dimensão da inserção do rito em uma festa. D. Joana mesma dançava nessas festas, principalmente com seus parentes (tios e irmão): “... e aynda que per rogo e constrangida del rrey seu padre com elle e com seu tyo ho jfante dom Ffernando per vezes dancasse ...”⁵³. Era seu papel social feminino de Princesa nesse contexto.

Os cortesãos (sejam homens ou mulheres), no geral, deveriam causar, acima de tudo, boa impressão; afinal, eles eram nobres antes de mais nada, e deveriam saber se comportar nas diferentes situações sociais. A corte, em fins do medievo, deveria ser o centro de um universo moral⁵⁴. Teoria ou discurso nunca aplicado e/ou praticado.

No que se refere ainda à itinerância da corte, os deslocamentos que D. Joana, juntamente com a corte régia, fez muitas vezes, alguns dos quais em companhia de seu pai, irmão e tia, podem dar a dimensão dessa vida errante. Ilustrarei esta afirmação com a parte do *Memorial* de Margarida Pinheiro que narra a partida de D. Joana do Mosteiro de Odivelas para o de Aveiro (em 1472):

“Partyrom no mês de julho do anno do Senhor de myl
quatrocentos setenta e dous . os ditos senhores . scilicet . rey .
princepe . com os de sua corte ... Aconpanhaua a dita

⁵¹ *Idem.* p. 39 – 40.

⁵² *Ibidem.* p. 63. Segundo Peter Burke: “... uma dama da corte precisa ser afável...”. p. 116.

⁵³ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p.230.

⁵⁴ BURKE, Peter. *Op. Cit.* p. 129.

senhora jfante . a senhora dona Ffelypa sua tya ... e agora com toda sua casa se veyo com ella...”⁵⁵

Mas não só a questão do espaço que compunha esse ambiente cortesão me interessa aqui. É também importante saber como era composto tal ambiente. Em termos taxativos, podemos dizer que eram os nobres e a família real os integrantes da corte, mas sem esquecer que, de uma forma diferente, também a compunham seus servidores. Não eram a corte mas faziam parte dela.

A funcionalidade e o poder de ação dessa corte podem ser verificados pelo poder governativo, mais denotado na figura do Rei e suas tomadas de atitude e responsabilidade perante o Reino. O poder, o governo era exercido de dentro e por essa corte.

Especificamente, alguns dos governos da dinastia de Avis ligados à vida de D. Joana foram marcados por traços distintivos de comportamentos entre os monarcas que a dirigiram e a corte que com eles coexistia. Houve nessa dinastia momentos em que a nobreza usufruiu de maiores benefícios concedidos pelo rei e, conseqüentemente, com maior poder de articulação na vida política e econômica do Reino, e momentos nos quais, ao contrário, se verá tolhida de benefícios e poder.

No período regencial de D. Pedro (1440 – 1449), por exemplo, houve medidas para o fortalecimento do poder régio. Já com D. Afonso V são perceptíveis as grandes concessões dadas à nobreza, bem como o seu fortalecimento. No governo de seu filho, D. João II, o que ocorreu foi o incremento do poder central do monarca e a perda dos poderes da nobreza, que, no governo anterior, constituía grande peso para o erário régio. Essa

⁵⁵ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 247.

nobreza, juntamente com a família real que constituía a corte, vai ter, portanto, conforme o monarca, um ou outro comportamento.

A corte portuguesa do fim da Idade Média é marcada globalmente pela mudança e pela abertura do recrutamento da aristocracia, podendo-se assim afirmar que a nobreza de Avis se constituía numa ‘nobreza nova’, pois a novidade residia, em grande medida, na própria corte. Foi um ritmo diverso, com o qual essa sociedade se renovou e a nobreza se enraizou, marcado também pelos muitos episódios de ascensão individual e obscura. A partir do século XV, podemos perceber que essa ‘nobreza nova’ era mais caracterizada por ser também de origem citadina⁵⁶.

Nessa corte havia a separação espacial por gênero: a Casa do Rei e a Casa da Rainha. Entendendo como era o funcionamento da Casa da Rainha, poderei clarear o panorama no qual D. Joana foi criada:

“...E passados nom muitos dias . fafaleceo a dita rainha
Mandou logo el rey que toda sua casa da rainha . assy damas
donzelas . e todos outros oficiaies ficassem em toda ordenanca de
corte e paaco com a senhora jfante princesa filha sua . na maneyra e
modo tam enteyramente e sem em cousa se mudar . como era em
vida da raynha . Crecia a dita senhora e passaua sua mynynice .
seendo em seu paaco cryada e seruida como todo estado e
catamento . como huma raynha .”⁵⁷

⁵⁶ GOMES, Rita. *Op. cit.* p. 106.

⁵⁷ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 226.

Geralmente, quando a rainha morria, desestruturava-se a união dos elementos de seu séquito e o seu patrimônio era reintegrado ao dos monarcas⁵⁸. Não foi o que ocorreu na família de D. Joana, pois assim que D. Isabel, faleceu em 1455⁵⁹, não foram dados à Princesa todos os bens, que foram repartidos com seu irmão; mas a maior parte do que pertencia à D. Isabel ficou para D. Joana. Sendo assim, ela foi criada mais como uma rainha do que como uma princesa, devido à morte precoce da mãe.

A partir deste estudo, surge então uma questão: qual teria sido o paço de Lisboa onde D. Joana teria sido criada? Qual seria o edifício onde funcionava a Casa da Rainha? Há três possibilidades: os paços de Santo Elói, também conhecido como de São Bartolomeu, de São Cristóvão ou, ainda, o de São Martinho.

Com relação ao primeiro paço (que fica em Xabregas) é pouco provável que tivesse acolhido D. Joana, por ser afastado do centro de Lisboa, apesar de ficar perto do convento da Madre de Deus. Neste teria residido a Rainha D. Leonor (cunhada de D. Joana). A segunda hipótese, que também podemos refutar, é o paço de São Martinho, onde somente em períodos intermédios e em parte das salas e salões poderia ter servido como habitação⁶⁰.

A possibilidade maior teria sido o paço de São Cristóvão. D. Afonso V morava em Alcáçova, no Castelo de São Jorge. D. João II teria também residido no primeiro, junto com a irmã, e só depois teria ido morar em Alcáçova com o pai⁶¹.

Todo gineceu, que constitui o corpo cortesão (estou considerando que este funcionava no paço de São Cristóvão), era estrutura e base para a própria existência da

⁵⁸ GOMES, Rita. *Op. cit.* p. 46.

⁵⁹ GASPAR, João Gonçalves. *Op. cit.* O autor diz que na Crônica de Duarte Nunes Leão, no capítulo XXVI da Crônica de D. Afonso V, há a afirmação infundada de que a rainha teria sido envenenada, suspeita já mencionada anteriormente, p. 37.

Casa da Rainha. De tal forma que, na falta da rainha, outra substituta ligada por sangue real vinha ocupar o seu lugar⁶². Morrendo D. Isabel, nada mais certo que sua primogênita ocupasse sua Casa.

A Casa da Rainha constituía um organismo autônomo dentro da corte dos monarcas. No início do século XIV, a Casa das Rainhas Portuguesas tinha suas tradições próprias de organização e financiamento. Assim como os reis, as rainhas possuíam sua itinerância, algo já mencionado acima, não tendo de estar obrigatoriamente, a todo tempo com a corte dos monarcas. O próprio funcionamento da casa, porém, prova que mais permanentemente do que o contrário, as rainhas se encontravam com o Rei e/ou sua corte, pois sua casa era interdependente do ponto de vista dos serviços que as constituíam.⁶³

Boa parte dos servidores das rainhas eram homens, porém, suas companhias mais íntimas era um corpo feminino formado por mulheres das mais variadas condições sociais, que as seguiam constantemente⁶⁴. Margarida Pinheiro relata que D. Joana sempre teve suas acompanhantes, sendo que duas delas (D. Mícia de Siqueira e Brites Álvares) extremamente ligadas à Princesa, a acompanharam também ao Mosteiro, já que a serviam desde sua meninice até sua morte.

Mulheres e homens distinguiam-se, na corte real, segundo o sistema de classificação das divisões sexuais vigente na sociedade medieval, e o gênero a que pertenciam era o que determinava o percurso de cada indivíduo⁶⁵. D. Joana possuía tanto servidas como servidores.

⁶⁰ *Idem.* p. 44.

⁶¹ *Ibidem.* p. 44.

⁶² GOMES, Rita. *Op. cit.* p. 58

⁶³ *Idem.* p. 46 – 48.

⁶⁴ *Ibidem.* p. 46 – 48.

⁶⁵ *Ibidem.* p. 62.

É válido que se diga que as rainhas da corte portuguesa, nos séculos XIV e XV, eram presenças constantes junto aos reis. Na falta de sua esposa, D. Afonso sempre criara seus filhos muito próximos a ele, principalmente o Príncipe D. João. A Infanta, por sua vez, exercera uma influência mais tímida sobre o pai e vice-versa, pois ficava menos tempo do que o irmão na presença do monarca. D. João II, depois que adquiriu certa idade, acompanhava o pai até mesmo em suas incursões pela África, algo impróprio para uma princesa. Aliás, esse não deixa de ser outro fato interessante na vida da Infanta: ela nunca saiu de seu Reino.

Voltando ao universo feminino cortesão, notamos a presença de estreitos laços com as comunidades religiosas. As soberanas contribuía constantemente para solucionar os problemas materiais de conventos e mosteiros, principalmente os das ordens mendicantes. Os conventos e mosteiros femininos protegidos e visitados pelas rainhas incluíam número considerável de comunidades vivendo sob a Regra de Santo Agostinho⁶⁶ (adotada pela Ordem Dominicana). D. Joana, portanto, teria tido contato, dentro da corte, com os religiosos dessas ordens mendicantes.

Uma das mais importantes posições para os eclesiásticos na corte era a de confessor, pela especial proximidade com o monarca, sendo que este, bem como a rainha e os infantes, tinham plena liberdade para escolher seus confessores. Entre estes, os preferidos pela corte régia eram os confessores das ordens dos pregadores⁶⁷. Frei Antão de Santa Maria (“...*frade da ordem de sam Domingos . vigayro geeral deste regno e de*

⁶⁶ *Ibidem.* p. 55.

⁶⁷ *Ibidem.* p. 118 e 119. Franciscanos e dominicanos eram os mais escolhidos: Fr. Vasco Pereira e Fr. Gil Lobo, confessores de D. Duarte (avô de D. Joana) e D. Afonso V, respectivamente. Acredito que essas escolhas por frades mendicantes se deu devido (principalmente) à sua influência política.

Castella...)⁶⁸ foi, além de confessor de D. Afonso V e de D. João II, além da própria Princesa: “ ... *Assy que per hjo dito prellado e sancto padre seu confessor frey Antom ...*”⁶⁹. Esse religioso ficou no Mosteiro da Misericórdia, dos frades dominicanos em Aveiro, até sua morte. O avô materno de D. Joana, D. Pedro, teve também um confessor dominicano, o licenciado Frei João Verba⁷⁰.

Várias funções, que talvez possam ser chamadas de ‘cargos’ e ofícios, constituíam todo corpo cortesão de Portugal. Havia também as escravas domésticas denominadas “servas” e “mouras”, cujos serviços as rainhas portuguesas utilizavam. A utilização dessas servidoras escravas vai se intensificar em Portugal a partir do século XV, com a conquista da África⁷¹. Sendo assim, os escravos formavam, na esfera doméstica, um significativo corpo numérico no século XV, e conseguiam a liberdade por motivo de morte de suas donas. D. Joana mesma deixa bem claro em seu testamento o desejo de alforriar todos os seus escravos mouros convertidos ao cristianismo.

Assim relata a fonte pesquisada sobre os escravos, que pertenciam à D. Joana:

“Alguuns scrauos e srauas mouros que lhe dera e mandara el rrey seu padre que trouxe da tomada dos lugares de Afryca. per suas muym afficadas oracoens e viuas pallauras de doctrina e exenplo e discretos afaagos e fauor . esta senhora jffante em breue tenpo hos trouxe e ffez converter aa sancta ffe catholyca e baptismo . e seendo

⁶⁸ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 236.

⁶⁹ *Idem.* p. 260.

⁷⁰ GASPAR, João G. *Op. cit.* p. 46.

⁷¹ GOMES, Rita. *Op. cit.* p. 58.

verdadeyros e catholycos christãaos os fforrou e fez lyures casnandoos e assy todos seus filhos .”⁷²

D. Joana os ganhava, zelava deles e os ‘*conduzia*’ à fé católica. Era uma tradição, quase uma obrigação, a rainha estabelecer o futuro de seus cortesãos. Era ela quem geralmente estipulava seus casamentos ou encaminhamentos para a vida em religião. Isso tanto no caso dos servidores livres, como também dos escravos. D. Joana deu alforria a todos os seus escravos convertidos à Santa Sé, seguindo o costume da época.

Dentre as mulheres que conviviam na Casa da Rainha existiam as “Donas” e as “Donzelas”, hierarquizadas segundo a diversidade e a autonomia dos seus lugares de atuação. As primeiras tinham uma maior atuação junto à soberana, maior autonomia e eram geralmente viúvas, apesar dessa não ser uma condição obrigatória. Já as donzelas eram mais dependentes das rainhas, com uma esfera de atuação mais restrita, esperando seu destino como criadas pessoais ou esposas.⁷³

Ainda conforme os ofícios exercidos na corte, que aqui me interessa conceituar, estava o de criado. A *criação* constituía uma função que cabia aos mais diversos estratos da sociedade – tanto se aplicava aos membros dos mais elevados estratos da nobreza como aos eclesiásticos ou modestos servidores da casa real. O que eles tinham em comum era o fato de integrarem a casa e séqüito do monarca. Essa relação da criação não podia ser quebrada facilmente ou renegociada ao longo da vida – uma vez estabelecida, era uma ligação permanente, para não dizer quase indissolúvel⁷⁴. Sendo assim, a preocupação de D. Joana com o futuro de seus criados era quase que uma “obrigação”, e não uma obra de caridade,

⁷² PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 256.

⁷³ GOMES, Rita. *Op. cit.* p. 54.

como a maior parte de suas biografias tenta passar. Era, acima de tudo, tradição entre os membros da sociedade régia.

Com efeito, grande parte dos criados era constituída por nobres entregues por suas respectivas famílias, fosse pela procura do patrocínio régio, por tradição familiar ou até por exigência do próprio rei, no caso de jovens e crianças ‘reféns’ do convívio da corte. O pagamento que caracteriza melhor a situação peculiar dos criados era o casamento. Atingida a idade núbil, o monarca exercia a proteção de tipo patriarcal a que a criação se refere, mediante a dotação e escolha do parceiro matrimonial.⁷⁵

Quando o matrimônio era realizado, como na maioria dos casos, com a intervenção real, o criado recebia uma doação de montante variável, segundo a sua condição e as funções desempenhadas.⁷⁶

O criado ingressava na corte portuguesa de fins da Idade Média principalmente pelo vínculo de dependência particular, e a corte de D. Afonso V era bem concorrida, com a presença cada vez maior de jovens. Esse vínculo está relacionado com o próprio tratamento que o rei, ou mesmo a família real, dava à esse corpo formativo, ou seja, o caráter de parentesco artificial.⁷⁷

Dentro da Casa da Rainha havia ainda a distinção entre as diversas funções desempenhadas pelo corpo cortesão. Os mais altos cargos estavam na Câmara da Rainha e aqueles de menor prestígio cabiam, por exemplo, a *cuvilheiras*, mancebas e amas. As duas servidoras de D. Joana, já mencionadas, que a acompanharam por toda a sua vida, exerciam a função de *cuvilheira* e ama:

⁷⁴ *Idem.* p. 180 - 181.

⁷⁵ *Ibidem.* p. 188.

⁷⁶ *Ibidem* . p. 200.

⁷⁷ *Ibidem.* p. 198.

“ ... trazendo senpre em sua conpanhiia há ama da senhora jffante .
e outra velha que senpre fora sua couilheyra e secretaria de sua vida
. As quaes nunca se della apartarom ataa morte.”⁷⁸

Brites Alves - ou Álvares, segundo alguns autores -, foi a *cuvilheira* e Mícia de Siqueira, a ama⁷⁹. Tanto a *cuvilheira* como a *camareira* eram servidoras estreitamente ligadas à intimidade física das rainhas, já que cuidavam de seus corpos. A ama era de extrema importância para a sobrevivência das crianças, sendo assim, tanto a *cuvilheira* como a ama estavam diretamente encarregadas pelo contato mais íntimo com o corpo das rainhas e de seus descendentes, e por isso, muitas vezes havia entre esses dois ‘cargos’ uma ambigüidade de funções.

A nobreza, portanto, não constituía um grupo homogêneo nem fechado. Dentro da corte de Avis, a nobreza que a constituía advinha de um grupo bem variado. A grande nobreza, que é o que me prende aqui, era formada pelos tradicionalmente chamados ricos-homens, que constituíam uma pequena (em termos quantitativos) parcela da nobreza. Em Portugal, o número de linhagens não ia além de 20, no máximo umas 100 famílias, isto é, entre 500 a 600 pessoas (10 % do total da nobreza)⁸⁰. Elas detinham, porém, as principais funções governativas, administrativas e militares, sem contar que eram donas das mais extensas e rendosas propriedades fundiárias, além de muitos outros tipos de rendimentos. E era dessa parcela da nobreza o maior número de pessoas que cercavam e constituíam o corpo da corte na qual D. Joana foi criada.

⁷⁸ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 250.

⁷⁹ *Idem.* p. 229 e 250.

Com D. Afonso V, a maior parte dos ricos-homens obteve um título próprio, que individualizava a sua família e a perpetuava como pertencente ao escalão superior da classe. A alta nobreza, assim, fixava-se e institucionalizava-se, após um longo período de instabilidade.

À época de D. Joana, a escala dos títulos estava fixada hierarquicamente em duque, marquês, conde, visconde e barão. Essa distinção entre os títulos, todavia, não significava que um fosse subordinado ao outro, pois todos eram vassalos do rei e só a ele respondiam.

Toda nobreza entrava na categoria social de vassalos do rei. A designação do vassalo, no entanto, não tinha a conotação de outro qualquer vassalo, pois aproximava-se mais do conceito de súdito. Essa ‘nobreza vassala’ recebia da Coroa portuguesa uma *quantia*, também denominada *maravedis* e/ou *tença*.

As *quantias* portuguesas eram pagamentos anuais efetuados pelo rei.⁸⁰ As *tenças* eram pagamentos régios originados no sistema financeiro medieval, sendo que no final da Idade Média, eram constituídas de doações vitalícias, e não por tempo indeterminado. A *tença* é expressamente associada ao préstamo, talvez porque este consistisse, em muitos casos, também na doação dos direitos régios cobrados numa determinada localidade. Desde o século XIV, esse termo se aplicou a distintos tipos de concessões, que aparentemente, só tinham em comum o fato de se tratar de rendimentos devidos ao rei, num dado lugar ou num organismo fiscal preciso⁸².

⁸⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986. p. 243.

⁸¹ GOMES, Rita. *Op. Cit.* p. 191.

Em 1460, no reinado de D. Afonso V, aparecem duas *tenças*: as *obrigatórias* e as *graciosas*. Nessa época, o erário real já sofria por ter que pagar as *tenças obrigatórias*⁸³, que eram numerários entregues pela Coroa a cada nobre que contraísse casamento. Como, porém, o erário real já estivesse quase esgotado, foi abolido⁸⁴.

D. Afonso foi muito criticado pelo modo “demasiadamente fácil” pelo qual permitia o ingresso na corte, onde certos postos implicavam na promoção de seus titulares.

Durante as décadas de 1460 – 70, a corte assumiu um novo caráter, estabelecendo-se como centro do meio social. D. Afonso V introduziu algumas alterações no panorama geral, em nível organizativo, nas práticas retributivas e no regime financeiro e institucional. Houve três dessas modificações: a sistematização dos usos correntes em cortes anteriores, no sentido de atribuir à corte afonsina um sentido de ‘tradição portuguesa’; a abertura, a pessoas do exterior, do ingresso na corte como resultado das campanhas marroquinas; e, finalmente, a atribuição de outros títulos nobiliárquicos que até então não se usavam em Portugal.⁸⁵

As bases da nobreza cortesã, tão dispendiosa no governo de D. Afonso, ficam evidentes nas *moradias*, que de início eram limitadas aos membros do conselho do rei, para depois serem estendidas a centenas de representantes da nobreza. E isso se deu tanto pela liberalidade régia como pelo próprio alargamento da corte, tão típico nesse governo. Em meados do século XV, as *moradias* tinham sido institucionalizadas e sua feição ligava esse nobre cortesão apenas ao rei e à corte.

Em 1473, os titulares das *moradias* passaram a receber o chamado *assentamento*, importância fixa inscrita todos os anos nas despesas da Coroa. O total desses

⁸³ *Idem.* p. 196.

⁸⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). *Op. cit.* p. 253.

assentamentos pesava no orçamento do Estado e naquele ano chegaram a representar 70 % da despesa ordinária da corte, enquanto as *tenças* correspondiam a 18%. Os gastos de D. Joana, em termos de porcentagens, foram de 2,6 % com despesas ordinárias e de 4 % com assentamentos⁸⁶, pois era necessário manter a Casa da Rainha, e isso também pesava para o orçamento régio. Quase todos os servidores e damas que compunham a Casa eram remunerados, sem contar as despesas pessoais da Princesa.

Por aqui se vê o quanto isso pesava no orçamento do Reino e o que D. João iria herdar de seu pai: um governo com fortes encargos econômicos.

Por isso, digo que com D. Afonso V o reino voltou a ser um mosaico de jurisdições feudais. O senhoralismo campeou triunfante durante quase todo o seu reinado. A lei feudal concedia à nobreza amplos privilégios, um dos quais o de exercer justiça própria sobre os senhorios; a tendência era deixar à nobreza plena liberdade de jurisdição. Os privilégios, na Idade Média, distinguiam pessoas, muito mais do que grupos⁸⁷.

O monarca negou o centralismo para a unidade nacional que seu regente preconizava. Ligou-se aos interesses da alta nobreza, permitiu o enriquecimento das principais Casas do Reino, fez grandes doações, criou novos títulos nobiliárquicos, aumentou o pessoal da corte, distribuiu receitas, *tenças* e benefícios entre a clientela fidalga.

⁸⁵ *Idem.* p. 230.

⁸⁶ *Ibidem.* p. 246 – 247.

⁸⁷ Assim também afirma Marques Gomes: “ A nobreza estava senhora absoluta de Portugal inteiro; quase que todos os rendimentos do estado eram absorvidos por ella; taes heviã sido as doações, *tenças* e moradias concedidas por D. Afonso V.” GOMES, Rita Marques. *Op. cit.* p. 29.

Por isso, João Gonçalves Gaspar,⁸⁸ assim como outros autores, chega a afirmar que D. Afonso V, às vésperas da modernidade portuguesa, que foi ainda mais reforçada com a "descoberta" de novos territórios, era um monarca de tipo medieval.

Sendo assim, a abertura e o fechamento do ingresso na corte à época da Infanta D. Joana, juntamente com o ambiente de intrigas, traições e mortes, como também as campanhas da expansão marítima, permeavam, portanto, o final do século XV.

4. Papel político de uma Princesa Jurada

Em 1471, quando D. Afonso V e D. João II tiveram que se ausentar do Reino por motivos de Estado (estavam em plena campanha pela África), D. Joana, então com 19 anos, a pretexto da ausência do pai e do irmão, pôs luto, usando tecidos grosseiros e pobres. Desde o dia do embarque de ambos deixou de usar por algum tempo vestidos de fazendas, sedas ou brocados luxuosos. A graciosidade de sua mocidade e vigor quase desapareceu sob a roupa escura e vulgar. D. Joana escolheu, assim, como motivo para se mortificar, a campanha do rei e do príncipe na África, passando a usar roupas humildes, como se estivesse de luto pela partida de seus entes. Na realidade, foi o pretexto utilizado por ela para se justificar da ausência de luxo e vaidade em suas vestimentas e adornos.

Durante esse período, ausentes o rei e o príncipe, o governo do Reino ficou entregue à regência do Duque de Bragança, D. Fernando I⁸⁹, embora a representação real coubesse à Infanta. Seu pai nunca abandonou os negócios do Estado, mesmo em campanha

⁸⁸ GASPAR, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 23.

⁸⁹ O mesmo mencionado na página 55.

pela África. Foi a ela que primeiramente chegou a notícia de seu novo empreendimento, sendo ela também que a comunicou ao Reino⁹⁰ e ao estrangeiro a vitória do pai. Está aí representada a sua participação política. Apesar de não estar sob sua direta responsabilidade os negócios do Reino, era ela, como Princesa, que anunciava as boas novas aos principais homens de Portugal. Ela também não deixou de comunicar a algumas cortes estrangeiras os sucessos anteriores de seu pai em Marrocos, que foram anunciados na França e em Borgonha⁹¹.

“Detriminou ElRey a requerimento do Príncipe seu Fylho, e contra conselho dos mais pryncipaaes do Reyno de o levar nesta passagem comsygo, e leixou por inteiro Governador, e com nome de Governador do Reyno o Duque de Bargaça, que escusandosse por sua velhyce de tal cargo, se convydava pêra hir com elle aa guerra dos Mouros ..., ElRey com sôo pena que pôs de os nom levar com sigo ...”⁹²

Apesar de Margarida Pinheiro afirmar sobre tal fato que: “ *E assy spididos e leixando seu regno em todo ordenado e comendado aa dita senhora sua filha.*”⁹³,

⁹⁰ Segundo Marques Gomes: “A feliz nova de que Affonso V ... como eram Tanger e Arzilla, foi em Portugal alegremente recebida. D. Joanna que na capella de seus paços havia mandado fazer preces publicas pelo bom exito da expedição, comunicou logo a camara e cidade de Coimbra o resultado d’ella.” Cf. em GOMES, Marques. *Op. cit.* p. 12

⁹¹ Foi nessa ocasião, no ano de 1471, a primeira intervenção da Princesa na vida pública. A segunda intervenção seria dez anos depois quando seu sobrinho lhe foi entregue. Ele poderia ser o futuro rei de Portugal.

⁹² PIÑA, Rui de. *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V e D. João II*. Porto: Lello, 1977. p. 819.

⁹³ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 239. Frei Luís de Souza, assim também confirma que a Regência do Reino teria ficado para a Infanta. Cf. em SOUSA, Luís de. *História de São Domingos*. Livro V – Do

acreditamos que a Regência de fato ficou nas mãos de D. Fernando, duque de Bragança⁹⁴. Aqui considero mais plausível a versão de Rui de Piña, e não a de Margarida Pinheiro, devido à própria tradição medieval: o governo de um Reino só ficaria nas mãos de uma mulher caso não houvesse de forma alguma outro meio. Além disso, D. Fernando era mais apto e mais inteirado sobre os negócios do Reino.

Há, para a comprovação de tal acontecimento, a carta da Infanta dirigida à Câmara de Coimbra comunicando a tomada de Arzila e de Tânger, datada de 07 de setembro de 1471:

“Juizes Vereadores Procurador fidalgos caualeiros e escudeiros e pobõõ Eu a Jfante uos enujo muyto saudar por conhecer as boas uontades e lealdade que teendes ao seruiço delRej meu Senhor E por que sey que uos alegrarees com a Vitória que Nosso Senhor lhe deu Vollo faço saber que ele tomou a Villa darzilla per força E tomou a cidade de tanger

(a) Iffante⁹⁵”

Ao saber do breve regresso de seus familiares, D. Joana mandou logo comprar brocado e pano de seda para confeccionar vestidos que estivessem à altura da solene

nascimento, e criação, e princípios de vida da Princesa D. Joana, 2^a. ed. Porto: Lello, 1977. p. 346. Da mesma opinião é Francisco da Fonseca Benevides, que na sua história sobre as Rainhas de Portugal, ao tratar das regências, inclui a “*Princesa D. Joana (beata Joanna) filha de D. Affonso V, na ausência de seu pae – 1471, e firmando-se na carta dirigida a Câmara de Coimbra, é de opinião que a alegada regência do Duque de Bragança não se verificou*” p. 46.

⁹⁴ E não só Rui de Piña afirma que a Regência do Reino nessa ocasião ficou nas mãos de D. Fernando, duque de Bragança. Cf. em Damião de Góis, página 68, da ed. de 1905; e também cf. em Duarte Nunes do Leão, página 139, da ed. de Rodrigo da Cunha de 1643.

⁹⁵ MADAHIL, Antônio G. da Rocha (org). *Cartas da Infanta Santa Joana e documentos avulsos dos arquivos portugueses a ela respeitantes*. Aveiro: Oficinas gráficas da Coimbra Editora, 1961. p. 34.

recepção. Junto a isso, Joana usava uma preciosa pulseira, um soberbo anel⁹⁶, e sobre a cabeça uma coifa. Acompanhada da tia materna D. Filipa e por toda a sua casa de donzelas, damas e fidalgas, desceu ao Tejo para recepcionar seu pai e irmão. Mais ainda, sabia tanto se articular que escolheu a hora exata e a melhor oportunidade para manifestar seu mais profundo desejo. Reembarcando para Lisboa, D. Afonso V e seu herdeiro foram recebidos pela Princesa com grandes festejos. Nesse dia em especial, ela tornou-se o alvo das atenções da nobreza e do povo.

Rui de Piña e Garcia de Resende não narram como a Princesa teria recebido seus parentes após o triunfo na África, acontecimento que causou grande rebuliço em todo Reino. Nada de espantoso, porém, já que suas respectivas Crônicas eram sobre os Reis portugueses, e não sobre as Princesas.

Logo ao pisar em terra, D. Afonso abraçou ternamente a filha, que lhe beijou a mão com humildade e reverência; o Príncipe também cumprimentou carinhosamente a irmã tão formosa. Trocados os cumprimentos, D. Joana implorou licença para falar. Todos se acomodaram, pois a Princesa iria dirigir uma mensagem de boas-vindas e de congratulações pela vitória que desagravava os anteriores desastres em Tânger.

Segundo nossa fonte primária, Margarida Pinheiro, assim professou a Princesa:

"Esta hora que vivemos, meu pai e senhor, é de extraordinário júbilo para todos, pelo triunfo que Deus houve por bem conceder às vossas armas; mas também deve ser de profundo reconhecimento ao Todo - Poderoso. Em diversos livros de autores latinos aprendi ter sido o costume - como Vossa Alteza muito bem sabe - que os

⁹⁶ Esse anel de rubi foi deixado para D. João II em seu testamento, o mesmo que aparece em seu retrato.

antigos imperadores e reis gentios, ao regressarem a casa depois de alguma vitória em batalha infligida aos inimigos, ofereciam aos seus deuses e ídolos um grande Dom e a melhor jóia que tinham ou podiam haver; essas jóias e dons, que doavam aos templos para o serviço dos deuses, eram as suas mui prezadas filhas. Vossa Alteza, que é rei cristão, não deve fazer menos do que eles em honra do verdadeiro e mui poderoso Senhor, o qual sempre vos concedeu ... Por isso, Vossa Alteza, tem maior obrigação em ser generoso na gratidão e na oferta a Deus; ... seguindo o louvado costume dos reis antigos, ainda que estivessem longe do verdadeiro conhecimento de Deus, oferecer-lhe a vossa única filha. Por esta razão suplico encarecida e ardentemente a Vossa Alteza que não pense mais, durante toda a vossa vida, em cuidar ou falar-me de qualquer casamento ..."⁹⁷.

Verdadeiro ou não, podemos tirar desse discurso a poderosa articulação de que Joana era capaz. Esperou o momento ideal para fazer um pedido ao pai, para demonstrar seu verdadeiro desejo, e o fez publicamente. Utilizou um discurso político para conseguir o que queria: a opção pelo não casamento. Já que Deus concedera aquela vitória na África a seu pai, este, por bem e como "bom cristão", deveria conceder sua filha a Ele. Esse foi o raciocínio (a lógica) utilizado pela Princesa em seu discurso.

⁹⁷ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 96.

E, assim, ela conseguiu comover o pai, que lhe concedeu o pedido. Todos os presentes reclamaram e protestaram contra o atendimento do pedido, alegando que D. Joana era Princesa Jurada, sendo, a qualquer tempo e hora necessária ao Reino e, por isso, não abririam mão de seu papel como herdeira. Mas a Princesa tanto insistiu que o pai, depois de muitas discussões e escusas, confessou novamente não poder contrariar a graça de Deus. A palavra do Rei não voltaria atrás.

Estava demonstrada nesse ato a grande habilidade política e a perspicácia da Princesa: pedir no momento certo o seu grande desejo. D. Afonso então, coagido pelo inesperado pedido da filha, não viu como negar-lhe tal desejo, ao contrário de D. João II, que não disfarçou sua insatisfação com a atitude do pai.

Não deixava de ser um ato de rebeldia da Princesa contra um pretensão casamento arranjado. Ela se negou, com seu pedido, ser moeda de troca nas alianças políticas, indo contra o destino pré-traçado para uma Princesa Jurada. Aliás, a espiritualidade, sob essa perspectiva, pode ser vista como uma forma de rebeldia feminina, pois a opção religiosa surge em contraposição à do casamento. Ou um ou outro; não havia outra possibilidade para uma princesa.

Logo após o ocorrido, D. Joana passou algum tempo sem voltar a falar no assunto, nem revelou o nome do mosteiro que havia escolhido, dando a impressão, a seu pai e ao seu irmão, que teria desistido de tal idéia. Frequentava a corte e suas festas, comportando-se mesmo como uma Princesa, como se sua vida palaciana continuasse normal. Mas, assim que se recolhia, trocava as ricas vestimentas por panos grosseiros e ásperos e fazia jejum a pão e água. A sua vocação religiosa alicerçava-se com o decorrer dos anos e ela utilizava a paciência e a calma para pedir, no momento certo, o atendimento a seus anseios, sendo nisso muito perspicaz. Continuaram também suas

confidências à dama D. Leonor de Meneses (amiga de infância, que já havia se encerrado no Mosteiro de Jesus de Aveiro).

Outro fato que podemos aqui mencionar refere-se a um documento em que conseguimos coletar dados sobre a intervenção de D. Joana como Princesa, portanto, como política, mesmo vivendo como religiosa no Mosteiro de Jesus de Aveiro. O documento constitui um alvará para que na cidade do Porto desembargasse um navio carregado de pão que ia para Aveiro e foi obrigado, devido às intempéries climáticas, a entrar na barra do Douro:

(Da beata Joana Princesa para que a cidade do Porto
desembargue um navio de pão que ia para Aveiro,
mas que, forçado pelo tempo, tivera de entrar
na barra do Douro)

“Aveiro, 4 de outubro de 1487

Juizes vereadores procurador homeens boos da Muy Nobre / e
sempre lial cidade do porto Eu a Iffante vos Emuyo / muyto saudar
Os juizes e vereadores procurador homeens boons / da minha vila
daueiro me diserom que per uos lhe era enbargado / huun nauio
chado cadramoz nouo de que he mestre pero de lê / mos o qual
tomou carregua em a dita vila loguo determinadamente / pêra hir
carregar a Ilha de pam e o trazer a ella E ora com tempo / nom
pode auer a barra da dita minha villa E foy emtrar no Rio / desa
cidade O que segundo sam (sic) emformada nom lhje querees leixar
trazer o dito pam e lho querees hy fazer vender Eu vos / Roguo
muyto E emcomendo (que) leixees vir o dicto nauio com / seu pam
pêra a dicta minha villa pois em ella carregou determi/nadamente
pêra trazer o dicto pam Em o que sede certos que de fazerdes em
maneira que p(or) ello nom rreçebam agrauo me farees / parzer e
seruiço e uolo agradecerey muyto. Scripta em / aueiro aos iiij dias

do mês doutubro aluaro Luis a fez anno/ deo Senhor de Mill E iiijc
lxxxbij./

(a) Iffante”

Procuradores foram até a Princesa, no Mosteiro de Jesus de Aveiro, pedindo sua intercessão da mesma pelo navio, pois ficariam sem pão em uma época em que a própria Ria de Aveiro estava sendo atacada pela Peste.

Pesquisando a Princesa, ainda encontrei outros documentos que comprovam sua participação política mesmo depois de sua entrada no Mosteiro de Jesus de Aveiro. Em 1478, D. Afonso envia uma carta à Infanta autorizando-a a substituir, por quem julgasse mais apropriado, a Diogo Afonso, nos ofícios da cidade do Porto e da dízima das caravelas de Leça, devido à idade avançada desse senhor⁹⁸.

Outro documento importante que demonstrou sua atividade política, mesmo quando enclausurada, é uma carta da Infanta, de 1483, na qual ela se dirige à Câmara de Coimbra, recomendando que seja restituído a João Fernandes (carpinteiro), o lugar de aferidor das medidas⁹⁹. Por último, datada de 1488, existe a carta da Infanta aforando a Jorge da Silva e à sua mulher Isabel Soares, e seus descendentes, terra e água no vale do Borraçal, entre Valado, Moita e Eixo¹⁰⁰.

Antes de ser religiosa D. Joana, era Princesa, condição que nunca será dissociada de sua pessoa. Até a sua morte, ela esteve participando ativamente dos negócios do Reino. Podemos até inferir a idéia de que todos esses embargos estavam estritamente

⁹⁸ MADAHIL, Antônio G. R. (1961) *Op. cit.* p. 26 e 27.

⁹⁹ Idem. p. 38 e 39.

¹⁰⁰ Ibidem. p. 42 e 43.

ligados a seu título de Princesa Jurada. Esses documentos são apenas aqueles que foram resgatados e catalogados, já que muitos se perderam. Com certeza, esses documentos perdidos dariam material e assunto para o desenvolvimento de um outro trabalho científico.

É válido que se diga que em todos os documentos acima citados constam a assinatura da Princesa:

ASSINATURA

Essa assinatura, que é autêntica da Princesa, traz uma cruz seguida do nome Joana que parece começar com o *J* repetido ou seguido de *h*, ao qual se junta o *I* de Infanta, com um ponto e um traço em baixo do nome todo. Nota-se que, logo a seguir ao seu nome, como parte da assinatura, a Princesa escreve o *I* de Infanta, algo que nunca abandonou. Mesmo quando tomou o hábito, em 1475, e depois, quando dele desiste, nunca deixou de assinar como Infanta.

Na caligrafia de sua assinatura não foi esquecida a parte decorativa tão utilizada nos séculos XV e XVI em Portugal. Todas assinaturas suas (que foram verificadas em todos os documentos) apresentam um cursivo rápido, feito ao correr da pena¹⁰¹.

5. As políticas de casamento

A Igreja tentava controlar todas atividades do homem medieval. Com relação ao sexo, não poderia ser diferente. O medo dos clérigos em relação à sexualidade e ao corpo feminino ligava-se ao temor a Deus, ao pecado cometido¹⁰².

Antes de desempenhar qualquer função, à mulher era atribuído o peso de seu corpo. Ela era caracterizada pela sua fraqueza corporal e de espírito. Só para se ter idéia de como e quanto a Igreja tentava impor um discurso normalizador, é só lembrarmos do discurso que utilizava para o controle de um dos aspectos mais íntimos da vida de um casal, que são as práticas sexuais. Por exemplo, no período do Advento e da Quaresma, quando a mulher estivesse amamentando ou período menstrual, era proibido o sexo, e mesmo se o marido insistisse com a esposa, esta, amparada pela Igreja poderia, até negar-se a ele.¹⁰³

As mulheres, no geral, eram a engrenagem subordinada à reprodução familiar. Essa subordinação, todavia, tinha que ser, muitas vezes, justificada, explicada, em suma, discutida, não sendo, portanto, uma realidade de todo pacífica. D. Joana mesma contestou sua condição e impôs de modo bem diplomático e sutil (ela e o irmão sempre agiram assim, com presteza e sabedoria, e sempre conseguiram o que almejavam do pai) a sua vontade pela vida religiosa. Ela foi um exemplo bem típico de que a normalização da condição feminina que se tentava impor – quer seja por meio dos discursos da Igreja, quer pela própria vivência quotidiana ou pelo tradicional papel estabelecido para a mulher –, não era de todo seguida. A prática era diferente da teoria.

¹⁰¹ SOUTO, Dulce Alves. *Estudo da Carta de Doação da Princesa Infanta Santa Joana ao Mosteiro de Jesus de Aveiro em 1479*. Aveiro: Museu Regional de Aveiro, 1955. p. 08.

¹⁰² ZUBER, Christiane Klapisch. A mulher e a família. IN: LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Trad. Maria Jorge V. de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1989. p. 202 – 203.

Nessa mesma linha de raciocínio, dá até para pensar se D. Joana teria sido encerrada em vida claustral por motivos de “justa causa”¹⁰⁴. Qual teria sido a influência, se é que houve, na escolha da Princesa pela vida religiosa? Esta é uma das problemáticas de meu trabalho.

Os cronistas que acreditam que D. Joana se encerrou em clausura por vontade do rei, seu pai, usam entre outros, o episódio do sapato de Duarte de Sousa, para justificar sua crença¹⁰⁵. Rui de Piña e Garcia de Resende são taxativos com relação a esse fato. Duarte de Sousa era bisneto do Prior do Hospital e filho do Senhor de Baião. O ocorrido foi que o fidalgo perdeu um pé de sapato à noite, no Paço de São Cristóvão, tendo sido, por isso, mandado à degolar por D. Afonso V.

O moço, muito nobre, deveria ter alguma afeição ou por uma das jovens que moravam com Joana no paço ou por ela mesma. Os cronistas alegam que Duarte de Sousa teria sido amante da Infanta, probabilidade não de todo descartada. Mas tal julgamento - se teria sido realmente com D. Joana que tal romance se desenrolou - foge à minha capacidade de conclusão. A ser verdadeiro o fato, D. Afonso teria receado que a filha fosse desonrada e, por isso, tomou tal atitude.

É certo que D. Joana não era alheia às coisas que ocorriam em seu paço e que sabia, no mínimo, da maior parte das coisas que se desenrolavam dentro de suas paredes. Assim, mesmo se o encontro amoroso de Duarte de Sousa tivesse sido com uma de suas damas, acredito que a Princesa não era de todo apática e inocente aos acontecimentos em seu paço, onde uma série de amores, que não podemos chamar de legítimos, ocorriam.

¹⁰³ *Idem*, p. 193.

¹⁰⁴ Alguns cronistas crêem piamente e afirmam que D. Joana teria se encerrado em um mosteiro devido a seu caráter fraco e propício aos devaneios do corpo.

Como era a mulher quem garantia o respeito do acordo matrimonial, representando o próprio símbolo da paz, D. João por vezes insistiu no casamento da Princesa Joana: em 1484, com o primo D. Diogo, duque de Viseu¹⁰⁶ e, no ano seguinte, com Ricardo III, da Inglaterra. A grande ambição de D. João II era selar a paz entre os reinos e o casamento era a aliança perfeita para tal acordo. A realização de um matrimônio, naquela época dependia apenas da autorização dos pais ou parentes, conforme estava previsto no direito medieval.

Desvendar as esperanças e os receios que as mulheres provocavam nos homens de sua família também é uma questão a ser entendida. Quais os motivos que fizeram D. Afonso V aceitar a vida claustral que D. Joana almejava? Por que ela não se casou, aceitando a vontade de seu irmão, antes e depois de D. João II assumir o trono?

Os homens da Idade Média não consideravam o casamento como eixo para uma boa vida afetiva? Numa civilização marcadamente cristã, não é de se admirar que o ideal do matrimônio se apresentasse como fim último de todo o amor terreno; pelo menos, era isso que o discurso eclesiástico tentava passar. Não se casavam as próprias religiosas com Jesus Cristo? Não casara o próprio Jesus Cristo com a Igreja?

Numa sociedade patriarcal, mas monogâmica, com base na família, só pelo casamento poderiam ser realizados perfeitamente os anseios cristãos e aceita a aproximação dos sexos. Segundo Humberto B. Moreno, existiam três tipos de matrimônio conhecidos: o casamento de bênção (feito com atos solenes pela Igreja), o casamento a furto ou de "juras"

¹⁰⁵ Damião de Góis, também se refere a esse fato. SERRÃO, Joel (dir.). A Princesa-Infanta D. Joana. In: *Ex-dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965. p. 06.

¹⁰⁶ Sobre essa proposta cf. em RESENDE, Garcia de. *Chronica El-Rei D. João II*. Lisboa: Bibliotheca de Clássicos Portuguezes. Vol. XXXII, 1902. p. 119 e PIÑA, Rui de. *Op. Cit.* p. 926.

(menos solene e, muitas vezes, até proibido pela Igreja) e o casamento de pública fama (tipo um concubinato). Existiam diferenças jurídico-sociais entre eles.¹⁰⁷

A relação de aliança pelo matrimônio tinha, em sua origem, algum compromisso paz. No final de um processo de rivalidade, por vezes mesmo de guerra declarada entre famílias, o matrimônio instaurava e selava a paz. A esposa era então colocada no centro do entendimento, e a ela era atribuído o papel de instrumento e penhor de concórdia, ultrapassando seu destino e suas aspirações pessoais. Juramento ou promessa de paz, o casamento empenhava também o estatuto e a honra das famílias.

Geralmente, as jovens da aristocracia casavam-se muito cedo, logo que atingissem certa maturidade física, ou até mesmo antes disso¹⁰⁸. O homem esperaria até atingir a plenitude da idade para se casar; ao contrário, a mulher casaria jovem e donzela, para não se perverter enquanto esperava pelo casamento (pois as mulheres, segundo a concepção medieval, tornavam-se viciosas quando não tinham aquilo que sua natureza reclama), sem contar que assim também gerariam um número maior de filhos, mais belos e mais saudáveis, ou seja, um maior número de herdeiros.

Por isso mesmo, o corpo da mulher no casamento desempenhava tal função: a de garantir a sobrevivência das linhagens. Na família real, essa importância era ainda mais grave, pois somente por meio da honra é que obrigatoriamente o Reino teria herdeiros legítimos. Assim, o corpo feminino deveria ser governado por seu senhor: primeiro pelo pai ou familiares mais próximos, na falta daquele, e depois, pelo marido.

¹⁰⁷ MORENO, Humberto Baquero. *O casamento no contexto da sociedade medieval portuguesa*. Braga. 1979. *Separata Bracara Augusta*. Tomo XXXIII. Fasc. 75-76. Janeiro – dezembro de 1979. p. 17.

¹⁰⁸ ZUBER, C. K. *Op. cit.* p. 200. Essa idade mencionada seria entre 12 a 13 anos, sendo consideradas muito tardias as jovens que se casassem com 17, 18 anos ou mais do que isso.

D. Afonso V conseguiu que suas irmãs, D. Leonor e D. Joana se consorciassem, respectivamente, com Frederico III (Imperador do Sacro Império Romano-Germânico) e Henrique IV (Rei de Castela). Sua terceira irmã fora prometida ao Príncipe Carlos de Navarra, mas este faleceu e ela, Catarina, recolheu-se no Convento de Santa Clara, em Lisboa. Se o monarca tinha se empenhado em tão bons casamentos para as irmãs, é de se supor que ele não iria desprezar a filha. Sem contar que as princesas portuguesas eram as mais cobiçadas ao casamento, em uma época em que o país adquiria prestígio e fama por todo o mundo ocidental cristão, devido ao início de sua expansão marítima.

A escolha matrimonial por parte dos cônjuges não era muito considerada na sociedade medieval, pois a própria função do casamento não era essa. Essa liberdade de escolha era forçosamente limitada por certos condicionamentos de natureza social, quando não, políticos.

Eram muitos os casos entre reis, rainhas e nobres que viviam seu casamento sem sentimento amoroso. Portanto, era comum entre a nobreza a prática do adultério. Foi o caso do irmão de D. Joana, D. João II que se enamorou por uma dama da corte, de quem teve um filho, e não por sua esposa legítima. O adultério era problema grave numa sociedade que pretendia condená-lo sem perdão¹⁰⁹, à luz da ética rígida do cristianismo; numa sociedade em que um bom (pelo menos aparentemente) convívio do matrimônio alicerçava o núcleo familiar. Nesse sentido, mais uma vez notamos que o prescrito era diferente do vivido.

¹⁰⁹ MORENO, Humberto B. *Op. cit.* p. 06.

Numerosas e severas como eram, as leis sobre amores pecaminosos e proibidos, constantemente renovadas, revelavam ser fator óbvio da frequência do pecado. Segundo um foral existente, aquele que matasse em flagrante delito de adultério sua mulher ou alguma parenta de até segundo grau, nada teria que recear. As penas eram tão severas que, se acaso fosse comprovado o adultério, a punição era a morte para a mulher e seu amante. Muitas vezes, se fosse o contrário, o homem raramente era condenado à morte, mas sofria outros tipos de punições. O mais importante é que dependia também da classe social a que pertenciam o réu e a vítima. A tolerância, por exemplo, a maridos que tinham seus casos com prostitutas, chegava a merecer expresso reconhecimento do rei. Com relação ao gênero, para os homens as penas eram muito mais suaves, pois não estava prevista a pena de morte¹¹⁰, como já mencionado.

Os parentes e a família impunham à mulher um conjunto de restrições que delimitavam sua afirmação como indivíduos de plena personalidade jurídica, moral e econômica. Era por meio dessas restrições que seu espaço era definido.

A conduta feudal que permeava as relações familiares era pautada pela tradição. Contrariar o pai era algo impensável para época: respeito e veneração absolutos, até o ponto das mulheres recusarem a transparência da sua própria personalidade. Um tal ambiente de concórdia e de amizade estendia-se às relações entre irmãos que em jogos, discussões e opiniões procuravam nunca se levantar uns com os outros. Hipocrisia, às vezes, necessária, pois não são raros os casos de embates entre os nobres e a própria família real. Os dois filhos de D. Afonso V sempre tiveram bem delineados seus objetivos (D. Joana em não se

¹¹⁰ *Idem.* p. 03-31.

casar e D. João pelo centralismo do poder régio), mas nunca passaram por cima do pai para satisfazerem suas ambições.

A fidelidade sexual das mulheres é o centro do mecanismo familiar, o corpo exige uma vigilância sem falhas, para evitar atos fraudulentos que causariam danos a toda a linhagem real. Assim, D. Joana enclausurada seria a "esposa ideal", dotada das mais plenas virtudes da condição feminina no medievo. Esse seria um dos principais argumentos utilizados pelos cronistas¹¹¹ que não acreditam na vocação religiosa de D. Joana. Segundo eles, ela foi para um mosteiro para preservar sua honra, já que, na ausência do pai e do irmão (ambos em campanha pela África), estaria vivendo em um ambiente cortesão, rodeada de festas e confusões, que ela mesma teria organizado e participado.

"É melhor casar do que desejar ardentemente", já dizia São Paulo, numa visão de que o matrimônio seria mais um "remédio" para os males do corpo. Para um clérigo da Idade Média, o desejo que se sente no casamento é pouco melhor do que as paixões carnavais satisfeitas fora dele. A preocupação de procriar descendentes legítimos é a única justificativa cristã para o casamento. Preocupação muito significativa se olharmos sob o ponto de vista da família real: a principal função do casal era a de deixar herdeiros para o trono.

A desconfiança da Igreja em relação à sexualidade impediu-a de admitir todas as implicações da sua própria doutrina acerca dos fundamentos do sacramento do matrimônio. Considerando, acima de tudo, o seu duplo aspecto civil e religioso, a Igreja santificou um ato que até o advento do cristianismo não passava de um contrato puramente consensual, mas que a partir desse momento (século XII) ganhou um novo significado ético-religioso.

A única união conjugal não reconhecida pela Igreja era o concubinato ou “barregania” dos solteiros, que não tinha o nome de matrimônio e só em certos casos era reconhecido pelo Estado. Pode-se dizer que esse foi o caso do sobrinho bastardo de D. Joana, D. Jorge (caso acima mencionado). Nascido em 1481, mesmo ano em que seu avô, D. Afonso V, faleceu, era um filho fora do casamento, mas todos o reconheciam como filho do Rei.

Outro fato relacionado ao casamento e repudiado pela Igreja era a união de dois parentes muito próximos. O parentesco constituía uma das principais proibições impostas pelo direito canônico¹¹². No caso da nobreza, era necessário e primordial a permissão papal (forma também pela qual demonstrava respeito à religiosidade e legitimidade da união dos nubentes). Essa permissão não era de todo difícil de ser conseguida já que esses casamentos eram, na verdade, acordos políticos e alianças estabelecidas. Aliás, ao contrário, era muito comum a união entre parentes muito próximos nas famílias reais, que tinham interesse em evitar deslocamentos do poder.

Mas, em uma sociedade tão pequena e tão fechada como era a aristocracia portuguesa de então, é fácil compreender a relativa freqüência do matrimônio entre parentes bem próximos, com ou sem a autorização de Roma. Os pais de D. Joana eram primos primeiros e a segunda possibilidade de casamento (que não se realizou) cogitada por D. Afonso foi com a sua sobrinha, D. Joana, a Beltraneja (princesa castelhana).

Isso fica fácil de ser entendido se levarmos em conta que nos finais do século XV a possibilidade de uma sucessão feminina no trono não era algo impensável ou

¹¹¹ PIÑA, Rui. *Op. cit.* e RESENDE, Garcia de. *Op. cit.* Essa questão será desenvolvida mais à frente.

¹¹² GUERREAU, Alain. *O feudalismo – um horizonte teórico*. Trad. Antônio J. P. Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980. Sabido é que a Igreja proibia a realização de consórcios que não fossem além do 7º grau. Mas oficialmente, a prática se dava de forma contrária. p. 226.

impossível. Apesar da Princesa D. Joana ter sido Jurada, a possibilidade maior recaía em D. Fernando que provavelmente subiria ao poder caso faltasse outro sucessor.

Assim, a Princesa foi Jurada sucessora da coroa antes do nascimento do príncipe D. João, o que prova também que era doutrina acatada, as mulheres, poderem reinar. E não só até o nascimento do irmão varão ela conservou o título de Princesa Jurada; levou-o até seu túmulo, devido à falta de sucessores à Coroa¹¹³.

Mas é importante deixar claro que a sucessão pela via feminina só acontecia se estivesse esgotada a via masculina; nessas circunstâncias, seria fácil afastar do trono a Princesa Joana em favor ou de D. Fernando, ou mesmo casá-la rapidamente para que seu marido tomasse o poder.

O próprio conceito de família, na Idade Média, foi diversificado e é diferente do nosso conceito contemporâneo. Para a Alta Idade Média era um, e para a Baixa Idade Média, outro. Primeiramente, a família para o homem medieval era constituída com base na idéia de dependência das relações feudais. Portanto, em termos quantitativos, quem era considerado ‘da família’ era um número bem maior do que o da Baixa Idade Média. Até cerca do século XI, esse grupo poderia ser constituído por toda a população de um domínio ou vila. A família não necessariamente teria que ter a conotação de parentesco. Somente a partir do século XI é que o sentido de família se desenvolveu, principalmente entre a aristocracia. Segundo Alain Guerreau, somente é possível visualizar a família nos moldes em que existem hoje, no século XIV¹¹⁴.

De acordo com a mentalidade medieval, a fragilidade e a fraqueza das mulheres exigiam proteção e vigilância. As suas andanças pelo exterior eram reduzidas a percursos

¹¹³ Assim também concorda Antônio G. R. M. Cf. em MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha. (1966) *Op. Cit.* p. 23.

bem definidos: à igreja, ao lavadouro, ao forno público ou à fonte, lugares que variavam conforme sua condição social, mas que eram designados de uma forma precisa¹¹⁵. O espaço de circulação da mulher era bem delimitado.

Os espaços pelos quais D. Joana circulava se restringia a poucos lugares, apesar da sua condição de Princesa e de ter por isso mesmo, uma vida social mais agitada que as outras mulheres da nobreza portuguesa. Ela circulava apenas em seu paço e em algumas ocasiões nas quais sua presença era exigida tais como, por exemplo, as festas da corte. Nem fora dos limites do Reino português D. Joana circulou. Depois de enclausurada, só saiu do Mosteiro de Jesus de Aveiro para fugir da peste. Mas mesmo nessa ação foi discreta.

Por isso, as mulheres, principalmente as aristocráticas, ocupavam seu tempo com trabalhos de fiação e tecelagem, pois o importante era que não tivessem outras coisas para fazer ou pensar. Esses trabalhos imobilizavam o corpo da mulher e entorpeciam os seus pensamentos, evitando que ela se perdesse em devaneios perigosos para a sua honra e para a honra da casa. Desde a mais tenra idade, as mulheres fiaram, teceram, coseram e bordaram sem descanso, e quanto mais alta fosse sua linhagem, quanto mais honra tivessem, menos tempo era-lhes concedido para brincar, rir ou dançar. Também assim era a vida das mulheres na Casa da Rainha: o tempo das nobres e das criadas eram delineados por essas ocupações.

Quando casavam, o corpo das mulheres também tinham uma ocupação específica: a procriação. Depois do primeiro filho, gravidez e nascimento sucediam-se em

¹¹⁴ GUERREAU, Alain. *Op. Cit.* p. 223 – 232.

¹¹⁵ ZUBER, C. K. *Op. Cit.* p. 206.

um ritmo acelerado¹¹⁶. Os períodos de gravidez ocupavam cerca de metade da vida das mulheres casadas, antes de atingirem os 40 anos.

Isso porque a mortalidade infantil era muito elevada e a alta das taxas de natalidade não era suficiente para compensá-la. Daí a estagnação (quando não decréscimo) do número de habitantes, durante séculos e séculos. Nos registros genealógicos, dos séculos XII a XIV, segundo Oliveira Marques¹¹⁷, o número de sobreviventes entre as famílias nobres, era em média de dois filhos, sendo freqüentíssimo os lares onde um único filho ultrapassava a maioridade. Foi o caso da família de D. Joana: D. Isabel, sua mãe, perdeu o primeiro filho e antes de morrer só conseguiu gerar outros dois.

É verdade que a menor duração da vida de cada pessoa obrigava o adolescente a tornar-se adulto e atuar como tal numa idade bem precoce. A infância não ultrapassava a primeira dezena de anos e assim que o jovem entrasse na puberdade (atingisse a maturidade para gerar filhos) já estaria apto para se casar. É interessante mencionar isso devido às propostas insistentes que D. Joana vai ser obrigada a escutar até que atingisse um período considerado tardio para se casar, depois de sua terceira década de idade.

A longevidade também de reis e rainhas também não fugia à regra, apesar das melhores condições de vida que a família real desfrutava. As soberanas, antes de completar a quarta década de vida, geralmente faleciam, em um tempo em que a morte atingia cedo os homens. A principal *causa mortis* entre as mulheres medievais era o parto, seguida, em ordem decrescente de importância, por aborto, fome e epidemias.

¹¹⁶ Essa também a opinião de Christiane K. Zuber: “No ciclo quotidiano dos nascimentos e das mortes, as casa de finais da Idade Média albergavam, em média, pouco mais do que dois filhos vivos ...”. Cf. em ZUBER, C. K. *Op. Cit.* p. 203.

¹¹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1960. p. 210.

Os homens medievais estavam muito mais sujeitos a perigos de morte iminente do que o homem moderno. Dos quatorze aos dezesseis anos os herdeiros recebiam o encargo do governo, ocasião em que era-lhes retirada a menoridade. Aos dezoito atingiam-se, em geral, a condição de maior. Adolescentes de catorze e quinze anos praticavam façanhas de guerra. Meninas de doze adquiriam o estado de donas, ou seja, de mulheres casadas.

Engrenagem essencial do bom funcionamento social, as mulheres deveriam saber administrar bem a economia de sua casa. Qualquer excesso de despesas prejudicaria todo o corpo familiar, por isso deveriam ser comedidas e ajuizadas. Como a vaidade, gula e luxúria eram considerados pecados mais próximos da natureza feminina, deveriam ser constantemente vigiados.

Devemos também considerar que as mulheres da nobreza não tinham muitas opções: ou se casavam ou viravam religiosas. Estas últimas ainda poderiam optar por prestar ou não votos solenes¹¹⁸. A primeira dessas duas opções, porém era a mais provável para uma Princesa Jurada.

Esqueci de mencionar anteriormente que o irmão de D. Joana, D. João II, em toda sua infância foi um menino muito doente e, por isso, não era de todo garantido sua sobrevivência para herdar o trono. Portanto, recaía sobre D. Joana a responsabilidade de garantir a sucessão do Reino.

Princesa de um dos Reinos mais bem-vistos em todo o continente europeu, como também fora dele, D. Joana foi desejada como esposa por vários pretendentes. Em

¹¹⁸ ROSA, Maria de Lurdes. *Op. cit.* “... grande número de devotas optaram por um estado intermédio, em que se votavam a Deus mas não professavam solenemente, mesmo quer toda a vida se movessem em círculos clericais e não contraíssem laços familiares.” A autora, cita como exemplo, Santa Catarina de Sena, que

1460, com oito anos de idade, recebeu seu primeiro projeto de casamento, delineado por aqueles que viam nela uma forma diplomática, tão comum naqueles tempos, de conseguir alianças entre os reinos. Esse casamento foi encorajado pelo próprio D. Afonso V que, posteriormente, voltou atrás e se opôs a ele por vários motivos. Primeiramente, porque os dois infantes se encontravam em tenra idade e porque o pretendente D. Afonso¹¹⁹, irmão do rei de Castela, poderia mais tarde desejar outra esposa, o que não seria bom à D. Joana, por ser uma situação considerada ultrajante. Esse primeiro pretendente¹²⁰ teve um destino melancólico, pois veio a falecer aos 14 anos, em 1465, solteiro.

No que se refere aos pretendentes de D. Joana, há um fato curioso: nem os cronistas nem o próprio *Memorial* ou qualquer hagiógrafo fazem referência a essa primeira proposta de casamento a D. Joana com o Infante D. Afonso de Castela. Talvez por não haver partido da própria Princesa a iniciativa de negar o pedido casamento; foram outras circunstâncias que levaram à sua não realização.

Além dessa, D. Joana recebeu mais três propostas de casamento são mencionadas em minhas fontes: do rei da França, do rei da Inglaterra e do filho do rei do Sacro Império Romano-Germânico. A primeira proposta, ocorrida em 1460, como já dito, não é mencionada no *Memorial* de Margarida Pinheiro, como também nas próprias fontes iconográficas posteriores ao século XV.

Portugal mantinha boas relações diplomáticas com a França, ainda que não estivesse ligado a esse país como o era, por aliança e estreita amizade, com a Inglaterra.

mesmo nunca ter professado na Ordem Dominicana, nem ter contraído matrimônio, viveu como religiosa por toda a vida, assim como D. Joana. p. 422.

¹¹⁹ GONÇALVES, Gaspar. *Op. cit.*. Seu irmão Henrique IV, por seu feitio inconstante poderia levar o irmão, o primeiro pretendente de Joana, à outra escolha. Este consórcio serviria de pretexto para uma aliança que se aproveitaria de Castela. Este primeiro pretendente tinha um ano a mais que a Princesa. p. 43.

¹²⁰ *Idem*. Este pretendente era o irmão do soberano de Castela (Henrique IV), o Infante D. Afonso, nascido um ano após a Princesa em 1453. p. 42.

Luís XI, da França, teria pedido a mão da Infanta para o seu filho, o delfim Carlos e depois para seu irmão¹²¹.

Mas, não existem provas concretas desses pedidos. *O Memorial* de Margarida Pinheiro refere-se aos dois pedidos do Rei da França, atribuindo o primeiro como sendo para o delfim e, quanto ao segundo apenas diz que o rei da França novamente a teria pedido em casamento, não especificando se seria realmente para seu irmão. Há também notícias de negociações com o Duque da Bretanha, entre 1469 – 1470.

D. Joana, então com 24 anos de idade (1476), segundo essa fonte, via-se requisitada a se casar com um pretendente francês. Apesar de já viver em Aveiro e vestir o hábito dominicano, oficialmente estava desobrigada a seguir a Regra do Mosteiro e poderia se casar. Para D. Afonso V era interessante esse consórcio já que contava com os franceses como aliados contra os aragoneses e castelhanos, que por aquela época ameaçavam Portugal¹²².

Voltando ainda à crítica da fonte, Margarida Pinheiro confunde os fatos e as datas. Na verdade, não poderia ter sido o delfim Carlos VIII o pretendente de D. Joana. Nascido em 1470, cinco anos depois já tinha sido prometido para a filha de Eduardo IV, da Inglaterra.

Não só D. Afonso, como também outros soberanos, insistiram nas propostas de casamentos à Infanta. Os projetos e tratados de casamentos entre reis, príncipes e detentores da alta nobreza, como já dito, faziam parte da diplomacia européia e eram quase uma obsessão generalizada nas cortes e nas casas dominantes de então. O que contava, sobretudo, era estabelecer laços que engrandecessem nações e domínios.

¹²¹ Cf. SOUSA, Luís de. *Op. cit.*

Há aqui também um outro fato interessante que nos relata Margarida Pinheiro, e que faz parte de todo o misticismo criado em torno da figura da Princesa: esta, por meio de um sonho inspirado por Deus, já sabia antecipadamente que seus pretendentes estavam mortos. E isso, no *Memorial* surge por duas vezes.

“... e o dito rey de Franca aaquelle tenpo . e naquelle dia viuo era . a ella lhe prazija consentir no tal casamento . Oo maravilhoso poder diuinal . e syngullar amor e graca . que acerca desta sua sposa obrou . nom soamente esta vez . mas outra e outras . porque do dia que esta senhora estas pallauras disse a oyto dias chegou muytm aa pressa recado e noua certa que o dito rey que demandaua a dita senhora pera casamento era morto. Outro tanto e per esta meesma maneyra conteceo a ell rey de Yngraterra .”¹²³

Assim se confirma a proposta de casamento com o rei da Inglaterra:

“...Prezava-se de Portuguez, porque trazia sua descendência da casa Real de Portugal. Tanto que se vio Rei pacifico, dezejou renovar o parentesco; e juntamente a paz, e amizade, que seus antecessores tinham com este Reino. Despacha Embaixadores, offerece pazes com particularidades de importância, e pêra firmeza, pede a Princesa D. Joana por mulher...”¹²⁴

¹²² GASPAR, J. G. *Op. cit.* p. 147 – 150.

¹²³ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 262.

D. Joana, ao saber que embaixadores do Reino Inglês haviam sido enviados a Lisboa, sofreu grandes tormentos:

“E nom querendo ho piedoso Senhor a sua verdadeyra sposa e verua fosse mais aflyta e atormentada . sem delle receber assynada consollacam e evidente ajuda e lyramento das angustijas e persegujcoens que por ho serujr lhe eram feytas e dadas . estando ella em deuota oracom derramando lagrimas em muita avondanca . supytamente foe tomada de huum leue sonpno . vyo huum fremoso e splandecente mancebo . o qual com clara e resplandecente face e ledto gesto lhe disse. Nom temas nem sejas triste . Sabe certo que morto he ...”¹²⁵.

Continua o *Memorial* a contar que, no dia seguinte, D. Joana contou o sonho a seu irmão. Seis dias depois, D. João recebeu a notícia confirmando a visão que sua irmã havia tido. Desses fatos teria se aproveitado D. Joana para rogar ao irmão que definitivamente desistisse de casá-la, pois:

“ a deuota senhora jffante sua jrmãa lhe disse . por assygnada mercee lhe pidija jamais nom curasse de tentar em a rrequerer pera casamento com nenhuum mortal homem que com quantos reys

¹²⁴ SOUSA, Luís de. *Op. cit.* p. 1078.

¹²⁵ PINHEIRO, Margarida. *Op. Cit.* p. 264.

e senhores a quisesse per tal forca como lhe tinha feyta casar . que
Deus em breue os avija de tirar desta vyda .”¹²⁶

Nesse segundo episódio narrado por Margarida Pinheiro, existem certos fatos históricos verdadeiros ou, que pelo menos, coincidem com o que realmente aconteceu como, por exemplo, a data da morte de Ricardo III, da Inglaterra.

Já em 1386, o tratado de Windsor com a Inglaterra, cujo objetivo era a paz e a aliança, veio cimentar o relacionamento entre ambos os reinos. Já se notava, por essa época, forte influência britânica, quer seja na corte (com alguns nobres que a própria rainha portuguesa trouxe consigo) quer na organização militar ou mesmo na educação dos príncipes. Apesar de não haver em nenhum documento prova da existência desse pretendente, Ricardo III, acredito ser possível ter o episódio despertado o interesse de fortalecer os laços de amizade entre as famílias via casamento.

Por essa data, 1476, pensou-se em uma possível aliança de Portugal via casamento, com o Sacro Império Romano-Germânico. Dessa feita, seria o casamento de D. Joana com Maximiliano, filho de Frederico III, que tinha então 17 anos e já era viúvo. Deve ser ressaltada aqui a considerável diferença de idade entre os pretendentes: D. Joana era sete anos mais velha que Maximiliano. Assim como as outras propostas, essa também não se efetivou.

¹²⁶ SOUSA, Luís de. *Op. Cit.* p. 265.

Mas não foi somente com pretendentes estrangeiros que D. Joana não viu a efetivação de seu casamento. Dois outros também são mencionados em sua biografia, sendo ambos os pretendentes do próprio Reino Português. Não deixa de ser interessante que seus últimos pretendentes fossem de Portugal. Seria por falta de escolha, de pretendentes ou devido ao contexto do Reino? Ou seria, ainda, devido à idade avançada de D. Joana? Sobre o primeiro deses dois pedidos há apenas uma breve menção:

“...por deuido a parte Del Rej Dom Afonso trataua com o Ifante Dom Fernando e Duque de Bragança, e falaua sse casamento delle com a Ifante Dona Joana filha delRej Dom Afonso de Portugal.”¹²⁷

Como não há mais nenhuma referência, a essa proposta, fica, portanto, lacunar uma interpretação se este teria ocorrido de fato ou não. O que é importante é apenas mencionar que ela surge em uma das milhas fontes. A segunda proposta, foi recebida de pretendente português, D. Diogo, quarto duque de Viseu e terceiro duque de Beja, componente da mais alta nobreza e com grande prestígio na corte. Era sobrinho de D. Afonso V e irmão da rainha D. Leonor (esposa de D. João II). Esse nobre foi criado na mesma casa que o rei D. João II¹²⁸.

No início de 1484, D. Joana, então com 32 anos de idade, viu-se requisitada pelo rei, seu irmão, a casar-se com o primo D. Diogo. Esse nobre, juntamente com uma ala da fidalguia, deslumbrou-se com a idéia de matar o Rei e assumir o poder, porque seria o

¹²⁷ CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438 – 1489)*. Códice 443 da coleção pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983. p. 319.

¹²⁸ GASPAR, João G. *Op. cit.* p.187.

nobre mais propício à isso dentro da corte. D. João II descobriu a trama a tempo e mandou matar seu cunhado por traição¹²⁹. Morria, assim, outro pretendente de D. Joana.

Esse fato é interessante porque evidencia uma repetição do drama vivido entre os próprios familiares régios: a mãe de D. Joana foi obrigada a sufocar a dor pelo pai e irmãos, vítimas da Batalha de Alfarrobeira, assim como sua cunhada, D. Leonor, teve que esconder a dor pela morte do irmão, que foi causada por seu próprio marido.

Mencionadas todas as propostas de casamento feitas à Princesa Infanta e analisadas algumas, verifico aqui que é possível pensar (que é o mais plausível) que a não realização do casamento de D. Joana, com qualquer um de seus pretendentes, não seria devido a um contexto que não lhe fosse favorável.

Aí está outra crítica à fonte de Margarida Pinheiro: esses fatos, nem sempre verossímeis pelo anacronismo de datas (por exemplo), são vistos pela cronista como coincidências prodigiosas de uma alma já dotada de grande poder divino, que era a de D. Joana. Julgamento duvidoso.

6. Iconografia da Princesa

O retábulo em madeira, abaixo, com o retrato de D. Joana, foi feito para mostrar a filha de D. Afonso V a seus pretendentes estrangeiros. Essa é uma das poucas imagens, do círculo familiar régio existente, da Dinastia de Avis¹³⁰:

¹²⁹ *Idem.* p. 188 – 191.

¹³⁰ MARQUES, A.H. de Oliveira. *Op. cit.* p. 448.



Figura no.03 – Retábulo da Princesa D. Joana

(600 mm X 400 mm – século XV - Museu Regional de Aveiro)

No retrato, a Princesa está vestida com todo o esplendor, segundo a moda da corte de D. Afonso V. Certos pormenores caracterizam, inclusive, trajes muito parecidos com os que sua mãe, a rainha D. Isabel, e sua tia, D. Filipa, usavam. O aparato do cabelo da Princesa é uma dessas características: “ *não lhe faltando o penteado da epocha em que os cabelos presos em volta da cabeça por uma ou mais fitas de seda cravejadas de rubis, caíam soltos pelas costas abaixo...*”¹³¹.

Outros detalhes desse retrato valem a pena serem aqui analisados. Joaquim de Vasconcelos, grande conhecedor e estudioso de arte, aponta alguns desses detalhes: além do adorno na cabeça, D. Joana usa um anel de ouro com um grande rubi. Esse seria o anel que ela deixou, em seu testamento, para D. João II – “... *Item ho roby grande do anel ao principe meu senhor...*”¹³². D. Joana usa uma pulseira que hoje mais parece um cordão ornamental, feito de ouro. Sua postura seria a de uma noiva da época: a impressão que se tem é a de uma figura largamente decotada e o movimento da mão posta sobre o coração, com seus cabelos loiros compridos¹³³. Elegância e postura intencional? Por que não?

No século XV, os objetos da reflexão sobre as artes eram a estética e a técnica. Os pintores se centravam em uma idéia de conjunto com vistas à realização da beleza, obtida pela escolha, nas aparências, daquilo que parecia mais belo segundo esta mesma idéia¹³⁴.

¹³¹ MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha. *Iconografia da Infanta Santa Joana*. Aveiro: Ed. Coimbra, 1952-1957. p. 18 e 30.

¹³² PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 278.

¹³³ MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha. (1957) *Op. cit.* p. 22. Sobre este retábulo de D. Joana cf. também em SOUTO, Alberto. *Op. cit.* p. 07 – 29.

¹³⁴ BAZIN, Germain. *História da história da arte*. Trad. Antônio de Padua Danesi. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 14 – 15.

Não me espantaria caso houvesse uns ajustes por parte do pintor para que o retratado ficasse mais bem representado na pintura. Era comum isso ocorrer. Um embelezamento da Princesa nesse retrato portanto, não é uma hipótese a ser descartada. Afinal, era esse o retrato oficial de uma pretendente à esposa que circulou por muitas cortes européias.

No trabalho de campo em Aveiro (no antigo Mosteiro de Jesus de Aveiro, hoje Museu), verifiquei que na etiqueta do retrato consta: Retrato da Princesa S.ta Joana – Pintura da segunda metade do séc. XV – autor: Nuno Gonçalves, 1471. A obra de arte teria sido feita provavelmente quando a Princesa estava entre seus 18 e 20 anos, portanto, mais ou menos em 1470 – 72¹³⁵. Nuno Gonçalves foi nomeado pintor régio de D. Afonso V em 1450¹³⁶. É a ele também que se atribui a autoria dos Painéis de São Vicente de Fora, em Lisboa, mas quem de fato os teria pintado ainda constitui uma incógnita para os especialistas. O próprio Joaquim Vasconcelos não acredita na autoria de Nuno Gonçalves¹³⁷. A hipótese mais provável é que o quadro seria de um artista estrangeiro, uma daquelas pessoas contratadas por D. Afonso V e que faziam parte da corte¹³⁸, e do qual não se sabe o nome. A semelhança entre o estilo do retrato de Joana e os painéis de São Vicente de Fora permitem levantar a hipótese de ser o mesmo pintor.

¹³⁵ *Idem.* p. 23.

¹³⁶ Cf. em <http://www14.brinkster.com/paineis/main.html>. Acessado em 10 de agosto de 2003. Este pintor é considerado um dos principais artistas da corte portuguesa do fim do século XIV. Os painéis de São Vicente de Fora é assim também uma das principais e poucas pinturas do período.

¹³⁷ MADAHIL, Antônio G. R. (1957). *Op. Cit.* p. 24. Joaquim Vasconcelos enumera vários pontos para sustentar sua afirmação de que a autoria não é de Nuno Gonçalves: uma delas seria a madeira utilizada na confecção de tal retrato, que foi a nogueira, estranha aos pintores quinhentistas portugueses que se utilizavam de carvalho e/ou castanho. Cf. p. 30. Sobre esta opinião de Joaquim de Vasconcelos cf. também em BAZIN, Germain. *Op. Cit.* p. 370 – 371.

¹³⁸ *Idem.* p. 31.

Acredito que a data da pintura seja mais remota que 1471, já que foi utilizada para ser mostrada aos seus pretendentes de D. Joana¹³⁹. É válido que se diga, que nessa época, as obras de arte viajavam mais do que os homens¹⁴⁰. Essa, no caso, teria ido mais longe do Reino do que a própria Princesa, que nunca saiu dele.

Nessa pintura de D. Joana, a impressão que tenho é a de que seja de uma jovem com idade superior aos 25 anos (como já mencionado sobre sua aparência mais avançada).

“ ... Era no rostroe corpo . muym aposta . a fronte muito graciosa . os olhos verdes muim fremosos . ho naryz meaão e de boa feycam . a boca grossa e revolta . rosto redondo . ho caram aluo com alguma canta quer coor bem posta . muito fremosa garganta e maãos mães do que se podesse achar *e veer a ninhuma outra molher . alta e grande de corpo dereyto . muym aposto e ayroso . aa vista e representacam de grande senhora e estado.*”¹⁴¹

Essa descrição textual de Margarida Pinheiro me parece ter sido feita quando a religiosa olhava o retrato, pois confere exatamente com a fonte visual. Portanto, concorda, perfeitamente, com a célebre tábua de Aveiro. A dominicana conviveu com a Princesa por anos a fio e, por isso, é a fonte mais credenciada para fazer a descrição física da Infanta. Aliás, todos que escreveram sobre seu retrato citam como fonte Margarida Pinheiro; portanto, tornou-se senso comum essa descrição de D. Joana, nesse que é, acima de tudo, o seu retrato oficial.

¹³⁹ *Ibidem*. Assim também concorda Antônio G. da R. Madahil: “ ...consideramos o retrato do Museu de Aveiro datando muito aproximadamente de 1467, isto é, dos 15 anos de idade da Infanta ...” p. 77. Sobre essa opinião cf. também as páginas 74 e 75 da mesma obra.

¹⁴⁰ *Ibidem*. p. 32.

Não posso deixar de mencionar que o retrato tem todas as características da escola portuguesa de pintura da segunda metade do século XV, que utiliza a “técnica esfumada”: basta comparar a cor da epiderme do rosto com a do peito e das mãos. O primeiro possui num aspecto mais sujo, enquanto o peito e as mãos encontram-se mais claros. A pintura está em “intonaco”, isto é, a tábua está preparada com uma camada grossa, sobre a qual o artista assentou as cores, que não têm veladuras, a tinta é delgada, com pouca transparência¹⁴².

E não só no aspecto das técnicas ficam denotadas as características da escola portuguesa do século XV: isso se deve a sutileza dos elementos pictóricos. As formas suavemente arredondadas e as sombras escuras e aveludadas criam uma sensação de luz e leveza. É válido que se diga, que este caráter suave e pictórico caracterizou não somente o estilo de pintura dos portugueses mas também foi uma das características do estilo internacional do período, como também, seu realismo dos detalhes¹⁴³.

Mas é válido retomar a uma outra fonte iconográfica da época, que também faz referência à D. Joana. Trata-se dos painéis de São Vicente:

¹⁴¹ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 235.

¹⁴² MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha. (1957). *Op. cit.* p. 23.

¹⁴³ JANSON, Anthony F. *Iniciação à História da Arte*. Trad. Jefferson Luiz C. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 156.

PAINÉIS DE SÃO VICENTE

FIGURA No. 04.



Fonte: <http://www14.brinkster.com/paineis/main.html>. Acessado em 10 de agosto de 2003.

Legenda da Figura no. 04

Tríptico A

1. Carlos da Catalunha
2. D. Pedro, rei de Aragão
3. D. Filipa
4. Duquesa de Borgonha
5. Príncipe D. João
6. Perceptor do Príncipe
7. Vereador da cidade de Lisboa
8. Fr. João Álvares
- 9 e 10. Membros da Confraria do Espírito Santo

Esses painéis encontram-se hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa. Sua autoria é atribuída a Nuno Gonçalves, que neles segue o estilo de arte do grande centro pictórico da Península Ibérica daquela época: Barcelona, na região da Catalunha. Com efeito, muitos dos recursos técnicos utilizados pela escola catalã, como é o caso dos “esgrafiat” (processo de dourar halos e vestes), estão bem presentes nesses painéis.

O que é, nessa fonte iconográfica, mais importante ainda não me remeti: a figura número três. Na legenda, essa seria a irmã da rainha D. Isabel, D. Filipa, tia de D. Joana. Deve-se reparar na semelhança de seus trajes com a primeira fonte iconográfica neste

trabalho apresentada: o jeito de prender o cabelo, os colares e adornos e o próprio decote do vestido. Sem contar com a própria expressão que essa figura, bem como o retrato oficial de D. Joana, nos passa. Quando se examina esse painel, verifica-se estar na presença de uma pintura com todas as características da época em que viveu a filha de D. Afonso V. “Preparo do suporte, técnica, indumentária, espírito, tudo é bem do tempo a que pertenceu o modelo.”¹⁴⁴

Já foi até mesmo levantada a hipótese, por Alberto Souto, de que nesse painel de São Vicente a personagem número três seria, na verdade, a própria D. Joana e não sua tia D. Filipa. Também é dessa mesma opinião Albino Lapa¹⁴⁵. Esses autores afirmam que não teria lógica não estar D. Joana num quadro onde estavam representados D. Afonso V e D. João II. Se a figura que se ajoelha em frente à de São Vicente é D. Afonso V, a outra, ajoelhada em lugar de igual categoria, deveria ser sua filha D. Joana e não sua cunhada. Mas isso não quer dizer necessariamente que seja D. Joana.

Sem contar que essa era uma prática comum: fora de Portugal, há notícias de retratos de personagens lusitanas que circulavam no estrangeiro. Dona Leonor, filha do rei D. Duarte, de Portugal, e mãe do imperador Maximiliano¹⁴⁶, foi uma das princesas da época retratada.

Ainda sobre o retrato oficial de D. Joana, problemas de técnicas de pintura, autoria, data e de restauro ainda constituem incógnitas. Sobre o restauro desse retrato é válido que se diga que ocorreu por duas vezes: a primeira em 1935 e depois, em 1940.

¹⁴⁴ *Ibidem*. p. 29.

¹⁴⁵ LAPA, Albino. *A questão dos painéis*. Lisboa: Revista Brasões e Genealogias, 1928.

¹⁴⁶ Veremos a seguir que Maximiliano foi antes de se casar com Maria de Borgonha, um dos pretendentes à mão da filha de D. Afonso V. Cf. em MADAHIL, Antônio G. R. (1957) *Op. cit*, p. 31.

Portanto, a textura, as cores, fora os danos, devem ser levados em conta. A própria cor dos cabelos e dos olhos de D. Joana estão diferentes.

Em épocas posteriores à desse retrato, encontrei muitas outras fontes iconográficas sobre a Princesa D. Joana de Portugal¹⁴⁷. A maior parte de sua iconografia foi feita a partir dos séculos XVII – XVIII, quando há principalmente a pintura da Princesa em trajas do hábito dominicano - portanto, como religiosa e não como a filha de D. Afonso V - e com algum símbolo da rejeição das três coroas¹⁴⁸. Esse retrato é a única fonte visual que encontrei contemporânea à da Infanta.

7. A Religiosidade da Princesa

Na mocidade, D. Joana travou uma intensa relação de amizade com D. Leonor de Meneses¹⁴⁹. A dama ,já mencionada, era filha única do segundo casamento de D. Duarte de Meneses com a condessa D. Isabel de Castro. Da mesma faixa etária da Princesa Infanta, D. Leonor desde cedo manifestou-se voluntariamente pela vida em religião. Essa dama, se não persuadiu, ao menos influenciou a escolha de D. Joana pelo Mosteiro de Jesus de Aveiro.

D. Leonor começou cedo a pensar na vida religiosa: já em 1471, logo após a morte de seu pai. Por isso mesmo, órfã e não tão constrangida a casar, como filha segunda

¹⁴⁷ Só para ilustrar, há no Museu de Aveiro uma tela intitulada: “Oferta do retrato da Princesa Santa Joana ao Rei francês”, de autoria de Emmanuel Ferreira e Sousa, datada do século XVIII.

¹⁴⁸ Não julgo necessário aqui apresentá-las, pois se remetem a períodos posteriores ao qual me propus a trabalhar.

de um segundo casamento, avançou nos seus intuitos religiosos. Sua carreira religiosa foi bem sucedida: professou votos no dia 06 de dezembro de 1471, sete anos depois foi promovida a subpriora e, por morte de D. Brites, ficou como sucessora do priorado do Mosteiro de Jesus de Aveiro.

Por esses laços afetivos entre as duas amigas, ambas comungavam o mesmo ideal do serviço a Deus e trabalhavam por levá-lo a termo, embora, para a filha do rei, que então estava no auge de sua juventude, ou seja, na idade ideal para o casamento, as dificuldades fossem infinitamente maiores. Logo que optou pela vida claustral dominicana no humilde convento de Aveiro, D. Leonor comunicou sua escolha à Infanta.

Há menção, por várias vezes, no *Memorial* de D. Joana, de cartas que as amigas trocavam, quando D. Leonor estava no Mosteiro de Jesus de Aveiro. Fica aqui uma das lacunas do trabalho, pois tais correspondências não foram encontradas nas pesquisas realizadas para este estudo, (essas fontes foram procuradas na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional de Lisboa e nos arquivos de Aveiro).

D. Leonor ia conseguindo informações de diversos mosteiros. Parecia agradecer-se mais por Santa Clara de Lisboa e Santa Clara de Coimbra, pela sua tradição e pela seriedade da observância da regra franciscana. Mas a fama e o rigor monástico do novo Mosteiro de Jesus de Aveiro chegaram aos ouvidos dessa fidalga. D. Leonor optou logo pelo hábito de São Domingos, em Aveiro, comunicando rapidamente à Princesa o que resolveu; esta mais se entusiasmou pela vida claustral.

D. Joana exerceu sua religiosidade de forma discreta e muitas vezes até escamoteada, por ser constrangida à sua função pública de Princesa, ou seja, às

¹⁴⁹ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* D. Leonor de Meneses era prima de Santa Beatriz da Silva e Meneses, falecida em 1491 e canonizada em 1976. Segundo nossa fonte primária, seu pai, D. Duarte de Meneses, era

circunstâncias não permitiam que uma Princesa Jurada manifestasse grande afeição pela vida religiosa (acredito serem esses os motivos).

Nessa vida cortesã, já mencionada, anteriormente, D. Joana se submetia vários tipos de penitências. No reinado de D. Afonso V, as festas e saraus eram comuns e quando a Princesa tinha que cumprir seu papel social de freqüentá-las, o fazia, porém:

“Nunca desuestia nem mudaua a camisa de lã que debaixo a caram da carne trazija streyta e apertada por a multjdam dos piolhos que criaua com que era constringida a tyrar e vestir outra .”¹⁵⁰

Marques Gomes ainda afirma que por mais acostumada que fosse com a vida social da corte, D. Joana:

“ ... não permitia que no seu paço, ..., se fizessem jogos nem momos de vaidades; se queria ter sarau, fazia-o quando seu pae e irmão lh’o vinham dar e ter com ella ... Parece que n’estas festas, em que sempre dançava com el – rei, ou com o infante D. Fernando, seu thio, D. Joana occultava com cuidado, sob as sedas dos seus vestidos e os brilhantes dos seus colares, a camisa de grosseira estamenha e os aperos celicios.”¹⁵¹

Ela mandou que fosse feita, embaixo de sua câmara, uma pequena porta e construída uma escada, que dava em um alçapão de acesso a um cômodo onde poderia

Conde de Viana do Minho desde 1460 e também o capitão e regedor de Alcácer – Céguer. p. 208.

¹⁵⁰ *Idem.* p. 231.

dormir desconfortavelmente em cama dura e ásperas cobertas. Era esse o local de seu culto particular e de penitência, já mencionado anteriormente. D. Joana teria justificado tal reforma em sua câmara como sendo um aposento para seus servidores pessoais. É válido que se diga que era corriqueiro, no período, que tais câmaras servissem também para encontros amorosos.

Jejuns e abstinências faziam parte do cardápio da Princesa. Na Semana Santa, ela exercia sua religiosidade indubitavelmente:

“Toda a ssomana sancta tijnha sylencio . E dêa a quarta feyra de treeuas . com nenhuma pessoa falaua pouco nem muito . passandoos todos com muita oracom e lagrimas de noyte e de dia e jejuum muym streyto em toda a somana . Quinta e ssesta a pam e auga ... e estando senpre com ho Senhor atee ho dia da Ressurreycam . Confessaua e comungaua aiude em as festas de nosso Senhor e de nossa Senhora . E no dia da quinta feyra do Senhor ... mandaua ao seu secretario ... lhe trazia doze molheres as mães strangeyras pobres e miserauees e em sua secreta câmara mitydas . a muym humilde senhora com suas mãas posta de giolhos lhes lauaua os pees e mãos...”¹⁵²

Esse período constituía para D. Joana grande momento para manifestar sua fidelidade à religião e a seus princípios. Ela não saía de seu oratório e de lá mandava que criados oferecessem esmolas e ajuda a mendigos, penitentes, doentes e estrangeiros. Tais

¹⁵¹ GOMES, Marques. *Op. cit.* p. 10.

¹⁵² PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* Segundo a cronista: p. 233.

atitudes estavam em voga na religiosidade da época: o sentimento de caridade ao próximo e as mortificações corporais eram atos definitivamente inerentes ao bom cristão.

A ascese cristã de então dava uma maior importância às manifestações da pobreza de Deus, exaltada na figura dos marginalizados pela sociedade. Isso também fica bem denotado pela grande apreciação, nesse período, pelas Ordens Mendicantes e, por isso mesmo, a grande influência política que exerciam na sociedade, bem como no meio palaciano.

Aliás, assim era a mentalidade medieval sobre o ‘sacrifício’ dos fidalgos:

“Para não faltar em nenhuma ocupação da comunidade, aprendeu a fiar, e a coser e lavar. E como sangue nobre para tudo é mais hábil se se aplica, sahiu grande mestra; e do seu fiado se faziam corporaes para os altares.”¹⁵³

Podemos ainda perceber tal tipo de comportamento entre os nobres e mais especificamente na família real, pela total devoção a que a cunhada de D. Joana, por exemplo, se dedicava. Foi a rainha D. Leonor que ocupou papel de destaque na fundação da Confraria da Misericórdia em Lisboa. Esse fato só vem ilustrar um movimento mais vasto de reforma das instituições de assistência durante o decorrer da Idade Média. Portanto, novamente volto a afirmar que a preocupação com a pobreza já constituía padrão entre os monarcas portugueses do século XV. Fundações, organizações e zelo de gafarias, hospitais

¹⁵³ GOMES, Marques. *Op. cit.* Esta referência é feita sobre os afazeres da própria Princesa dentro da comunidade dominicana de Aveiro. p. 19.

e albergarias denotam essa preocupação, que se inicia com D. Afonso V e prossegue até o governo de D. Manuel (sucessor de D. João II)¹⁵⁴.

Assim era a devoção de uma nobre Princesa da dinastia de Avis, que à essa altura contava com 17 anos de idade. Era uma nobre que praticava, assim como as outras damas de sua condição e com a mesma religiosidade sua ascese cristã. Apenas se diferenciava delas pela sua condição de Princesa Jurada.

¹⁵⁴ ALMEIDA, André Ferrand de. As misericórdias. IN: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume – No alvorecer da modernidade (1480 – 1620). Lisboa: Estampa. p. 185 – 186.

SEGUNDA PARTE

A PRINCESA JOANA NO MOSTEIRO DOMINICANO DE JESUS DE AVEIRO

Nesta segunda parte da dissertação tratarei da vida de D. Joana no espaço do Mosteiro dominicano feminino de Jesus de Aveiro. Traçarei inicialmente o mapa da religiosidade e dos mosteiros dominicanos portugueses no final da Idade Média. Mediante o desvelamento da dinâmica religiosa da Ordem à qual D. Joana pertenceu, continuarei a tecer a teia pela qual sua identidade se constituiu. A Igreja Católica, em fins dos quatrocentos, e as ordens mendicantes passavam por um período de grandes agitações, e as mulheres portuguesas não ficaram apáticas a esse estado de coisas, buscando de uma forma ou de outra, se inserir nesse contexto de religiosidade.

1. A Igreja Católica quatrocentista

Um olhar sobre o panorama religioso português dos fins da Idade Média permite perceber alguns traços que iluminam a compreensão da própria religiosidade da Princesa. Para isso, iniciarei com alguns dados numéricos que julgo importantes.

Em geral, os mais altos cargos da Igreja (arcebispos e bispos) eram escolhidos pelos próprios membros superiores da instituição. O mais curioso é que, na Baixa Idade Média, poucos desses membros advinham de importantes famílias nobres. No clero regular, a situação era a mesma: abades e priores dos mosteiros não ostentavam nomes ilustres, provindo, quando muito, de uma pequena nobreza local. Para o clero secular, depois do Grande Cisma (1378 – 1417), esses cargos teriam que ser preenchidos também com estrangeiros. O mesmo não ocorreu com o clero regular, cujos principais representantes continuaram a ser recrutados entre os próprios portugueses.

A intervenção da nobreza na hierarquia eclesiástica acentuou-se a partir da segunda metade do século XIV. Em todos os bispados, figuras provenientes de grandes famílias senhoriais ocuparam o supremo cargo administrativo. Mas isso também não quer dizer que o clero teria se convertido em propriedade da fidalguia; somente os altos cargos eram ocupados, quase que obrigatoriamente, por eles.

A forma de provimento dos clérigos variou conforme as épocas e em função das respectivas categorias. Sem contar que o nepotismo e o clientelismo, em suas mais variadas formas, constituíam "praga" que grassava com intensidade no meio eclesiástico. Durante os séculos XIV e XV, porém as fontes de rendimento da Igreja não sofreram modificações importantes. Pelo menos, não tão significativas.

Com relação ao número dos clérigos, tanto regulares quanto seculares, as fontes só fornecem dados imprecisos. Portanto, o que se terá aqui é uma média da quantidade de clérigos existentes em Portugal, no período abordado. Isso para termos a noção de como andava a instituição religiosa no Reino, na época de D. Joana.

Não existem dados numéricos concretos sobre o clero em Portugal até o século XVI. É difícil afirmar, em números exatos, quantos monges e frades habitavam as casas de religião. Para a maioria dos mosteiros e conventos, sobretudo os do Norte e do Centro, a população, em média, era de 10 a 15 pessoas¹⁵⁵; isto não estaria longe da realidade numérica que compunha o clero regular. Os conventos e mosteiros mendicantes de franciscanos e dominicanos eram os que possuíam o maior contingente de religiosos: em média de 40 a 50 frades¹⁵⁶.

Ao enfocar o Mosteiro de Jesus de Aveiro, percebe-se essa característica no que diz respeito ao número de religiosas: não eram muitas, mas em número superior ao de outros existentes na mesma época e nas proximidades da Ria. O maior povoamento dos mosteiros mendicantes era praticamente igual em todas as épocas, o que é compreensível, dado o próprio caráter mendicante da comunidade, menos preocupada com o patrimônio e com distribuição entre seus membros.

O flagelo da Peste e de outras epidemias, na segunda metade do século XIV e da primeira do XV, atuaram como acelerador de uma crise que vinha já a se prenunciando. Atingindo igualmente todos os grupos sociais, essas doenças causavam também o decréscimo populacional. É de se supor que o número de regulares, que também havia baixado consideravelmente, atingiu seu mínimo em fins dos de trezentos e início dos

¹⁵⁵ MATTOSO, José. (1989). *Op. cit.* p. 47.

¹⁵⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). *Op. cit.* p. 223.

quatrocentos. No próprio mosteirinho de Aveiro, as perdas, em termos proporcionais (ao número de religiosas), foi significativo¹⁵⁷.

Estatisticamente, o clero não correspondia a muito mais do que 1% de toda população portuguesa. E sobre esses poucos clérigos, abateu-se significativamente a Peste Negra e outras epidemias. Ao todo, só o clero secular de Portugal, antes da Peste Negra, possuía um mínimo de 4.200 indivíduos. No século XIV, havia 32 mosteiros femininos (19,8% do total existentes). Entre os anos de 1325 e 1495, fundaram-se em Portugal nove conventos dominicanos, sendo que apenas um era feminino¹⁵⁸.

Do ponto de vista eclesiástico, Portugal estava dividido em paróquias, e estas, por sua vez, divididas em bispados e arcebispados. Não houve, nos séculos XIV e XV, mudanças no número das dioceses, salvo a criação dos bispados ultramarinos. O que ocorreu foi a tendência à nacionalização da Igreja portuguesa, sendo que já no século XIV não havia mais nenhuma parcela do território nacional que dependesse de qualquer bispado castelhano.

A paróquia também conhecida como freguesia ou colação era a base da organização eclesiástica. O número de paróquias em Portugal era próximo a 2.500, sendo que a maior concentração estava nas dioceses de Braga e Porto.

Cada paróquia possuía, no mínimo, um sacerdote e as chamadas *colegiadas* limitavam-se a uma média geral de 5 clérigos, sendo raras as que atingiam uma dezena. Sendo assim, a grande zona das *colegiadas* era o sul do país, principalmente o sul urbano, região de freguesias maiores ou mais ricas. Lisboa mesma contava com 19 *colegiadas*.

¹⁵⁷ *Idem*. Mesmo assim, foi entre os mendicantes que o número de religiosos ainda aumentou mais do que em outras ordens. O aumento mais significativo foi o de franciscanos e dominicanos, cujos conventos mais do que duplicaram: 32 em 1320, 67 em 1475 - sendo 50 franciscanos e 17 dominicanos (13 masculinos e 4 femininos). p. 49.

Outro fato curioso, no que se refere a essas duas ordens mendicantes – franciscanos e dominicanos –, é que em meados do século XV houve um aumento do clero regular, contabilizado por Joel Serrão em 38,5% a mais do que no século anterior¹⁵⁹. Esse acréscimo do número de conventos, porém, não quer dizer que houve o mesmo aumento também no número de religiosos e religiosas. Mesmo os dominicanos e franciscanos tiveram conventos pouco povoados. Só para se ter uma idéia, em 1475, o clero regular não devia exceder a 2.000 almas, apesar da proliferação dos conventos e a sua maior difusão geográfica¹⁶⁰.

2. Perfil da religiosidade portuguesa: os dominicanos em Portugal

As mudanças religiosas que antecedem o período de D. Joana foram de fundamental importância, sendo até possível afirmar que influenciaram diretamente o comportamento religioso da Princesa.

Na Europa Ocidental, quando se deu uma modificação na religiosidade cristã, o dogma se manteve, mas as práticas alteraram-se profundamente. As Ordens Mendicantes, surgidas no início do século XIII, batalhavam pela santificação da vida quotidiana, pelo contato com a natureza, onde, acreditavam, se manifestaria a presença do Criador, e pela perseverante conversão às exigências do Evangelho.

¹⁵⁸ SARAIVA, A. José. (1988). *Op. cit.* p. 86

¹⁵⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira & SERRÃO, Joel (dir). (1986). *Op. cit.*. O número de conventos e mosteiros para os homens elevou-se para 79,4% e para mulheres, 20,6%. p. 224.

Percebe-se, ainda nos fins do século XII, o desenvolvimento das práticas caritativas, o aumento do interesse dos ricos para com os pobres e a fundação, por toda parte, de asilos, hospitais, gafarias e estalagens.

Assim, como um tipo de reação, o papado do final da Idade Média, com os seus propósitos centralistas e burocráticos, exigia contribuições avultadas de todos os Estados que o seguiam. Após um curto período de incerteza, tornou-se claro que eram as conveniências políticas, mais do que as convicções religiosas, a determinar a adesão a um ou outro dos Papas.

A Igreja, por sua vez, apesar de rejuvenescida, sobretudo pela atividade apostólica das ordens mendicantes (franciscanos e dominicanos), ainda se achava profundamente marcada pelo período do Grande Cisma que abalou o prestígio do Pontificado medieval.

Não conseguindo manter-se centralizada, a Igreja Católica dividiu-se em duas: de um lado, a ala sob o comando do papa Urbano VI (assim eleito em 1378), com sede em Roma; e de outro, a do papa Clemente VII, com sede em Avinhão (em 1379). Em 1417, com a eleição de Martinho V, a Igreja volta a ficar sob o comando de um só papa¹⁶¹.

O Cisma dividiu a Igreja portuguesa e, em menor extensão, o corpo dos fiéis capazes de refletir sobre o assunto e fazer opção. Foram numerosas as divisões internas no plano dos bispados. Mas a adesão formal do rei ou do prelado da diocese a um papa ou a outro não significava a total adesão de todos os bispos e/ou altos dignatários daquele mesmo prelado ou comunidade.

¹⁶¹ COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja*. Trad. Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996. p. 175 – 176.

Em 1453, a Igreja sofreu outro duro golpe, que a abalou: no dia 29 de maio, Constantinopla, a metrópole do Império Bizantino, caía em poder dos turcos. O papa Calisto III lançou um apelo por uma cruzada contra os muçulmanos, no que não foi correspondido pelos governantes europeus. Laicizara-se a idéia imperial no seio da Cristandade, dera-se a desagregação das hierarquias, apareceram os primeiros Estados Modernos e enfraquecera-se a autoridade pontifícia. Mesmo as cruzadas estavam já condenadas: o seu tempo já havia passado. E, como já haviam denunciado São Francisco e São Domingos, chegara o tempo de a Igreja perceber que o futuro da sua expansão não dependeria das armas e nem da sorte das batalhas, mas sim do esforço paciente e heróico das missões religiosas.

Mas, em Portugal essa conturbação da religiosidade (heresias, heterodoxias ou cismas), pouca repercussão causou. Pelo menos, não de forma significativa. Já o surto da devoção mariana foi rapidamente acompanhado no Reino, a partir do século XIII e, sobretudo, nos séculos XIV e XV. Há que se ligar esse fato à exaltação da mulher, patente na literatura da época, e à influência de ordens religiosas como Cluny, Cister, Franciscana e Dominicana. As devoções e festas marianas tradicionais conheceram maior amplitude e generalização. Podemos, portanto, perceber que, durante a Baixa Idade Média, houve um maior culto e mesmo uma maior aceitação às santas que em qualquer outro período.

Santa Catarina mesma é um exemplo bem ilustrativo de devoção por parte de D. Afonso V. A importância adquirida por algumas ordens religiosas implicou o culto aos seus respectivos patronos. Assim, São Francisco de Assis, São Domingos de Gusmão e Santo Eloi, a partir do século XIII; junto a Santo Antônio, São João Evangelista e São Lourenço

foram populares e de grande importância nas adorações dos cultos até o fim do período medieval.¹⁶²

Os primeiros mártires honrados como santos foram mulheres, e não homens: Santa Agnes, Santa Cecília, Santa Ágata, entre outras¹⁶³. As rainhas bárbaras tiveram papel preponderante no processo de cristianização de seus povos. A devoção das mulheres aristocráticas serviu de apoio indispensável à implantação, sedimentação e sobreposição do cristianismo nas sociedades bárbaras, sem mencionar o papel ativo que tiveram no domínio da evangelização¹⁶⁴. Dada essa devoção, não é de se admirar o grande número de mulheres santificadas¹⁶⁵.

Sobre a religiosidade do português medieval, podemos ainda percebê-la por meio da assistência às missas e a outras cerimônias da Igreja, como jejuns e abstinências, peregrinações e romarias. Assistir à missa era uma das práticas mais comuns do homem da Idade Média; reis e grandes senhores ouviam missa diariamente. Além das missas havia também as devoções particulares, feitas em casa. Cada palácio, casa ou residência, por mais humilde que fosse tinha o seu santuário, onde se alinhavam as imagens dos santos, as velas e os genuflexórios para a oração. A Princesa, em seus próprios aposentos, tinha seu espaço reservado particularmente para a prática do culto.

¹⁶² MARQUES, A.H. de Oliveira. *Op. cit.*

¹⁶³ PÉRON, Régine. *Idade Média – o que não nos ensinaram*. Trad. Maurício Brett Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1994. p. 109.

¹⁶⁴ MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1992. p. 76 –77.

¹⁶⁵ Santa Radegunda, a fundadora do mosteiro feminino de Poitiers, foi cultuada desde a Alta Idade Média. Outros exemplos podemos aqui ilustrar: no séc. XII – Ida de Bolonha, benfeitora do mosteiro de Vasconvières, foi antes disso condessa, mãe de Godofredo de Bouillon e, depois, foi santificada. No séc. XII: Santa Hildegarda de Bigen – germânica, nasceu em Bermesheim, fundou conventos, dirigiu monjas e escreveu muito. Catarina de Siena – nascida em 1347, germânica que influenciou lideranças de seu tempo. A Santa de Siena fez parte das beguinhas associadas à Ordem dos Dominicanos. Cf. em MACEDO, J. R. *Op. cit.* p. 77 e 78.

Em uma intervenção mais acentuada, denotada pela maior atuação dos monarcas portugueses até o século XV (como já mencionado), fruto de sua constante preocupação com a pobreza, D. Afonso V visou garantir o bom funcionamento dos hospitais e albergarias, quer fosse mediante a nomeação direta dos provedores ou administradores, quer procurando combater os abusos de que essas instituições eram vítima, ou mesmo com a elaboração de regimentos para regular seu funcionamento.

Esse despertar da caridade evangélica renovou as obras de misericórdia em todos os âmbitos em que eram praticadas. Esse sentimento de religiosidade ficou denotado principalmente por ocorrer em uma sociedade (à qual pertencia a portuguesa, em fins do medievo) em que a cidade começava a se opor à predominância do campo¹⁶⁶.

Segundo Michel Mollat, embora durante a Idade Média ficasse difícil estabelecer uma fronteira, um limite específico entre o laico e o clerical, o espiritual e o temporal, a originalidade da caridade principesca, demonstrada nas esmolarias e obras de misericórdia, foi uma das primeiras formas de instituições laicas de assistência¹⁶⁷.

As reformas de hospitais, iniciadas com D. Afonso V, tiveram prosseguimento D. João II e seu sucessor, D. Manuel. Quando era ainda príncipe, em 1479, D. João conseguiu do papa Sisto IV a permissão para construir, em Lisboa, um grande hospital para pobres, peregrinos e doentes, reunindo todos os rendimentos e propriedades dos hospitais da cidade. Em 1485, conseguiu, novamente, mas agora do papa Inocêncio VIII, autorização para reunir os vários hospitais de cada localidade em um só, maior e mais completo.¹⁶⁸

Não só D. João se mostrou preocupado com a assistência; sua mulher, a rainha D. Leonor, desempenhou papel central na fundação da Misericórdia. A criação do hospital

¹⁶⁶ MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 89.

¹⁶⁷ *Idem*. p. 135.

das Caldas, em 1485, é um dos exemplos mais notáveis da atuação da rainha. Fica evidente, assim, a prática caritativa tão comum entre os nobres e a própria casa real dessa época¹⁶⁹.

As Ordens Mendicantes em Portugal - pelo menos as duas principais, franciscanos e dominicanos - foram introduzidas no Reino, no entanto em circunstâncias diferentes. Esta última não teve a mesma expansão que a primeira, além de ter surgido só posteriormente. A influência que os dominicanos exerceram se restringiu mais ao topo da sociedade. Foram confessores e tiveram grande importância no meio palaciano, em fins da Idade Média¹⁷⁰.

Os franciscanos foram enviados pela Santa Sé, em 1216 para Portugal. Fundam, por essa mesma época, conventos em Coimbra, Lisboa, Guimarães, Alenquer entre outros lugares.¹⁷¹ Já a Ordem Dominicana chegou a Portugal em 1218, apenas dois anos após ser reconhecida pelo plano pontifício em 1216. Os dominicanos chegaram em Portugal em fins de 1217, enviados por São Domingos para ali estabelecerem o instituto, e já na primavera do ano seguinte praticava-se a vida monástica no Reino¹⁷².

Soeiro Gomes fundou o primeiro convento de dominicanos em Portugal, sob os auspícios da Infanta D. Sancha, filha do rei D. Sancho I¹⁷³. Fato curioso a ser lembrado é que a Ordem, desde a sua fundação, já estabelecera estreita ligação com as mulheres e a

¹⁶⁸ ALMEIDA, André Ferrand de. *Op. cit.* p. 185.

¹⁶⁹ *Idem.* p. 185 – 186.

¹⁷⁰ SARAIVA, Antônio José. (1988). *Op. cit.* p. 86. Os dominicanos foram os confessores de D. João I, do infante D. Henrique e do infante D. Fernando.

¹⁷¹ SARAIVA, Antônio José. *História da Cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1950. p. 53.

¹⁷² ALMEIDA, Fortunato. *História da Igreja em Portugal*. Vol. I. Porto: Portucalense Editora. p. 139.

¹⁷³ *Idem.* Esse religioso fundou o primeiro convento na serra de Montejunto, que foi transferido posteriormente para Santarém. Pouco depois, Frei Soeiro edificou um outro convento em Coimbra. No final do século XIV, havia em Portugal um número considerável de conventos dominicanos, sendo os masculinos em maior quantidade que os femininos.

nobreza, dedicando-lhes o primeiro mosteiro dominicano europeu: uma casa feminina em Prouille, organizada por São Domingos para as fidalgas da região¹⁷⁴.

Os dominicanos foram crescendo em prestígio e haveres. A austeridade de seus costumes, a vida ativa e a pobreza e humildade em que viviam formavam contraste com abusos ocorridos em outras ordens. Dominicanos e franciscanos¹⁷⁵ viviam ativamente em meio à sociedade, em próximo contato com os homens, em um apostolado constante de obras de piedade, atividades que não podiam deixar de torná-los venerados. Mas a identificação da população com a vida simples dos mendicantes apenas ocorreu na gênese da Ordem no país.

Em 1219, foi fundada em Chelas, junto a Lisboa, a primeira comunidade de dominicanas. Já em 1475, dos 223 mosteiros e conventos, existentes em Portugal - 177 para homens e 46 para mulheres -, apenas 45% eram de mendicantes, mas o número desses religiosos superava significativamente o existente nos restantes 55%¹⁷⁶. A dinâmica e o conceito dominicano de vida monástica recebiam claramente a preferência da época. Todas as ordens mendicantes haviam crescido consideravelmente e apesar da crise demográfica geral, era nelas que se encontravam os conventos mais povoados¹⁷⁷. Por meio de minhas fontes, verifiquei também a existência de um mosteiro dominicano feminino em Santarém, ainda no século XIII¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Cf. em VILLOSLADA, Ricardo Garcia. *Historia de la Iglesia Católica*. Tomo II. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1953. p. 736 e MOLLAT, Michel. Op. Cit. p. 118.

¹⁷⁵ O principal distintivo dos clérigos devia ser a coroa e o corte dos cabelos. D. Joana, ao tomar o hábito, cortou seus lindos cabelos.

¹⁷⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.). (1986). *Op.cit.* p. 380.

¹⁷⁷ SANTOS, Maurício Gomes dos. *O mosteiro de Jesus de Aveiro*. Empresa Nacional de Publicidade. Anuário Comercial. Lisboa, 1963./ Estudos de História Ultramarina e Continental.

¹⁷⁸ MATTOSO, José. Estratégias da pregação no século XIII. IN: *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987. ANTT. CR, S. Domingos de Santarém, m.1, no.2, trad. do latim por João Daniel Lourenço (Fac. de Letras de Lisboa). p. 196.

A Ordem de São Domingos foi implementada em Portugal com bastante solidez, beneficiando-se do processo de institucionalização geral que vivia o Reino e que era usufruído por toda a Cristandade. Foi a Ordem dos Dominicanos uma das instituições que em Portugal, nos séculos XIV e XV, gozavam de maior popularidade e devoção dos monarcas, que a acumulavam de benefícios. Talvez por seu rigor e retidão, somados à sua forte influência política, a Ordem era particularmente estimada por reis e príncipes. D. Afonso V e D. João II concederam também benefícios à Ordem¹⁷⁹. No século XV, inúmeras pessoas nobres entravam para os conventos masculinos e femininos mendicantes.

Os mendicantes tinham meios mais eficazes e rápidos para atuar na vida quotidiana,¹⁸⁰ devido a seu próprio estilo de vida. A influência dos mendicantes, como já mencionado, impunha-se ainda por meio dos confessores. Por representarem autênticos grupos de pressão moral, foram os principais confessores e conselheiros dos membros da nobreza e mesmo das famílias reais.

Agentes fiéis ao poder papal, os mendicantes revelaram-se instrumentos ativos da diplomacia internacional, servindo tanto à política eclesiástica decretada por Roma quanto às necessidades diplomáticas da monarquia. Por isso, era muito comum encontrarmos os mendicantes como confessores e conselheiros na casa real e em outras cortes senhoriais¹⁸¹. Assim, não só pela sua retidão exerciam influência no meio régio mas, também devido à sua importância política no próprio Reino junto à Santa Sé.

¹⁷⁹ Por exemplo: no Mosteiro de Jesus de Aveiro foram concedidas várias tenças, rendas e benefícios assim que D. Joana nele entrou e permaneceu. Cf. sobre essa afirmação, ver no próximo subtítulo deste trabalho: O Mosteiro de Jesus de Aveiro.

¹⁸⁰ As Ordens Mendicantes eram atrativos para a população em geral devido ao seu carisma e contato direto que estabeleciam com ela. Tinham também forte poder político em meio à nobreza do Reino.

¹⁸¹ GOMES, Saul Antônio. *As Ordens mendicantes na Coimbra Medieval*. Lusitana Sacra, 2ª. série, Tomo X, 1998. p. 160.

Por muito tempo as comunidades de dominicanos de toda a península constituíam uma só província, cujo chefe ou provincial residia em Castela. O Grande Cisma do Ocidente, porém, foi a oportunidade para modificar semelhante governo. Os dominicanos portugueses seguiram o Papa legítimo (Bonifácio IX), acirrando a guerra entre os reinos de Portugal e Castela, contribuindo para acentuar a separação, principalmente a partir de 1392¹⁸².

Um convento mendicante pertencia a uma organização internacional, com um superior eleito por um determinado prazo, e com assembléias ou capítulos, em vários níveis, realizados em locais diferentes. Em cada Ordem Mendicante, a divisão administrativa internacional, era feita em províncias. Cada província dependia de um provincial, subordinado ao mestre-geral da Ordem. A individualização da província de Portugal foi-se dando à medida que ia aumentando o número de conventos e também por problemas de natureza política. Os dominicanos portugueses obtiveram formalmente sua autonomia em 1417¹⁸³.

É importante ressaltar que em meados do século XIV, a Ordem já não contava mais com o mesmo rigor primitivo. Os frades, em parte, não suportavam a vida conventual, tinham liberdade de residir em casas de parentes e amigos e alguns até administravam os bens familiares, cedendo à tentação do dinheiro. As freiras, porém, continuaram a dar exemplo na pobreza, no jejum, na obediência, na virtude e na clausura¹⁸⁴.

¹⁸² MARQUES, A. H. Oliveira & SERRÃO, Joel. (dir). *Op. cit.* p. 365 - 399. Os dominicanos de Aragão separaram-se da província muito antes do cisma, pois constituíam província à parte desde 1301.

¹⁸³ *Idem.* p. 385.

¹⁸⁴ SARAIVA, Antônio J. (1950). *Op. cit.* p. 231. As religiosas dessa Ordem se ocupavam dos atos penitenciais e devocionais por meios caritativos, sacrificando-se e orando pelos bons resultados apostólicos dos irmãos. Elas não tinham ou pouco tinham contato com o mundo. Portanto, não se corromperam, continuaram com o desprendimento de toda propriedade de bens materiais, persistiram no estudo e no trabalho manual, na vida de humildade e simplicidade, na contemplação das coisas divinas, na oração litúrgica e no convívio fraterno. Tudo isso caracterizava todo o estatuto da gênese da Ordem Dominicana.

Ordens essencialmente urbanas, mendicantes e pregadores beneficiaram-se materialmente do surto econômico das cidades e esqueceram os seus propósitos iniciais¹⁸⁵. Alguns anos após sua implementação e fixação no país, a dispersão dos rigores primitivos da Regra logo se fizeram sentir. O mal era geral e proporcional à austeridade disciplinar dos institutos.

Até mesmo antes da Peste Negra de 1348, que se alastrou pelo país, a lassidão disciplinar invadira as comunidades dominicanas. Era uma crise deplorável, devido a causas gerais e complexas. A reação a esse estado de coisas deu-se pelos fins do século XIV, surgindo com a proposta da volta e restauração da observância antiga.

Ao declinar do mesmo século, todavia, começou uma sã reação contra a decadência da austeridade inicial e a vida descansada, solta e livre. Quem introduziu essa reforma em Portugal foi frei Vicente, de Lisboa, religioso, aliás, que foi confessor de D. João I. Ele empreendeu a reforma dos observantes da Ordem em 1390, e para isso obteve do Rei uma quinta para instalar o convento de Benfica. Em 1392, conseguia que as religiosas recolhidas no Convento do Salvador, em Lisboa, que então se fundava, se dispusessem a aceitar completamente a regra primitiva, servindo de estímulo para outras casas¹⁸⁶.

A reforma trouxe uma Ordem renovada, que enfrentou a transição entre os tempos medievais e os tempos modernos, e que se propagou à medida que outros conventos iam abraçando a observância primitiva. Por volta de 1475, havia mais conventos reformados do que não reformados¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Paulatinamente, perante um quadro econômico que imputava ao espaço urbano uma função significativa.

¹⁸⁶ SARAIVA, A. José. (1950). *Op. cit.* p. 86

¹⁸⁷ HINNEBUSH, William A. *Breve História da Ordem dos Pregadores*. Trad. Frei Constantine Mamo. Curitiba, 1982. p. 131.

A disciplina estava a um nível tão baixo (nos conventos ainda não reformados), que reis, príncipes e governantes das cidades prontamente ofereciam apoio e estímulo às tentativas de reforma. A ala que almejava as reformas da Ordem, porém, desejava um rigor que, muitas vezes, estava além do que muitos frades poderiam suportar¹⁸⁸. Portanto, em 1475 é concedida à Ordem o direito de adquirir propriedades.

O movimento de reforma foi bem sucedido, embora não completamente. Renovou conventos em número suficiente para preparar o terreno para o renascimento da vida dominicana durante o século XIV e preparar a Ordem para entrar nos quinhentos com novo vigor e força. Produziu pregadores, humanistas, escritores, frades e monjas que foram canonizados ou beatificados¹⁸⁹.

Um pouco *a posteriori*, durante a época do grande esplendor dos Pregadores em Portugal, surgiram em Aveiro dois conventos, ambos de obediência observante: um masculino, de Nossa Senhora de Misericórdia, fundado em 1423¹⁹⁰, e outro feminino, o Mosteiro de Jesus. A esse tempo, a reforma da Ordem estava bem encaminhada e nela ingressavam constantemente, pessoas de condição nobre. É pois, a partir desse convento masculino que as religiosas - D. Brites Leitoa e D. Mícia Pereira – conseguiram posteriormente o apoio para a fundação do mosteiro feminino de Jesus de Aveiro.

¹⁸⁸ *Idem* . p. 137. Os conventos reformados e os mosteiros de Portugal receberam permissão do mestre geral, em 1481, para comer carne aos domingos, terças e quintas-feiras. Já no Mosteiro de Jesus de Aveiro, segundo Margarida Pinheiro, o uso de carne foi prescrito para três vezes por semana: “ ... a qual madre prioressa Maria d Atayde ffoe constrangida per o vigayro provincial e per hos padres todos da congregacom . que loquo sem mais contradicam . mandasse e fizesse que neste convento e moesteiro de Jhesu todas as jrmãs em seu refeytoreo comessem carne . ao domingo. terca . e quinta . pois que em todos os outros conventos de Obseruancia deste regno os religiosos a comiam avia já tenpo...” Isso ocorreu em Aveiro, por volta do ano de 1486. Cf. em PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 206.

¹⁸⁹ *Ibidem*. p. 139.

¹⁹⁰ Esse convento da Misericórdia de Aveiro foi fundado pelo Infante D. Pedro.

3. Os mosteiros femininos em Portugal

Desde o início da Idade Média, nos séculos VII e VIII, foram fundadas, por iniciativa da cristandade, as casas religiosas femininas, que encontravam maior aceitação no meio urbano. Nos séculos IX e X, já era incentivado a clausura estrita das monjas.¹⁹¹

Ainda no século IX, os mosteiros foram utilizados muito mais para segregar mulheres indesejadas ao convívio social, improdutivas e perigosas, do que para abrigar as vocações religiosas. Já no século XIII, os conventos de mulheres eram lugares de oração, de ciência religiosa, de exegese e de erudição¹⁹².

Nesse período de transição da Alta para Baixa Idade Média (século XI – XIII), a religiosidade sofreu várias conturbações, que vai simplificar-se resumir em: retorno à *vita apostolica*, nova visão sobre a caridade, sobre os pobres, os pecados e, consequentemente, sobre a salvação e também a dessacralização do mundo.

Com essa nova visão da religiosidade, denotada pela volta da vida dos cristãos primitivos (a vida dos apóstolos), as ordens mendicantes viram-se diante da possibilidade de crescimento, devido à sua maior difusão e aceitação. A partir desse momento, a salvação da alma poderia ser alcançada também fora dos mosteiros e conventos, ou seja, todos tinham agora condições de consegui-la. Com essa maior abertura da Igreja ao leigo, as mulheres também não deixariam de reagir e querer também o seu espaço.

Existiam várias formas de a mulher exercer sua religiosidade. Em Portugal, por exemplo, existiam as “enceladas”, mulheres que tinham uma vida voltada para um estilo eremítico, retiradas da cidade para viverem o resto de seus dias num qualquer beatério, em

¹⁹¹ GOMES, Saul A. & SOUZA, Cristina M. A. de Pina. *Intimidade e encanto*. Leiria: Magno, 1998. p. 249 – 250.

penitência e sacrifício devotado a Cristo. É o caso de Coimbra (Cruz de Celas, Celas de Guimarães, Celas da Ponte) e de Lisboa (Chelas). Assim também era o caso das “merceeiras”, mulheres que sobreviviam à “mercê” alheia, da esmola dos viandantes e peregrinos, geralmente viúvas que se dedicavam a lavar as roupas dos monges. Já as “enceladas”, que seriam a versão portuguesa das beguinas, vinham geralmente da urbes e/ou da nobreza, isolando-se da laicidade, vivendo sozinhas ou em pequenos grupos, em celas isoladas¹⁹³.

As funções dessas religiosas, aí incluindo as freiras, cónegas e abadessas, restringiam-se aos cuidados com doentes e pobres, bem como à participação em serviços da igreja, tais como acender velas, rezar, cantar, recitar salmos e tocar os sinos. As freiras e cónegas podiam também se ocupar com a educação de outras mulheres, enquanto que às abadessas só era permitido dar a bênção ao mesmo sexo.¹⁹⁴

Nos séculos XII e XIII, as religiosas eram, em sua maioria, muito instruídas para os padrões da época, podendo inclusive, rivalizar com os monges do mesmo período, mesmo porque a educação de ambos os sexos era limitada¹⁹⁵. D. Joana, assim como a maior parte da família de Avis, teve um alto grau de educação e erudição para os padrões da época, graças, sobretudo, ao fato de ser Princesa.

É, pois, na fundação das ordens mendicantes que se verificou uma renovação da atividade intelectual das ordens monásticas. Grandes nomes como São Tomás de Aquino e Alberto Magno (ambos dominicanos) documentaram essa renascença cultural monástica.¹⁹⁶

¹⁹² PERNOD, Régine. *Op. cit.* p. 111.

¹⁹³ GOMES, Saul A. e SOUSA, Cristina M. A. de Pina. *Op. cit.* p. 70.

¹⁹⁴ *Idem.* p. 254.

A diferenciação social dentro dessas casas religiosas femininas dava-se pela condição econômica. “ Parece-nos todavia confirmado que as mulheres piedosas de origem ‘mediocre’, para retomar o vocábulo latino, não podiam viver plenamente a sua religião nas mesmas condições que as nobres.”¹⁹⁷ Monjas e cônegas eram recrutadas na aristocracia, e as outras mulheres só tinham, como último recurso, servir de criadas a elas.

Ao contrário da gênese do ascetismo feminino, na Baixa Idade Média comunidades masculinas e femininas eram bem separadas. Salvo as mulheres que, em geral, sempre estavam, quer fosse direta quer indiretamente, subordinadas às comunidades masculinas. Inicialmente, essas comunidades femininas conviviam (na mesma morada) com os homens e só com o tempo houve a total separação física entre religiosos e religiosas, sendo expressamente proibido às enclausuradas o contato com o clero secular. Desde o início, porém, exigia-se restrito controle das comunidades femininas (aqui destaco as mendicantes) por seus irmãos religiosos.¹⁹⁸

O Mosteiro de Jesus de Aveiro, desde sua fundação, esteve estreitamente vinculado aos irmãos dominicanos do Convento de Nossa Senhora da Misericórdia, fundado por D. Pedro em 1423¹⁹⁹.

Existiram dois tipos de mosteiros (principalmente no início da ascese feminina) que acolhiam as mulheres: os mosteiros duplos e os mosteiros familiares. Estes últimos caracterizavam-se por serem refúgios e casas de educação que acolhiam viúvas e jovens de uma família ou de um grupo de famílias aliadas. Já os mosteiros duplos eram aqueles em

¹⁹⁵ DUBY, Georges. e PERROT, Michellet (org.). *As mulheres nas estratégias familiares e sociais*. Trad. Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1994. p. 261.

¹⁹⁶ SARAIVA, A. J. (1950). *Op.cit.* p. 203.

¹⁹⁷ PARISSE, Michel. As freiras. IN: ZUBER, Cristiane Klapisch (dir.). *A Idade Média*. Trad. Ana L. Ramalho, Vol. 02. Porto: Afrontamentos, 1990. p. 192.

¹⁹⁸ BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média*. Trad. Maria da Luz Veloso. Edições 70: Lisboa, 1983. p. 105.

que homens e mulheres coexistiam com igualdade de importância sob a autoridade única de um abade ou de uma abadessa.²⁰⁰

Nesses mosteiros duplos, as religiosas encarregavam-se do trabalho manual: cozinhar, limpar, servir a mesa, coser, pescar, fabricar cerveja e acender o fogo eram algumas das suas incumbências diárias.²⁰¹ Desempenhavam uma função quase sacerdotal dando a bênção aos membros da comunidade. A superiora era geralmente uma abadessa, cuja ocupação era a de administrar, cuidar da disciplina e do bem-estar espiritual de todas as religiosas.²⁰²

4. Mosteiro de Jesus de Aveiro

Para entender a fundação, organização e dinâmica do Mosteiro de Jesus de Aveiro, dois nomes são importantes: D. Brites Leitoa e D. Mícia Pereira.

Apesar de ser ignorado o tronco de sua família, D. Brites Leitoa ficou órfã muito cedo; sabe-se que ela proveio de uma nobre geração, mas a história e a genealogia são omissas a esse respeito. Ela viveu desde muito pequena, na corte do regente D. Pedro e foi ela quem, posteriormente, criou desde que ficaram órfãos, a Princesa e seu irmão. Quem deu esse encargo foi D. Afonso V, devido à grande confiança que depositava nessa ilustre senhora.

¹⁹⁹ GASPAR, João G. *Op. cit.* p. 106 – 107.

²⁰⁰ PARISSE, Michel. *Op. cit.* p. 188.

²⁰¹ DUBY, Georges. e PERROT, Michellet (org.). *Op. cit.* p. 251.

²⁰² *Idem.* p. 251.

D. Brites Leitoa, casou-se com Diogo de Ataíde e desse enlace nasceram quatro filhos. O casal construiu um bom patrimônio e sempre prestou assistência a peregrinos e estrangeiros, tanto leigos como religiosos. Exerciam a prática caritativa, tão em voga na religiosidade da época. Falando e entendendo bem o latim, logo travaram relações com os dominicanos do Convento de Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro. Diogo e seus dois filhos varões foram atingindo pela Peste de 1453, vindo todos eles a falecerem.

Aos 27 anos, D. Brites foi acolhida e consolada, com suas duas filhas pequenas, por D. Afonso V. Viúva, fidalga, nova, formosa e rica, não tardou a se ver requisitada por pretendentes da melhor nobreza. O que foi despertado na jovem senhora, porém foi a opção pela vida monástica, que também sujeitou suas duas filhas. Definitivamente, desolada pela perda do marido, seu verdadeiro intuito era mesmo o religioso. Resolveu, portanto, imitar muitas senhoras da época e dar-se à vida religiosa canônica.

Para realizar seu intuito, D. Brites recorreu ao frade-pregador João de Guimarães, que a aconselhou a aproveitar a proximidade do convento dominicano masculino da observância de Aveiro, comprar terreno na vila e edificar casa acomodada ao retiro. O frei, na verdade, via ali o começo de mais um convento da Segunda Ordem Dominicana. Ele foi, portanto, o dominicano responsável, diria mesmo o tutor, da fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro. A condição *sine qua non* para a fundação de uma casa de religiosas dominicanas na época era justamente o tutoramento por parte de um homem.

D. Mícia Pereira, também responsável pela fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, era viúva de Martim de Berredo, embaixador de Portugal na França. Depois de ver o exemplo de D. Brites Leitoa, resolveu também optar pela vida religiosa. Mesmo alertada por D. Brites sobre a estreiteza da casa, D. Mícia já havia se dedicado pela vida religiosa. A sua decisão pela vida religiosa causou um verdadeiro alvoroço entre as senhoras da nobreza, que também almejavam a clausura naquele mosteiro. A doação até então mais avultada, feita ao Mosteiro foi justamente de uma irmã de D. Mícia, chamada Teresa Pereira. Nessa altura, aquela casa já contava com seis religiosas enclausuradas.

Convalescente da Peste, D. Mícia fez seu testamento deixando o que ainda lhe sobrava à irmã e a algumas criadas mais íntimas e, o restante para a casa das religiosas dominicanas. A notícia da sua doença não tardou a espalhar-se por Portugal, e motivou uma romaria de grandes senhoras da redondeza ao seu leito sem contar com a visita do próprio rei. D. Mícia faleceu em 03 de outubro de 1464.

Mesmo com a morte de D. Mícia, D. Brites retomou, no primeiro dia de 1465, as obras no mosteirinho onde viviam doze religiosas. Apesar de faltarem os retoques finais na construção da casa, foi nessa data que se iniciou sua clausura, ficando D. Brites com as chaves do novo mosteiro, onde iriam prevalecer, a partir de então, o genuíno espírito e rigor da regra de São Domingos, sob a obediência à D. Brites.

A cerimônia de inauguração do Mosteiro foi assistida pelo rei D. Afonso V, que simbolicamente colocou a pedra inaugural e concedeu-lhe alguns privilégios, principalmente de rendas²⁰³. O rei não devia negar nada a ninguém, muito menos a D. Brites e a Inês Álvares, que fora criada de sua filha, e que também vivia sob aquele teto. Note-se que essas concessões se dão mesmo antes da própria intenção manifestada da Princesa em viver ali, e àquela altura tinha quatorze anos.

Na segunda metade do século XV, quando foi fundado, o Mosteiro de Jesus de Aveiro já era um verdadeiro mosteirinho de clausura. A planta da construção era rigorosamente monástica: dormitório, refeitório, oratório, botica, claustros interiores de baixo e de cima. Careciam, todavia, de clausura canônica. Para celebrar os atos litúrgicos, as poucas religiosas recorriam ao vizinho templo dos padres dominicanos. Mas a vida claustral ainda era um princípio informe, a que se impunha dar estabilidade e desenvolvimento, tanto sob o ponto de vista institucional e canônico como no concernente à parte material e econômica.

A própria trajetória dos institutos religiosos, no aspecto moral, se ressentia, muitas vezes, do seu condicionalismo patrimonial. Também a privação daquele mínimo de condições humanas de sustento do corpo (alimento, vestuário e habitação), bem como de elementos indispensáveis à cultura das faculdades primordiais do espírito e ao exercício do culto público, condizentes com um esforço coletivo. A ausência dessas condições podiam trazer consigo graves consequências de desagregação, traduzidas em crises, não somente esporádicas, das pessoas, mas ainda perduráveis, e mais ou menos generalizadas, das

²⁰³ Na própria cerimônia de inauguração, D. Afonso colocou sobre a pedra de fundação uma dobra de ouro, moeda de maior valor de então. Cf. em PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 191.

corporações a que elas pertenciam, mesmo que fossem as ordens mendicantes, pois havia um limite suportável de pobreza.

A entrada da Princesa Joana no Mosteiro de Jesus de Aveiro veio a calhar, dado o momento de dificuldade financeira pelo qual passava. Mesmo dentro do Mosteiro, no que se refere à parte econômica, D. Joana continuou sendo Princesa. Durante toda a sua estada no Mosteiro foi beneficiada materialmente. Da herança da rainha D. Isabel, sua mãe, recebeu, até à sua própria morte a renda da alfândega de Lisboa, como também uma renda anual de 300.000 réis de tença²⁰⁴.

Existe também uma carta de D. João II, datada de outubro de 1484, onde há a confirmação da entrega à Princesa do senhorio *in solidum* de Aveiro, sua jurisdição cível e crime, com o pagamento de todos seus foros e direitos. Também foi conferido à D. Joana o direito de padroado, com apresentação da igreja de São Silvestre. Um ano depois, seu irmão ainda lhe concedeu a vila e as ilhas de Aveiro, lugares do Eixo, Requeixo, Vilarinho, Belazaima, Mortágua, Páus, Oes e também as dízimas do pescado²⁰⁵.

Com esses documentos exemplificarei que D. Joana, como Princesa, tinha seus ganhos constantes e que fazia uso deles dentro do próprio Mosteiro Mendicante de Jesus de Aveiro. Essa fonte é a Carta de Doação de D. Joana ao Mosteiro em 1479:

²⁰⁴ MADAHIL, Antônio G. R. (1961) *Op. cit.* p. 22 – 24.

“Eu A Inffante dona Joana Faço Sab(e)r a – quantos Esta minha C(a)rta de doaçom Virem que S(u)a A(lteza) y meu S(e)n(h)or tomou a – ayres gomez esc(ri)pvam das contas destes almoxarifados de coynbra e aueyro hu(m)as cassas que partem com ho mosteyro de Ihu(Jhesu) da d(i)tta villa pera my(m) E lhe aprouve dar lhe sua senhoria dozentos mill r(eai)s por ellas E cinquenta mill r(eai)s de alugeres E por conç(er)to que eu fiz com o d(i)tto SS(e)n(h)ro fiquey pagar a – d(i)tta contia ao d(i)tto ayres gomez da quall a – feytura deste lhe tenho pago Çento e dez mill r(eai)s por a - deuoçam et amor q(ue) tenho ao d(i)tto moesteyro de jhu (Jhesu) me apraz por me(u) faliçimento de lhe daar as d(i)ttas cassas e pumar E casas que em ellas nouamente fiz E – se ao d(i)tto ayres gomez non for pago peço as pessoas ou pesoa que me em algu(m)a obrigaçam seja que por minha morte paguem a – parte que delas nom for pagua ao d(i)tto ayres gomez E nom o – querendo ellas pagar que ho d(i)tto moesteyro seja obrigado a – faz(er) comprimento de pago do que aInda for d(e)uido ao d(i)tto ayres gomez E p(ara) certeza e firmeza do d(i)tto moesteyro lhe mandey seer f(ei)tta esta minha carta a – quall prometo teer e manter E – asynada per mi(m) E aselada do sinete das minhas armas ff(ei)tta em a d(i)tta uilla de veyro (de Aveiro) aos xbm dias de Setembro da era de mill E III LXXIX an(n)os (aos 18 dias de Setembro da era de 1479.

(a) Iffante.²⁰⁶”

²⁰⁵ Idem. p. 28 – 33. Sobre essa última doação de D. João em 1485, cf. em SERRÃO, Joel (dir.). *Ex-dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965. p. 11-12.

²⁰⁶ SOUTO, Dulce Alves. *Op. Cit.* p. 6 – 7.

CARTA DE DOAÇÃO

É uma carta de doação com caráter dispositivo e testamentário, datada de 18 de setembro de 1479. Nela, a Princesa deixa como legado ao Mosteiro de Jesus de Aveiro, para depois de sua morte (1490), as casas anexas, bem como o pomar²⁰⁷. Essas casas foram adquiridas de Aires Gomes por D. Joana, assim que ela entrou no Mosteiro, para melhor abrigá-la e até essa data não tinham sido totalmente quitadas.

Aliás, durante toda a história do Mosteiro, obras de renovação e alargamento das edificações e de benefícios dos interiores foram acrescentadas, sendo que quem mais contribuiu materialmente para isso foi a Princesa. Na verdade, o Mosteiro pode ser visto como a própria extensão da corte. Ambos os espaços (corte – mosteiro) carregavam como traço semelhante o fato de terem abrigado a filha do Africano, a Princesa Jurada.

As saídas para a missa e os ofícios na igreja do Convento de Nossa Senhora da Misericórdia não só eram incômodas como também menos apropriadas para o recolhimento claustral feminino. Urgia fazer capela própria. D. Brites e D. Mícia não pretendiam obra grandiosa, apenas um claustro humilde e pequeno para atender a essa necessidade das religiosas.

Em 1453, a casa das religiosas contava com quatro moradoras. Já em 1459, não tardaram a surgir novas pretendentes àquele gênero de vida. A primeira foi Grácia Álvares, filha órfã de um escudeiro honrado²⁰⁸. O fervor das recolhidas estendeu-se logo, não só por toda a vila e Ria de Aveiro, mas também pelo interior, até às terras da Feira de Mondego, sem esquecer Leiria e a capital do país, onde D. Brites, desde a sua juventude, criara relações profundas na corte do Regente D. Fernando.

²⁰⁷ SOUTO, Dulce Alves. *Op. Cit.* Aires Gomes era almoxarife de Aveiro e Coimbra e possuía uma propriedade junto ao Mosteiro de Jesus. p. 15.

A 16 de maio de 1461, foi expedida em Roma, por Pio II, a Bula *Pia Deo et Ecclesiae desideria*, na qual concedia a D. Brites Leitoa e a D. Mícia Pereira a licença para a fundação de um convento:

“ ...Por parte das amadas filhas em Cristo, Mecia Pereira e Beatriz Leitão, ..., foi-nos feito há pouco um pedido ... por affecto singular de devoção que laimentam para com a Ordem dos Irmãos Pregadores chamados da observância, e dispondo de bens que por Deus lhes foram dados na vila muralhada de Aveiro, da dita diocese, desejam fundar, construir, edificar ou fazer com que se funde, construa e edifique um mosteiro...

E porque nos é dito da parte das ditas Mecia e Beatriz que os seus recursos bastam para manter e sustentar até seis irmãs no dito mosteiro a erigir, e porque nos foi humildemente pedido que, por nignidade apostólica nos dignássemos conceder-lhes a respectiva licença e bem assim providenciar oportunamente nas mais cousas ... assim é, concedas por nossa autoridade, às mesmas Mecia e Beatriz, plena e livre autorização para de novo fundar, erigir, construir e edificar ... um mosteiro ... para uso e habitação da abadessa e irmãs da predita Ordem, na referida vila muralhada, ...²⁰⁹

²⁰⁸ GOMES, M. *Op. cit.*

Era a carta de fundação oficial da nova casa das religiosas dominicanas. Os bens disponíveis de ambas as senhoras davam, pelo menos, para o sustento e manutenção das seis irmãs. Não tinha sido fácil obter a bula, pelos embargos jurídicos interpostos. O próprio Mestre Geral da Ordem, frei Marçal Auribelli, pôs objeção à criação do mosteiro feminino, mas mesmo assim as fundadoras não desistiram.

Mas é importante ressaltar que D. Brites, logo no início, não fazia muita questão de receber muitas religiosas no Mosteiro, pois, segundo ela própria: "*onde há multidão, há confusão*"²¹⁰. Sua casa não era ainda propriamente um mosteiro, mas sim uma simples habitação particular.

É válido que se mencione o primeiro problema pelo qual passou D. Brites na aquisição do terreno onde foi fundado o Mosteiro. O Conde de Odemira foi o ponto nuclear da contestação da propriedade e a compra efetuada por Diogo de Ataíde, sem licença real, foi, portanto, anulada. Foi preciso recorrer, por Carta Régia, em 1461, a D. Afonso V para resolver esse impasse. D. Brites tinha em mãos o alvará da inquirição e, em janeiro de 1463, era dada a sentença a favor da nobre senhora²¹¹, fato pontual que demonstrou o zelo real por essa casa de religiosas.

Em 1466, a Peste alastrou-se pelo reino, e em Aveiro ela chegou avassaladora. A comunidade era pequena e a maior parte das freiras, ainda jovens. O Mosteiro ainda estava em fase de obras, mas D. Brites e suas companheiras decidiram ficar por lá. A Peste atingiu duas religiosas: Inês Álvares e Isabel Pires. Logo depois foi a própria D. Brites a ser atingida. Esta última, porém conseguiu resistir, tendo melhor sorte que suas irmãs de fé.

²⁰⁹ NEVES, Francisco Ferreira (org.). *A fundação do Convento de Jesus de Aveiro*. Aveiro: Oficinas gráficas da Coimbra Editora, 1958. p. 15 – 16. Transcrevi aqui a tradução do latim para o português, feita pelo autor, para a melhor compreensão do trabalho.

²¹⁰ SANTOS, Domingos M. G. *Op. cit.* p. 181.

Naquele mesmo ano, ainda entraram no Mosteiro mais três religiosas, que professariam votos no ano seguinte: Violante Gonçalves, Catarina Pires e Violante Roiz. Em 1468, juntaram-se a elas Isabel Vaz e Leonor Álvares. Em 1471, professam votos Maria Dias e Guiomar Dias. Havia representantes da primeira nobreza, mas a gente humilde também batia à sua porta. Até as crianças desejavam confiar-se à madre Brites. Entre elas, contavam-se (em 1467) três sobrinhas, provavelmente órfãs, do próprio prior do Convento Dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia: Inês Eanes (de dez anos), Margarida Pinheiro²¹² (de seis anos e nossa biógrafa) e Catarina (com apenas três anos)²¹³.

5. Quotidiano e a Regra de Santo Agostinho em Aveiro

Apesar de o convento ter poucos anos de fundação, era exemplo de pobreza e austeridade, e, ao mesmo tempo, também o asilo das damas mais ilustres de Portugal, que por ele tinham optado justamente por causa dessas características.

Esta parte do trabalho, refere-se à vivência, organização e quotidiano das religiosas do Mosteiro Dominicano de Jesus de Aveiro, período em que se nota vários pontos de relevância, que serão desenvolvidos a seguir.

Em 1215, no IV Concílio de Latrão, foram proibidas novas Constituições ou Regras Religiosas. A Regra de Santo Agostinho foi adotada pela Ordem Dominicana em 1216, e aprovada no plano pontífico. Apesar de adotada, à Regra foram acrescentados e

²¹¹ Cf. na Crônica de Margarida Pinheiro.

²¹² SANTOS, Domingos M. G. *Op. cit.* Apesar de entrar tão precocemente no Mosteiro de Jesus de Aveiro, essa religiosa só iria professar anos mais tarde, em 1481, quando contava com 20 anos de idade. p. 82

²¹³ *Idem.*

modificados alguns estatutos referentes à alimentação, jejum, leito e vestuário. Isso, primeiramente, para a ala masculina da Ordem.

A espiritualidade dominicana, então, passou a ser orientada pelo princípio geral normativo da vida comunitária dos frades, que se concretizava no desprendimento de toda propriedade de bens materiais, no estudo ou no trabalho manual, na vida de humildade e simplicidade, na contemplação das coisas divinas, na oração litúrgica e no convívio fraterno.

De início, as comunidades religiosas femininas acatavam as Regras dos mosteiros masculinos, que eram consideradas extremamente rigorosas para a natureza da mulher. Por isso, logo se tornaram alvo de contestação: deveriam as mulheres e os homens carregar o mesmo fardo, fazer o mesmo trabalho manual, receber e comer, por exemplo, com os hóspedes que chegassem às comunidades femininas, assim como o faziam os religiosos da mesma Ordem? “... visto que aqueles que a natureza criou desiguais não podem, convenientemente tornar-se iguais no trabalho.”²¹⁴

As dominicanas conseguiram obter algumas modificações, que vieram facilitar seu cotidiano, pois atendiam a problemas específicos que as religiosas enfrentavam. Em linhas gerais, o clima da clausura deveria girar em torno da partilha: dos bens materiais, das orações e do trabalho manual. Essa preocupação da Regra era primordial, tanto para os homens como para as mulheres.

A Regra Original de Santo Agostinho estava dividida em oito capítulos com 49. Para as freiras do Mosteiro de Jesus de Aveiro, a Constituição estava dividida em 31 capítulos, sem subdivisão em itens.

²¹⁴ BOLTON, Brenda. *Op. cit.* p. 97.

As religiosas dominicanas, também vestiam o hábito igual ao masculino: túnica branca e manto preto. Assim, sobre as vestimentas, a Regra seguia a característica de todas as Ordens Mendicantes, que previa um traje humilde e discreto: “*As nossas freyras trazeram vestiduras de laam honestas e que nom sejam notavelmente prezadas e rriquas ... As sayas de cima cheguem ates os calcanhares ...*”²¹⁵ Os cabelos também deveriam permanecer curtos, destituídos de toda e qualquer vaidade feminina mundana e, por isso, D. Joana cortou seus cabelos, que eram considerados muito bonitos (segundo a descrição eram “*mui longos, loiros e bem cuidados*”)²¹⁶. Logo ao ingressar no Mosteiro de Jesus de Aveiro, D. Joana não usava o hábito dominicano, mas apenas um vestido preto, sobre um outro branco, um avental simples e escondia os cabelos compridos.

O dia-a-dia das religiosas geralmente girava conforme as horas canônicas: iam juntas à igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, e logo após a missa retornavam à casa em silêncio. Aplicavam-se depois, ao trabalho, em santa conversação espiritual e meditação até o meio-dia, hora em que tomavam sua refeição principal, até então, em abstinência.

Com relação à organização do quotidiano, pude verificar que eram estipuladas normas para a convivência mútua: havia hora para levantar, rezar, comer e exercer os ofícios.

Após as devoções e penitências particulares, as religiosas recolhiam-se ao dormitório em comum, que era constituído de uma cortiça, com uma simples coberta de áspero burel por baixo e, por cima, outra com cobertor; e para a cabeça, um duro encosto²¹⁷.

²¹⁵ SANTOS, Domingos M. Gomes dos. Op. Cit. p. 414. Esse trecho refere-se a uma das últimas partes do Memorial de Margarida Pinheiro.

²¹⁶ Cf. em Margarida Pinheiro. *Op. cit.* p. 252.

²¹⁷ Nessa dura austeridade estavam excluídos os religiosos com a saúde debilitada. Na própria Regra de Santo Agostinho (que fora adotada pelos dominicanos) abria-se exceção a "cuidados especiais" aos religiosos enfermos.

Comia-se duas vezes ao dia e os dias de jejum eram marcados de acordo com o calendário cristão para a penitência:

“Des a Pascoa ates a festa da Exaltacam de Santa Cruz, as jrmaans coymam duas vezes no dya, saluo nos dias das rrogacooens, e as sextas feyras, e uigilia do Pinticoste, e os jeiuuns das quatro tenporas, vigilia de ssam Joham Baptista, Pedro e Paulo, Jacobo, Lourenco e de nosso padre ssam Domjngos, da Assunpcam de sancta Maria, e do bem auenturado sam Bertholameu, e da Nacenca de nossa Senhora. Des a festa da Exaltacam de Santa Cruz, ates a Pascoa, tenham continuadamente jejuum e coymam deploys que disserem a nooa, afora os dias de domjngo.”²¹⁸

Assim se explica o calendário cristão: ao contrário da Páscoa, a festa da Exaltação de Santa Cruz tinha a data fixa, sendo realizada em 14 de setembro. As celebrações litúrgicas dos apóstolos Pedro e Paulo ocorriam no dia 29 de junho; as de São Lourenço, em 21 de julho; as de São João Batista, em 24 de junho; as de São Domingos, em 8 de agosto; as de São Bartolomeu, em 24 de agosto, e no dia 15 de agosto dava-se celebração litúrgica da Assunção de Nossa Senhora, feriado obrigatório em Portugal²¹⁹.

Na Regra de Santo Agostinho, tanto para os religiosos como para as religiosas, fica bem claro o cuidado especial que se deveria ter com os enfermos. Eles poderiam, ao contrário do que era comum, dormir em lugar mais confortável e ter alimentação mais rica em nutrientes, como carne, por exemplo.

²¹⁸ SANTOS, Domingos M. Gomes dos. *Op. Cit.* p. 412.

²¹⁹ Cf. em <http://www.terraviva.pt/bilene/2548/celeb.htm>. Acessado em 10 de agosto de 2003.

Fica visivelmente perceptível a grande preocupação na Regra, com o perigo de intrigas, fofocas e “muita conversa desnecessária” entre as mulheres. Por várias vezes, foi expressamente proibido conversar e rir nos momentos de oração, refeição e trabalho, inclusive, com penas previstas para tais atos. Para os homens não havia uma preocupação tão clara quanto aos perigos de “conversas desnecessárias”.

Nesse sentido, era proibido que houvesse qualquer tipo de segredo. As religiosas eram vigiadas pela Priora, não podiam ter nada de pessoal e nem receber cartas ou qualquer outro tipo de coisa que pudesse levantar suspeitas de mau comportamento. Isso era o que estava prescrito, mas não se pode afirmar se era praticado à risca. À D. Joana mesma, eram dadas concessões que para as outras religiosas não eram permitidas, como, por exemplo, as cartas que a Princesa recebia e podia enviar, bem como a posse e administração de seus bens dentro do Mosteiro.

As penas e castigos previstos na Regra são relacionados de acordo com a gravidade do pecado e julgados como:

“Da leue culpa - ... Se alguma nom conprir tentadamente ho oficio que lhe he synado, de leer ou cantar...”, “Da meya culpa - ... nom estiuer no coro atenta ao oficio diuino, e mostrar leueza do coracom com os oolhos vaagos e alguum jeyto desrreligioso ...”, “Da graue culpa”, “Da mays graue culpa - ... se alguma semear antre as Jrmaãs discordias...”, “Da mujto mays agrauada culpa - ... ho nom querer sseer corregida ... e rrecusa ssofrer pena...”²²⁰

²²⁰ Constitucoens das freyras do bem auenturado nosso padre Sam Domingos da Ordem dos Pregadores. IN: SANTOS, Domingos M. G. (org). *Crônica da Fundação. O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Vol II/2. Lisboa: Companhia de diamantes de Angola, 1967. p. 416 – 417.

A Priora era quem julgava a gravidade dos pecados e a penalidade que caberia à religiosa.

Sobre a manutenção de escravos e/ou servidores pessoais dentro dos mosteiros dominicanos femininos, não há nenhuma proibição claramente mencionada pelas fontes consultadas para este trabalho, porém, podemos concluir que ter esses servidores pessoais era, se não expressamente proibido, pelo menos visto com maus olhos pela ordem mendicante de São Domingos:

“Porque há ociosidade he jmjga da alma, maaym e criador dos peccados njnhuma religiosa seja ociosa, ... , todas as freyras com mujto tento jnsistam segundo que for ordenado, e entendam em obras e lauor das mãos, pera o proueyto comuum.”²²¹

Margarida Pinheiro, em seu *Memorial*, menciona que as religiosas deveriam, por obrigação, prestar contas, toda semana, do trabalho produzido por suas próprias mãos: “... ao sábado aa tarde cada huma per ssy meesma lhe leuasse e fosse amostrar o que per toda a ssomana ffezera ou ffyara.”²²²

Margarida Pinheiro, bem como toda a bibliografia consultada, afirma que assim como todas as religiosas da ordem mendicante dominicana do Mosteiro de Jesus de Aveiro, a Princesa também dedicava-se ao trabalho braçal que havia para ser feito dentro da clausura. Acho falha essa afirmação por dois motivos relevantes: primeiro porque uma Princesa Portuguesa, ainda por cima Jurada, mesmo que dedicada a uma ordem mendicante, nunca faria o trabalho pesado e manual que as outras religiosas poderiam fazer

na mesma clausura; e segundo, porque a própria Margarida Pinheiro deixa escapar em várias partes do Memorial que D. Joana teria por toda a vida serviçais à sua volta:

“Soomente sua couilheyra e sua ama anbas molheres de jdade e muito deuotas e recolheyta stauam no dito moesteiro com sua senhora aconpanhandoa e seruindoa . e outras três que a seruiam em todos seruicos . Steue assy nom mais tenpo que acerca de dous meses no dito moesteiro .”²²³

“. trazendo senpre em sua conpanhiia há ama da senhora jffante . e outra que senpre fora sua couilheyra e secretaria de sua vida . As quaaes nunca se della apartarom ataa morte”²²⁴

Não só de serviçais livres a nobre senhora estava apartada, como também de escravos mouros, trazidos da África:

“ Alguuns scravos e scravas mouros que lhe dera e mandara el rrey seu padre que trouxe da tomada dos lugares de Afryca .”²²⁵

“E pera a seruirem scolheo duas mocas seruas alluas que de menynas com muito amor em sua câmara cryou . a huma mandou pôor nome na pya do baptismo Paulla . e aa outra . Augustinha . por a grande deuacom que a estes dous santos em sipical tijnha . e

²²¹ SANTOS, Domingos M. Gomes dos. *Op. cit.* p. 418.

²²² PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 207.

²²³ Idem. p. 246. Essa parte do *Memorial* refere-se ao período em que D. Joana esteve no Mosteiro de Odivelas. Era comum nessa comunidade, as nobres senhoras levarem suas serviçais para o trabalho manual.

²²⁴ *Ibidem.* p. 250. Essas duas damas que sempre serviram a Princesa foram D. Mícia de Siqueira e Brites Álvares.

²²⁵ *Ibidem.* p. 256. Sobre a menção da existência de escravos conferir também a página 270 do *Memorial*.

huma negra pera lhe fazer de comer dentro no moesteiro por nomdar trabalho aas jrmãas . Estas três serujram a dita senhora em todo de mesa e câmara e vestidfo e coziynha quando doente era”²²⁶.

A intenção dessa biógrafa foi a de vangloriar a Princesa por levar uma vida tão árdua, sujeita ao trabalho pesado dentro do Mosteiro. Ela chega mesmo a afirmar :

“ . Mujm grande gosto e prazer tijnha esta syngullar senhora . jr e star no officjo diujno . ao coro . rectorio . e a todos tenpos e lugares da comunidade . e onde quer que as jrmãas eram juntas . mujm pronta era seer a primeyra e star com ellas em todos ajuntamentos dos trabalhos quaesquer que fossem ajudano a varrer . e apanhar ho cysco das claustras e varandas . com grande humanidade prazer . e humildade se ajuntando com as jrmãas quando lhers era mandado carretar pam . telha . tegelo . lenha . e cousas semelhantes que amjude por causa de grande encarramento e pertamento que entom hy auia no entrar e sayr dos homeens . E por naquele tenpo nam teerem njnhumas sacravas nem serujdoras dentro . as religiosas eram costumadas a muitos e grandes continuos trabalhos corporaes”²²⁷

²²⁶*Ibidem*.p.262.

Também não posso concluir veementemente sobre a possibilidade de, pelo menos no início, as religiosas, inclusive as da melhor fidalguia, terem de fato realizado trabalho manual, mesmo porque, segundo a Constituição do Mosteiro, somente em 1481²²⁸ é que foi permitida a entrada de criadas e escravas na clausura. Fato interessante se considerarmos que desde sua entrada no Mosteiro em 1472, D. Joana já possuía serviçais ao seu dispor.

É evidente que sua biógrafa tenta enaltecer, a possibilidade de a Princesa se submeter à mesma vida ordinária de suas irmãs religiosas.

Nesse sentido, há outros fatos que me permitem fazer tais afirmações: a Princesa, sem sombra de dúvida, sempre teve um tratamento diferenciado dentro do Mosteiro.

Há uma ressalva na Regra que estabelece que quando fosse necessária a entrada de qualquer pessoa estranha ao Mosteiro, as religiosas deveriam ter o mínimo possível de contato com elas, e que nunca ficassem, sozinhas com a pessoa estranha fosse ela quem fosse. Recomendava-se que nessas circunstâncias a religiosa tivesse a companhia de no mínimo, outras duas religiosas.²²⁹

Nesse caso, também podemos perceber o tratamento diferenciado dado à Princesa, que recebia constantemente visitas e, por vezes, viu-se sozinha com elas. Mesmo que tenham sido seu pai e irmão, não deixavam de ser exceções concedidas à filha do Rei e que infringiam à Regra.

²²⁷ *Ibidem.* p. 254.

²²⁸ *Ibidem.* Cf. essas informações nas página 254 e no decorrer do *Memorial*.

A ocupação de algumas salas do Mosteiro pela Princesa, onde antes estavam o escritório e outros serviços adjacentes à igreja, veio perturbar um pouco os hábitos das religiosas. Por isso, D. Joana, como já dito, mandou comprar umas casas contíguas ao Mosteiro (que eram de Aires Gomes), com o respectivo pomar, para aí viver com mais sossego, sem deixar de compartilhar da vida conventual. A Princesa, pagou com seu próprio dinheiro, as referidas habitações e o mencionado pomar. Passou a viver aí, em casas que Madre Brites mandou construir. Eram duas simples divisões - uma sala para estar, ler, escrever ou trabalhar, e outra para quarto de dormir, com dois leitos pequenos. Esses aposentos foram ocupados pela Infanta durante dois anos e meio.

Mais do que incomodar as outras irmãs, o espaço disponível para a Princesa não correspondia àquilo que ela julgava ser necessário para si mesma. Diferentemente das outras religiosas, ela precisava de espaço próprio e individual dentro do Mosteiro mendicante.

A construção dos edifícios dos mosteiros e conventos dominicanos era feita de forma a evitar qualquer possibilidade de fuga ou mesmo da entrada de pessoas estranhas, ou seja, o temor do perigo do contato com o exterior. *“Hos hedifícios das freyras sejam humjldes, ..., do cerramento seja mujto alto e forte, per tal gujsa que njnguem tenha rrazom nem oportunidade, pera entrar nem ssayr per a clausura...”*²³⁰.

Era expressamente proibido a saída das irmãs, a não ser por motivo de *“...perijgo de fogo, caydura das casas, por causa de ladrooens, ou malfeytores, ou de algum outro semelhante acontecjmento, que ssoem apressar a perijgo de morte.”*²³¹ Esse cuidado em evitar ao máximo o contato com o mundo exterior era o mesmo tanto para os

²²⁹ SANTOS, Domingos M. Gomes dos. *Op. Cit.* p. 419.

²³⁰ *Idem.* p. 418.

homens como para as mulheres da ordem que se submetessem à clausura e não à pregação. Assim, trata a Regra Agostiniana masculina: “*Y no vayan a los baños, o a otro cualquier lugar adonde haya necesidad de ir, menos de dos o tres. Y quien necesite salir a alguna parte deberá ir con quienes prepósito mande, no con los que él prefiere.*”²³² No caso das mulheres, elas só poderiam mesmo estar em clausura, pois não havia pregadoras. Havia, portanto, um tratamento diferenciado para monges e monjas.

Apesar de a própria admissão no Mosteiro requerer bom comportamento da futura religiosa, não era vedada a entrada que as casadas e/ou viúvas, por não terem mais a virtude da castidade, mas “*Nenhuma seja rrecebida sem primeyro apartadamente seer feyta diligente examjnacom dos custumes e vida, e forcas corporaaes, e jndustria do saber.*”²³³ Para ser definitivamente admitida como religiosa em um mosteiro dominicano, a noviça ainda teria que passar por um período de adaptação que “*seja huum anno ou mays, segundo parecer aa prellada, de conselho das jrmaans prudentes que convem, porque ella experymte as asperezas da ordem, e as jrmaans os seus custumes.*”²³⁴

Todos esses cuidados estavam relacionados à preocupação com a castidade dos religiosos e religiosas da Ordem Dominicana. A Regra, como podemos perceber, era mais rígida para as mulheres, que de forma alguma poderiam ter contato com o exterior, e os homens enclausurados poderiam, desde que tivessem o cuidado de andar com mais dois irmãos da Ordem.

²³¹ *Ibidem.* p. 419.

²³² SANTO AGOSTINHO. *Libro de lãs Constituciones de los hermanos de la Orden de San Agustín*. Madrid: Editorial OPE, 1973. p. 16.

²³³ *Ibidem.* p. 415.

Assim, D. Joana cumpria, apesar de diferenciada entre as noviças, com suas obrigações religiosas quotidianas. Deixou de receber visitas de senhores nobres, salvo o pai e o irmão, limitando-se a eclesiásticos e religiosos. Cortou os compridos cabelos dourados. Eram definitivamente atos que demonstravam o intuito da Princesa em fazer a profissão de voto à Segunda Ordem dos Pregadores.

A obediência incondicional ao superior também era comum tanto para religiosos como para as religiosas, segundo a Regra de Santo Agostinho. As religiosas deveriam sempre estar sob constante vigilância do chefe superior, prior ou mestre-geral da Ordem. Mesmo a Priora, autoridade máxima nos mosteiros dominicanos femininos, deveria prestar contas ao homem principal da Ordem. Ou seja, os mosteiros dominicanos femininos estavam subordinados aos masculinos.

Essa obediência ao superior do mosteiro e/ou convento é algo bem denotado por Santo Agostinho - para os homens: “... *em conocimiento del presbítero – que es el que tiene entre vosotros la mayor autoridade ... Por lo cual, obedeciéndole con diligencia* ...”²³⁵

A escolha de uma nova Priora era feita por meio de uma eleição, da qual participavam as religiosas do próprio mosteiro. O processo, porém, não era de todo democrático, pois a palavra final para a aprovação ou não da Priora sempre era dada pelo Prior da Ordem (um homem). “*E sseja confirmada per ho meestre da ordem, ou prior proujncial, ..., se lhe parecer que deua sseer confirmada.*”²³⁶

²³⁴ *Ibidem.* p. 415.

²³⁵ *Ibidem.* p. 18 e 19.

²³⁶ Constitucões das freyras do bem auenturado nosso padre Sam Domingos da Ordem dos Pregadores. *Op. cit.* p. 418.

Enquanto não era realizada a eleição de uma nova Priora, por motivo da morte da anterior, quem assumia as suas funções era a subpriora. O prazo para essa escolha era de um mês e, caso fosse ultrapassado, quem escolhia a nova Priora era o Prior ou Mestre da Ordem Dominicana masculina.

Para uma religiosa poder vir a ser a Priora a condição mínima necessária era que já tivesse professado dentro da Ordem. Talvez por isso, D. Joana nunca foi escolhida para ter o mais alto cargo dentro do Mosteiro de Jesus de Aveiro. Sua principal condição, não era ser nobre, já que a maior parte das religiosas que ali se encontravam eram da mais alta linhagem, mas a de ser política. Mesmo assim, não há qualquer menção à possibilidade de D. Joana ter-se tornado Priora do Mosteiro, em nenhuma das fontes consultadas. Volto a repetir que antes de ser religiosa, D. Joana morreu com o título de Princesa Jurada, algo que nunca se dissociou de sua pessoa.

Sendo assim, pude ainda perceber esta última diferença entre homens e mulheres dentro da Regra Agostiniana: os religiosos tinham maior autonomia do que as religiosas. Para os homens, na escolha do prior de um mosteiro ou convento da Ordem Dominicana, a eleição era feita somente com os membros da própria comunidade.

6. Entrada de D. Joana na vida religiosa

Mesmo em silêncio, após o pedido público a D. Afonso pela vida em religião, D. Joana organizou tudo para sair do Paço de São Cristóvão e logo começou a proporcionar casamentos vantajosos às criadas que os desejassem²³⁷.

Ela fugiu à noite do Paço para o Mosteiro de Odivelas, em dezembro de 1471, bem próximo de Lisboa, juntamente com sua tia D. Filipa. Logo no dia seguinte, fidalgos, nobres e damas da corte não entenderam por que uma Princesa trocava a corte pelo Mosteiro, causando muito desconforto aos que se preocupavam com o futuro do Reino. Afinal, volto a repetir, D. Joana era Princesa Jurada, segunda via de sucessão para o Reino Português.

Odivelas da Ordem de Cister era um Mosteiro de religiosas da melhor fidalguia, acostumado a receber as nobres senhoras do Reino, que lá não eram obrigadas a fazer votos de religião, ou seja, constituíam a terceira via do monacato feminino. Assim, funcionava como um tipo de “conservatório das honras das senhoras”, que a qualquer momento poderiam de lá ser retiradas para o casamento. Sem contar que o local era também muito próximo de Lisboa, o que facilitava as visitas constantes de seus familiares.

A abadessa e as monjas de Odivelas receberam D. Joana como Princesa²³⁸ e, percebendo a gravidade da situação, garantiram que absolutamente não tinham interferido no caso, a não ser ter recebido a filha do Rei. O caso da retiro da Princesa, todavia, transpôs, como vimos, os limites do meio familiar e palaciano; alvoroçara rapidamente o ambiente citadino, o povo andava inquieto e pedia providências, porque acreditava estar em

²³⁷ GASPAR, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 84.

²³⁸ *Idem.* p. 87.

perigo a sucessão ordinária e legítima do Reino. A preocupação era sobre o que a decisão da Princesa poderia acarretar, como consequência maléfica, para a política do Reino²³⁹.

Por isso, quando definitivamente D. Joana demonstrou sua verdadeira vontade, muitos não acreditaram. Fidalgos, cortesãos, damas e donzelas perguntavam-se como era possível uma princesa portuguesa trocar o Paço de São Cristóvão pela vida religiosa. A partir de então, D. Joana não recebeu ninguém, ficando somente com Mícia de Siqueira, sua ama; e Brites Alves, sua cuvilheira²⁴⁰; e mais três criadas para todo o serviço, recebendo apenas as visitas de seu pai e seu irmão.

Mesmo as visitas de D. Afonso e D. João não conseguiram persuadir a Princesa a mudar de opinião. A agitação contra a escolha de D. Joana, levantada no Paço e em Lisboa, alarmara o público em geral. A sucessão do reino estava em perigo. Os procuradores da nação, já anteriormente, haviam advertido o rei contra a entrada da filha no Mosteiro, pois acreditavam que o papel político de uma Princesa Lusitana se sobrepunha ao de religiosa.

Nessa ocasião, encontravam-se em Lisboa os procuradores das cortes das cidades e vilas, convocados por D. Afonso V. Vale lembrar que um dos problemas debatidos nesse encontro relacionava-se com o projeto de D. Joana²⁴¹, pois os procuradores não haviam se conformado com a "frouxidão" do Monarca e decidiram protestar oficialmente contra ela. Essa situação era incompreensível: que valor poderia ter um

²³⁹ GOMES, Marques. *Op. cit.* Apesar de que “Não era novo o exemplo. As Infantas Thereza, Sancha, Mafalda, Branca e Maria, aquelas filhas de D. Sancho, e estas de D. Afonso III, haviam trocado também a corte pelo claustro.” Em nenhuma dessas princesas, porém colocou-se o título e a responsabilidade de “Princesa Jurada”. p. 14.

²⁴⁰ A cuvilheira era encarregada de suas roupas e toucador. Provavelmente, eram as duas criadas por quem a princesa mais se afeiçoara, e que acompanharam-na por toda a vida.

²⁴¹ GASPAR, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 88.

coração de mulher no destino da vida nacional? Mas, para os procuradores, o que ela queria ou não, pouco importava, deveria cumprir seu papel como filha do Rei.

Em 24 de dezembro de 1471, inquietos, os procuradores deslocaram-se até Odivelas. No Mosteiro falaram com a Infanta D. Filipa, solicitando-lhe que acatasse o pedido para a retirada de D. Joana de lá; porém, a Princesa resolveu não comparecer à entrevista marcada.

Como era conveniente ao Reino, os procuradores resolveram lavrar um protesto pelo notário público de Lisboa, Martim Álvares, em 22 de dezembro de 1471, que foi entregue pessoalmente ao Rei e, no dia seguinte, à Infanta D. Joana, à sua tia Filipa e à Madre abadessa de Odivelas. Por força da razão de Estado, apelavam para que a Infanta não professasse a vida religiosa e regressasse à vida da corte, dispondo-se a casar.

“... . Da Reclamaçom Contradiçom E protestaçom que os pouoos
De vossos rregnos . fazemos aa uossa alteza em presença Da vossa
Real magestade ... em Nossa notícia foy que a muyto alta excelente
e Virtuosa Senhora A Jffante Dona Johana vossa filha queria entrar
em Rellegiã E sse fazer freira ou monja . E em o Dicto estado servir
a Deus Os procuradores que aquy somos Dos Dictos vossos
pouoos Requeremos Vossa alteza que tal nom conssentisse Mas
ante o contrariasse e lhe mandasse que tal nom fizesse Ora em
Nossas orelhas ssooa, que ella Dicta Senhora, sse Mete em a Dicta
Relligíam E que a ello Daaes Vossa autoridade e conssentimento /
p~ello qual Nos vossos pouões a que perteençe mais que a outra
algua pessoa, cujos *sobfeçientes procuradores som, tal entrada De*

*Relligiam contradizemos e Reclamamos E em maneira alguma em
ella nom conssentimos E protestamos ...*²⁴²

Com base nesse protesto, concluí que o fato insólito do recolhimento claustral de D. Joana perturbou enormemente a vida da corte e teve vários reflexos na política do Reino, pois frustrou possíveis alianças que laços matrimoniais poderiam cimentar ou fortalecer.

O *Memorial*, de Margarida Pinheiro, e esse *Protesto dos Povos*, são documentos concordes nos pontos que abordam, pois ambos vem comprovar aquilo que afirmam: a vocação da Princesa pela vida religiosa.

Os sentimentos pessoais, as inclinações da consciência e a vocação da Princesa não importavam grandemente. Sua vontade pessoal era o que menos importava. Mesmo assim, contra todo este desconforto, D. Joana persiste em sua opção pela vida claustral indo contra sua condição política.

Sua biografia, quase toda escrita por religiosos, ainda menciona que toda a cidade de Lisboa teria vestido luto e fechado as janelas em sinal de protesto pelo abandono da Princesa dos seus compromissos com o Reino. Coloco em dúvida se realmente toda a população, ou mesmo alguma parte dela, teria se comovido a tal ponto. Olhando pelo viés de quem escreveu sobre tal comoção coletiva, religiosos e hagiógrafos, não me convenci disso. Que os nobres e homens mais importantes do Reino tenham repudiado tal decisão da Princesa Jurada é uma coisa, mas que a população lisboeta tenha se comovido com o afastamento de tão “nobre, honrosa, humilde e caridosa” senhora é outra.

²⁴² MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha (org.). (1961). *Op. cit.* p. 11 – 13.

Sempre atormentada com as conseqüências que a escolha pela vida religiosa teria para uma Princesa Jurada trazia, D. Joana decidiu mudar de Mosteiro, principalmente devido à proximidade de Odivelas com Lisboa. Percebendo a dimensão da contrariedade que sua decisão trazia, Joana suplicou ao pai que a deixasse partir dali. Foi-lhe então proposto o Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, casa suntuosa, como convinha sua condição e onde havia muitas senhoras da primeira nobreza não querendo causar mais desgosto a seus parentes, e sabendo aguardar pacientemente o momento oportuno, a Princesa não contestou tal escolha.

Mais uma vez, mostrou-se bastante lúcida com relação a sua delicada situação. Temia que a campanha contra a sua retirada do paço de São Cristóvão se transformasse em motim de graves conseqüências. Em meados de julho de 1472, partiu de Odivelas para Coimbra, juntamente com o pai e o irmão, num clima tão escaldante que a todos perturbou durante a longa viagem. No meio do caminho, Joana chamou o pai e manifestou-lhe sua escolha por Aveiro, solicitando-lhe que, ao menos, pudesse passar algum tempo junto daquelas religiosas. Tanto mais desgosto, além do pai, tiveram também D. João II e sua tia D. Filipa. O objetivo de D. Joana era, desde o início, o Mosteiro de Jesus de Aveiro, mas guardou essa sua aspiração para que só viesse à tona no momento apropriado, não queria entrar em conflito direto com seu pai e irmão.

O Mosteiro de Jesus de Aveiro, das dominicanas, localizava-se fora da principal estrada para o Porto, e era em uma Ria pouco povoada e com poucos recursos para abrigar uma Princesa. Logo que o Príncipe D. João soube da decisão do pai a favor da vontade da irmã, juntamente com D. Filipa e outros senhores, trabalhou por embargar sua ida a tal lugar. Protestou veemente contra tal escolha:

“A qual cousa como ho souberam ho princepe seu jrmãao e sua tyã e os outros senhores com grande ynpetu e desprazer . trabalhauam por qnbargar a jda sua a tal lugar . parecendo-lhe muym pequeno e desprezyl . e em hedificios pobre e pouco sunptuoso pera tal princesa aver de entrar nem star humm soo dia ... a lugar que mais parecija jslha de desterro que vylla . Em aquelle tenpo era esta vylla muym proue e despoboada de gente e moradas.”²⁴³

Na verdade, a Ria de Aveiro era um dos últimos lugares do Reino próprio e adequado para uma Princesa. Mesmo assim, D. Joana resistiu e continuou firme em sua decisão. Chegou, juntamente com a comitiva real, a Ria de Aveiro no dia 30 de julho de 1472. Depois de assistir à missa na igreja do convento de Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro, dos freis dominicanos, no dia 04 de agosto do mesmo ano, entrou para o Mosteiro de Jesus de Aveiro, tendo, mais uma vez a companhia de seu pai, seu irmão e sua tia Filipa.

²⁴³ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 248.

MAPA DE PORTUGAL

Figura nº 05



Fonte: http://www.bussolaescolar.com.br/mapaspaises_tds2.htm

Os cronistas régios indiretamente nos induzem a pensar que D. Joana teria entrado para o Convento de Odivelas por decisão do Conselho, que estaria preocupado com os muitos gastos feitos nas guerras na África e, por isso, acreditava que o rei e o príncipe não teriam como sustentar as despesas da Infanta em seus paços. Isso é o que, por exemplo, Garcia de Resende, Rui de Piña e Damião de Góis nos leva a crer em suas obras. Outro motivo apontado por essas fontes era o casamento do Príncipe D. João, àquela altura, portanto, tornava-se necessário suprimir, em seu proveito, os gastos excessivos da Infanta com o luxo em seus paços. Rui de Piña chega a afirmar que na ausência do pai e irmão, a Princesa esbanjava o erário régio em grandes banquetes, saraus e festas:

Cap. CLXVIII – De como a Yfante Dona Joana Fylha d’ElRey foy metida no Moesteiro d’Odivelas ; e de hy ao Moesteiro d’Aveiro, e d’outras cousas que ElRey fez:

“A Ifante Dona Joana Fylha d’ElRey estava a este tempo em Lixboa, com tam grande casa de donas e donzelas e offyciaaes como se fora Rainha ; e porque fazia sem necessydade grandes despezas, e asy por se evitarem alguns escândalos e perjuyzos que em sua casa por nom ser casada se podiam seguir. ElRey per conselho que sobrýsso teve, logo no mês d’Outubro deste ano a apartou e em abito secular, e com poucos servydores após no Moesteiro d’Odivellas em poder da Senhora Dona Fylipa sua Tia, em ydade de XVII anos. Donde foy despois mudada pêra o Moesteiro de Jesus de Aveiro. Onde sem casar com nome de

onesta e muy virtuosa acabou depois sua vida em ydade de trinta e seis anos...”²⁴⁴.

Essa é, a meu ver, a principal parte da Crônica de Rui de Piña que retalha e põe em dúvida a verdadeira vocação de D. Joana pela vida religiosa. Esta não teria escolhido de livre vontade a vida em religião, e sim sido obrigada pelo pai, que teria tomado essa decisão para conservar-lhe a honra e cortar despesas que, àquela altura, o Reino não poderia fazer.

Mas posso analisar criticamente essa parte da Crônica: há aqui três erros cruciais e também factuais. D. Joana, em setembro de 1471, ainda se encontrava em Lisboa; isso é certo. Foi nessa data que ela própria comunica à Câmara de Coimbra a tomada de Arzila e de Tânger. No fim daquele mesmo mês, houve o pedido em público de D. Joana para o Rei, em favor de sua vida em religião; somente em dezembro de 1471, ela foge secretamente para o Mosteiro de Odivelas. Não seria, portanto, em outubro como afirma a Crônica. No dia 22 de dezembro, ocorreu o primeiro protesto dos procuradores dos povos contra a entrada da Princesa no Mosteiro.

Outro erro diz respeito à idade da Princesa. Como D. Joana nasceu em fevereiro de 1452, em dezembro de 1471, estaria com 19 anos e não com 18 como afirma Rui de Piña. D. Joana entrou para o Mosteiro de Odivelas com 19 anos e no Mosteiro de Jesus de Aveiro, com 20. Aqui também entra o terceiro ponto: D. Joana faleceu com 38 anos de idade e não com 36.

²⁴⁴ PIÑA, Rui de. *Op. Cit.* p. 826.

Ainda nesse trecho da Crônica, Rui de Piña traça o contexto do Reino, que era o de um tempo em que se impunham grandes restrições econômicas, exigidas ao erário real pelas campanhas em África e pela manutenção das praças em Marrocos.

Posso ainda aqui salientar a opinião idêntica acerca dessa questão, expressa pelo cronista Damião de Góis:

“... a qual filha de casa do mesmo modo q há trazia há Rainha sua maim, E porque se isto nam podia fazer sem grande despesa, há qual elRei polos muitos gastos que tinha feitos nas guerras Dafrica nam podia suprir, determinou, com seu conselho, de em habito secular, E cõ stado conuiniente a sua pessoa há metter no mosteiro Dodiuellas sob guarda de dõna Phelippa sua tia, filha do Infante dom Pedro...”²⁴⁵

D. Joana ter-se-ia recolhido a um convento por sua livre vontade ou foi constrangida por vontade paterna e conveniências de Estado? Essa teria sido uma atitude de seu pai para assegurar-lhe a honra para um futuro casamento? Se o cronista Rui de Piña erra em simples dados factuais, como poderia julgar corretamente o verdadeiro motivo pelo qual D. Joana morreu enclausurada em um Mosteiro? De alguma forma, ele apenas expressa uma explicação que circulava em sua época, pois, D. Joana, em 1481, pela ocasião da morte de seu pai, poderia ter saído do Mosteiro de Jesus de Aveiro se estivesse ali contra sua vontade. Sem contar que seu sucessor, D. João II, também almejava para a irmã um casamento e não a vida religiosa.

²⁴⁵ GÓIS, Damião. *Chronica do Príncipe Dom Ioam*. 1567. p. 309.

Outro dado sobre a religiosidade de D. Joana dá conta de que um pouco antes de ela no Mosteiro de Jesus de Aveiro, sua chegada já teria sido anunciada por sinais divinos. O início de sua vida claustral em Aveiro, assim como seu nascimento e morte é, rodeada, portanto, de uma aura mística, conforme Margarida Pinheiro relata:

“ O anno do Senhor de mil . quatrocentos . setenta e dous . no mês de Marco. começou de apatecer e se demostrar no ceeo sobre este moesteiro . huum muym evidente e manyfesto synall aparecya huma grande cometa aa maneyra de mym grande strella sem se mouer do lugar em que aparecia . o qual era sobre ho dormitório . ou mais parecija star no lugar honde stam edificadas as casas da senhora jfante sem nunca huma sôo nocte falecer de aparecer ora de huma maneyra e doutra e senpre aaquellas certas oras depois da completa aparecendo e ally fixa satando atee aluorada e manhã . na qual subitamente desaparecija assy como aa nocte súbito aparecija . Grande spanto fazija a todos s que vijam este atam maravilhoso grande e desacustumado synall ... e synal miraculoso ... „²⁴⁶

²⁴⁶ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 242 – 243.

Segundo astrólogos portugueses²⁴⁷, esse cometa realmente apareceu nos céus de Portugal em 1472, porém isso foi no mês de janeiro e não em março como é relatado. Já o tipo de interpretação fantasiosa de que a luz desse cometa incidia, precisamente todos os dias e no mesmo horário, sobre certas partes do Mosteiro, onde brevemente seria o claustro de D. Joana fica por conta da fonte de Margarida Pinheiro, que afirma haver sido um “*synal miraculoso*”²⁴⁸. Segundo ela, o cometa o mesmo teria desaparecido exatamente na noite em que a Princesa entrou para o Mosteiro: “*E ho primeyro dia e nocte que nesta vylla entrou a dita senhora jfante nunca jameis aquela nem outra semelhante apareceo ...*”²⁴⁹.

7. Empecilhos para a profissão de votos da Princesa

É claro que essas atitudes, que configuraram um ato de definitivo enclausuramento, não ficaram por isso mesmo, pois assim que correu a notícia da profissão de fé de D. Joana no mosteirinho, os delegados aglomeraram-se na porta e ameaçaram colocar fogo na casa. Foi o segundo protesto feito contra o desejo manifesto da Princesa. A própria tia recusava-se a falar com a Infanta e voltou a Odivelas²⁵⁰ com grande rancor.

Foi em 1475, que a Princesa decidiu, definitivamente, tomar o hábito dominicano. Segundo a fonte de Margarida Pinheiro, D. Joana recebeu o hábito da priora

²⁴⁷ Segundo a análise de Toscanelli, o aparecimento desse cometa ocorreu de 08 a 26 de janeiro de 1472. Cf. em PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 242.

²⁴⁸ *Idem.* p. 243.

²⁴⁹ *Ibidem.* p. 249.

²⁵⁰ D. Filipa abandonou Aveiro e recolheu-se definitivamente no opulento e majestoso Mosteiro Cisterciense de Odivelas, onde permaneceu até sua morte.

Madre Brites e não do vigário-geral, frei Antão de Santa Maria de Neiva. A escolha pela priora foi da própria Infanta.

Na corte, a tempestade aumentava furiosa. D. João II²⁵¹ deixou a barba crescer e vestiu luto, bradou ferozmente ao pai para revogar a decisão absurda da irmã. Foi ele então a Aveiro tentar retificar tal estado de coisas. D. Joana o recebeu brandamente. Obtivera do pai e do irmão licença para vir para o Mosteiro de Jesus de Aveiro e ambos deviam presumir a que fim.

Com tantos tormentos pela sua escolha, D. Joana foi acometida gravemente de dores no fígado e rins, com a conseqüente infecção do sangue. A reação contra a tomada de hábito de D. Joana, manifestada abertamente em protestos agressivos e ameaças violentas, causou decerto significativos desassossegos na vida da comunidade do Mosteiro de Jesus de Aveiro. Influiu também, como já dito, no sistema nervoso da própria Princesa, debilitando ainda mais seu organismo já fraco, devido à vida austera que levava.

Assim, a Infanta chamou D. Brites e disse-lhe que, devido a embargos graves, não poderia obrigar-se à profissão. Sabendo-a já desligada, canonicamente, de quaisquer obrigações claustrais, D. Afonso V e D. João voltaram a insistir na idéia de a casá-la²⁵². A possibilidade da sucessão ao trono estava com ela, caso D. João faltasse.

Seguindo o desejo da Infanta, a Madre Priora D. Brites a torna noviça. Aqui, assim como na entrada de D. Joana no Mosteiro, onde foi-lhe dado os melhores aposentos, vemos a atitude de uma dama para com uma Princesa e não de uma Madre para com uma noviça.

²⁵¹ D. João II pediu ao bispo de Évora, D. Garcia de Menezes para que convencesse a irmã a desistir da vida religiosa. D. Joana fica surpresa por um “homem de Deus” pedir-lhe tal inconjúrio e critica o bispo. Cf. GOMES, Marques. *Op. cit.* p. 22 – 23.

A Infanta foi aconselhada pelos médicos a parar com as mortificações e sacrifícios corporais, para que assim seu estado de saúde melhorasse. A própria Regra de Santo Agostinho deixava bem claro que, por motivos de saúde, o integrante da ordem mendicante não só poderia, como deveria suspender os sacrifícios em prol da melhoria do doente²⁵³.

Mesmo forçada a desistir do hábito, D. Joana continuaria a residir no Mosteiro de Jesus de Aveiro. Ia decorrendo o tempo do noviciado, que era de um ano e um dia, e a Princesa não recuperava as forças que lhe permitissem a profissão religiosa. Desistiu então, do noviciado e chamou a Priora para dizer-lhe que não poderia obrigar-se à profissão religiosa, pelos graves motivos de saúde que lhe opunham, mas que desejava, todavia, continuar hospedada no Mosteiro de Jesus de Aveiro e na companhia das irmãs, como uma delas.

Se foi impelida pelas circunstâncias a não emitir votos solenes e públicos de religiosa dominicana, D. Joana continuava com a liberdade de fazer votos simples e privados, dos quais poderia facilmente ser dispensada. A Princesa iria continuar a mesma vida conventual, observando as constituições do Mosteiro, obedecendo à Priora, acorrendo aos atos litúrgicos, dando exemplo de austeridade e aperfeiçoamento de virtude, como se solenemente tivesse feito voto de profissão e obediência.

Assim, como podia (desobrigada dos votos), D. Joana resistia à sua condição de Princesa. Outra atitude de protesto da Infanta contra seu destino. Apesar de não ser oficial,

²⁵² D. Afonso, ao saber da enfermidade da filha, culpou a vida austera que ela levava junto à Ordem Mendicante, usando isso também, como justificativa para sua desistência de tomar profissão. Cf. GOMES, Marques. *Op. Cit.* p. 25.

²⁵³ Era estritamente proibido em todos os Mosteiros dominicanos comer carne, mas em casos excepcionais, como foi esse, abria-se exceção: “*Nom avia ainda naquelle tempo licença pêra comerem carne hos moesteiros de Observância deste regno . nem em este de Jhesu d Aveyro .*” Cf. em PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 256.

sua prática era a de uma dominicana do Mosteiro de Jesus de Aveiro. Não havia um motivo aparente para que tomasse oficialmente o hábito dominicano, mas o fez, mesmo que por pouco tempo.

Esse ato da Princesa demonstra novamente seu real interesse pela escolha da vida religiosa e de que foi uma mulher que contestou o destino que lhe foi traçado não só pelos homens de sua família, mas por todo o Reino. D. Joana toma o curso de sua vida e modifica o do Mosteiro de Jesus de Aveiro.

Acredito que sua real intenção era seguir até os fins dos seus dias como dominicana e não como Princesa. Com sua resistência, seu destino e o próprio destino do Mosteiro de Jesus de Aveiro seguem a vontade da filha do Africano.

Apesar de ser uma Ordem de tanta pujança intelectual, como era a Ordem de São Domingos, as Irmãs da Segunda Ordem da Observância de Aveiro afirmaram-se muito mais como artistas de bordados e rendas, e como pedagogas do que como escritoras, enquanto a outros mosteiros femininos não faltou essa produção intelectual. A vida litúrgica, o pouco estímulo e interesse, a distribuição do tempo na vida comunitária e a falta de material no Mosteiro de Jesus de Aveiro tornaram difícil para qualquer religiosa dispor de tempo e ânimo para atividades literárias, que demandavam sempre ambiente reflexivo de calma e sem preocupações. Com a entrada de D. Joana neste mosteiro haverá uma mudança neste estado de coisas.

O ingresso de D. Joana no Mosteiro contribuiu para um novo e mais ascético ânimo intelectual, não somente pelos implementos econômicos (como, por exemplo, a compra de livros e materiais) como também pela própria tradição intelectual da dinastia de Avis. Como sabia bem o latim, prezava muito os bons livros, que comprou em abundância para o mosteiro:

“Trabalhou esta virtuosa senhora por aver e mandar conprar muitos lyuros e sermonayros de syngular doctryna assy de latym que a dita senhora bem sabia e entendia . como de lynguagem . Mas os demais eram de latym . porque delle gostaua mais .”²⁵⁴

Também no que se refere à parte econômica, como já mencionado, o Mosteiro de Jesus de Aveiro, ganhou novo fôlego com o recebimento de diversas rendas. Parte dessas rendas advinham de Ouca, do Casal de Requeixo e da quitanzinha de Grinde, que com as marinhas da Ria de Aveiro²⁵⁵, eram de rendimento aleatório.

Para essa relativa prosperidade, concorriam, decerto, os dotes que as novas religiosas traziam consigo ao tomarem o hábito, e que, por força da profissão canônica, ficavam vinculados à comunidade.

Ao assumir o trono, em 1481, após o falecimento de seu pai, D. João II viveu um acontecimento que veio abrandar sua relação não só com a irmã como também com o Mosteiro, assegurando, ao menos em parte, a continuação desafogada da sua sustentação. Esse acontecimento tem um nome: Ana Mendonça, que vivia na corte de D. Afonso V, e era filha de Nuno Furtado de Mendonça (aposentador–mor deste rei) e D. Leonor da Silva²⁵⁶.

Ela engravidou-se do rei, atrapalhando sua vida conjugal com a rainha D. Leonor. Para evitar maiores desavenças com a esposa, D. João enviou o novo filho, D.

²⁵⁴ PINHEIRO, Margarida. p. 270.

²⁵⁵ SANTOS, Maurício G. *Op. cit.*

²⁵⁶ NEVES, Francisco Ferreira. *A casa e ducado de Aveiro – sua origem, evolução e extinção*. Aveiro: Oficinas de Coimbra Editora, 1972. p. 6. Cf. também em CANEDO, Fernando de Castro da Silva. *A descendência portuguesa de El – Rei D. João II*. Vol 1. Lisboa: Edições Gama Limitada, 1945.

Jorge²⁵⁷, para a irmã tomar conta dele, criá-lo e educá-lo, algo não incomum para a época, já que bastardos eram criados constantemente em conventos.

D. João, a partir da entrada de seu filho no Mosteiro, mostrou-se mais sensível à concessão de generosidades. Concedeu doações ao senhorio de Aveiro, como já mencionado sobre a carta de doação do Rei, em 1485. Sendo assim, não só a entrada de D. Joana, mas também a de D. Jorge²⁵⁸, acalentou um maior fôlego econômico ao Mosteiro de Jesus de Aveiro.

Para melhor afirmar esse fato, utilizo Rui de Piña e Garcia de Resende, que confirmam a criação do segundo sobrinho de D. Joana no Mosteiro de Jesus de Aveiro:

“No mês d’Agosto de mil quatrocentos e oitenta, e hum que ElRey Dom Affôm o quinto faleceo, naceo o Senhor Dom Jorge, que ElRey Dom Joham seendo Princepe, e casado, ouve de Don’Ana de Mendonça molher Fidalga, e de nobre jeraçam, ho qual por ordenança d’ElRey seu padre, foy criado em poder da Ifante Dona Johana sua irmãa, que estava em Aveiro, assi publica, e honradamente como pertencia a filho d’ElRey.”²⁵⁹

E,

²⁵⁷ O Príncipe Perfeito se preocupava muito com a situação em que poderia ficar seu único filho vivo, principalmente quando sua tia vem a falecer em 1490. Isso porque a "viuvez" (no caso da mãe de D. Jorge), poderia levar senhoras nobres a um estado de pobreza, caso estas, juntamente com seus órfãos, ficassem desamparados. Os parentes não seriam os últimos a espoliar a viúva e os órfãos e, neste caso, seria ainda pior, já que a esposa "oficial" de D. João morreria somente algum tempo depois.

²⁵⁸ D. Jorge entra para o Mosteiro de Jesus de Aveiro contando com menos de três meses de idade. Cf. em GOMES, Marques. *Op. Cit.* p. 30. Posteriormente, D. Jorge, então duque de Coimbra, não se esquece do lugar em que fora criado por alguns anos e funda, em 1529, com sua esposa, o convento de São João Batista em Setúbal, chamando para auxiliá-lo na sua fundação algumas religiosas do Mosteiro de Jesus de Aveiro, entre as quais Margarida Pinheiro. Cf. em CANEDO, Fernando de Castro e Silva. *Op. cit.*

²⁵⁹ PIÑA, Rui. *Op. cit.* 965.

“... sendo o Príncipe casado houve de D. Anna de Mendonça, mulher muito fidalga e moça formosa de mui nobre geração. O qual El – Rei mandou criar em poder da Infanta D. Joanna sua irmã, que estava em Aveiro, a qual o creara muito honradamente como pertencia a filho d’El – Rei seu irmão.

E porque neste anno de mil e quatrocentos e noventa a Infanta D. Joanna falleceu, El – Rei quiz mandar trazer seu filho a corte, para que junto de si fosse criado, e primeiro que o fizesse pedio a Rainha sua mulher que o houvesse assi por bem e lhe não lembrassem paixões que sobre isso já tivera, pois ante elle eram tão esquecidas.”²⁶⁰

Ambos também narram uma visita do Rei à irmã - primeiramente Rui de Piña e depois Garcia de Resende - , provavelmente para ver o bastardo D. Jorge, sinal de que D. João, mesmo que de longe, sempre se importou com a condição do filho:

“Foy ElRey na entrada da Coresma deste anno veer a Ifante Dona Johana sua irmã, que estava no Moesteiro d’Aveiro, e tornou teer com a Raynha sua molher a Páscoa em Santarém; ...”²⁶¹

E,

“Daqui de Santarém na entrada d’este anno de oitenta e três, El – Rei foi ver a Infante D. Joana sua irmã, que estava no mosteiro de

²⁶⁰ RESENDE, Garcia. *Op. cit.* Vol. II. p. 58 – 59.

²⁶¹ PIÑA, Rui. *Op. cit.* p. 913.

Jesu de Aveiro, e tornou logo a Santarém ter a Paschoa com a Rainha sua mulher; ...”²⁶²

Notamos aqui a semelhança da narração de ambos os cronistas. Por isso, a atribuição à Garcia de Resende de plagiador de Rui de Piña, como já citado.

D. Jorge, então, depois do falecimento de sua tia paterna em 1490, é entregue aos cuidados de D. João d’Almeida, conde de Abrantes²⁶³, já que foi impedido, pela raiva da Rainha, de ser criado junto ao pai.

E não só ao Mosteiro as doações reais beneficiavam. D. Joana não se esquecia da vila de Aveiro. Com relação a isso utilizou-se de sua posição política para interceder pela Ria: em 1487, consegue permissão real para que o pão fosse para Aveiro, fato já narrado na primeira parte deste trabalho. Sendo assim, toda a vila de Aveiro viu-se atendida por privilégios reais, desde que tão ilustre senhora passou a residir dentro das suas muralhas. Era comum, também, que o Mosteiro ajudasse a população aveirense com remédios, roupas e comida. Portanto, era um exercício coletivo das religiosas desse recinto²⁶⁴.

Em 1479, a Peste assola novamente Aveiro e, desta vez, veio com tão grande furor que seu pai e irmão (que já participava ativamente do governo) mandaram que se retirasse do Mosteiro para fugir do foco do contágio (por mais que a Princesa quisesse ficar em Aveiro, era impossível). Assim, seu pedido para permanecer no convento fora negado. Até mesmo o vigário provincial, Frei João de Braga, rogou-lhe para que não desobedecesse

²⁶² RESENDE, Garcia. *Op. cit.* p. 93.

²⁶³ *Idem.* p. 124.

²⁶⁴ SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *O convento de Jesus de Aveiro e os pobres. (1453 – 1910)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1974. p. 821.

a seu pai e a seu irmão, já que poderia causar transtornos à comunidade, senão, à Ordem em todo o Reino.

Só a título de ilustração, assim também uma prima de S. Joana que possuía o mesmo nome, porém apelidada de Beltraneja, trocou em 1480, de Mosteiro por causa da Peste: “... e a Excelente Senhora porque Santarém da mesma pestelença ou logo contaminado, ... , foy levada ao Moesteiro de Santa Crara d’Evora.”²⁶⁵

Aqui, o tratamento diferenciado para as damas religiosas da família real: estas, ao contrário das outras religiosas que viviam em comunhão no mesmo mosteiro ou convento, poderiam fugir e se ausentar por tempo indeterminado do lugar em que viviam. Era o medo dessas mulheres morrerem e, com isso, se perderem boas possibilidades de alianças via casamento.

Sendo assim, D. Brites tenta ficar em Aveiro, mas a insistência da Princesa, acaba por vencê-la. Qualquer pedido de outra religiosa do Mosteiro teria conseguido idêntica satisfação? A Madre superiora submeteu-se, antes de mais nada, a um pedido da filha do Rei.

Sendo assim, para acompanhá-la Joana escolheu D. Brites, D. Maria de Ataíde, Brites Velha, Mícia Botelha, D. Clara da Silva, D. Catarina da Silva, Violante Borges, Margarida da Silva e sua biógrafa Margarida Pinheiro²⁶⁶.

Em 1480, D. Joana e essas religiosas encontravam-se em Avis,²⁶⁷ onde D. Brites adoeceu. A própria Infanta e outras religiosas do grupo também foram castigadas pela doença. Os médicos aconselharam mudanças de ares. Partiram então para Abrantes. No dia

²⁶⁵ PIÑA, Rui. *Op. cit.* p. 873

²⁶⁶ Cf. na Crônica de Margarida Pinheiro.

03 de agosto, morreu a madre Priora, D. Brites, e seis dias depois, Brites Velha. De quase nada adiantara a "fuga forçada" de Aveiro, pois a Peste atingiu as religiosas. Joana decidiu pela volta ao mosteirinho da Ria²⁶⁸, "minha pequena Lisboa", como carinhosamente chamava o Mosteiro de Jesus de Aveiro.

Logo após a morte de D. Brites, com certeza, uma outra figura cêntrica do convento viria a ser a Princesa. Não de direito, pois era ainda considerada apenas como uma hóspede de honra do Mosteiro, porém passageira, não estando vinculada canonicamente à sua vida comunitária. Mas D. Joana exercia uma assistência econômica e moral, sobretudo com relação às esmolas que concedia e o prestígio pessoal que tinha com o irmão e a melhor nobreza do reino. Devido a isso, atraía de forma imperativa a vinda de ilustres famílias para o convento.

Assim que retornou de Avis, onde estivera refugiada da Peste, D. Joana mesmo providenciou a eleição da nova Priora, fato que também comprova seu poder político dentro do Mosteiro, pois nem professa D. Joana era. Mas mesmo assim, foi ela quem propôs o nome da amiga Leonor de Meneses, que assumiu o cargo. Essa amiga de longa data de D. Joana, porém viria a falecer logo depois, em 1484. Maria de Ataíde assumiu, então, como priora do Mosteiro de Jesus de Aveiro, onde permaneceu por 43 anos, vindo a falecer somente em 1525 com 77 anos de idade²⁶⁹, fato raro no medievo.

²⁶⁷ Segundo nossa fonte primária de Margarida Pinheiro, Avis era uma vila do distrito de Portalegre e sede da Ordem de Avis. " ... E estando a dita senhora jfante com a madre e jrmãs e todas outras pessoas que em sua cnpanhjia leuaua per aguuns dias já apousentados em huum lugar que se chama Avis ..." p. 215.

²⁶⁸ Cf. em Margarida Pinheiro. *Op. Cit.* p. 215 e Marques Gomes. *Op. Cit.* p. 28.

Em 1489, em uma jornada de Coimbra a Aveiro, logo após o almoço as religiosas fizeram um breve descanso na casa de uma pessoa influente, porém de má fama, e D. Joana bebeu água. Supôs-se, pela má-disposição que a Princesa logo após beber da água, que esta estivesse envenenada. Alusão errônea de tal fato. Era nostalgia da época se supor isto, devido a onda de envenenamentos entre o poder governativo.

8. 1490 – Falecimento de D. Joana

Dada a influência do místico e fabuloso, já mencionado anteriormente, na vida da Princesa, na última parte deste trabalho não poderia deixar de lado as circunstâncias de sua morte. Aqui posso trabalhar a questão do maravilhoso e dos sonhos para o homem medieval. Tanto o maravilhoso como o sobrenatural e o miraculoso fazem parte e são da natureza do próprio cristianismo. Aliás, o maravilhoso é justamente a significação que se contrapõe ao quotidiano e à vulgaridade²⁷⁰.

Tertuliano (século III) foi um semi-herexe que propôs a primeira teoria cristã coerente do sonho. Segundo ele, a alma, quando liberta de solicitações exteriores durante o sono, emitia as suas próprias produções – e entre estas, os sonhos²⁷¹.

O sonho revela-se à noite, quando o corpo está desligado da alma, sendo que esta fica mais em contato com Deus, portanto, mais aberta e propícia aos Seus sinais.²⁷² O sonho ou a visão, portanto, representa para o cristão uma via de acesso a Deus, uma

²⁶⁹ Cf. em Margarida Pinheiro.

²⁷⁰ GOFF, Jacques Le. *O imaginário medieval*. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994, p. 47 - 51.

²⁷¹ Há duas obras sobre esta referência citadas por Le Goff: WASZING, J. H. (ed.). *Tertullianus, De anima*. Amsterdam, 1946 e FREDOUILLE, J. C. *Tertullien et la conversion de la culture antique*. Paris, 1972.

oportunidade de estar em contato direto com Ele. Faz parte das imagens produzidas pela alma.

Nos sonhos podemos despertar o maravilhoso (tanto neste como naqueles tem-se uma natureza instável), porque a sua função cognitiva o dissolve em uma outra forma de conhecimento por intermédio da racionalização.²⁷³ O maravilhoso, nos sonhos, vem não como uma evasão, mas como realização dos planos de Deus.

O maravilhoso comporta-se nos sonhos no sentido de metáforas visuais, típico de uma série de imagens que o homem admira com os olhos e assim as interpreta. Se ligarmos ainda o maravilhoso, em um sentido etimológico, à raízes visuais, veremos que se encontra norteador pela noção de aparição²⁷⁴.

É justamente por ter esse caráter instável que o cristianismo logo percebeu o perigo das livres interpretações. O mal-estar e a desconfiança em relação aos sonhos levaram a Igreja a exercer uma vigilância mais ou menos cerrada sobre eles. O próprio Tertuliano, bem como Santo Agostinho²⁷⁵, perscrutou sobre o verdadeiro valor do sonho no plano divino. Muitos deles, inclusive, levaram ao surgimento de várias heresias durante a Idade Média.

Por isso, no plano onírico, o que estava acima de tudo, o que importava, era quem houvesse tido esses sonhos. A validade da narrativa se pautava pela qualidade profissional, jurídica e social do ‘sonhador (a)’²⁷⁶. No caso de D. Joana, todas as pessoas que sonharam com ela foram religiosos (as), quando não foi ela própria a ter tais “anúncios divinos”. Segundo a concepção medieval, a Princesa era digna de receber tais sonhos.

²⁷² GOFF, Jacques Le. *Op. cit.* p. 291.

²⁷³ *Idem.* p. 62.

²⁷⁴ *Ibidem.* p. 50.

²⁷⁵ Santo Agostinho em sua obra *As Confissões* é protagonista de uma das autobiografias oníricas medievais.

Desde a Alta Idade Média, o meio monástico se constituiu como lugar privilegiado dos sonhos. Era lá que se encontravam os “sonhadores privilegiados” e os grandes produtores (literários e pastorais) de sonhos²⁷⁷.

Margarida Pinheiro narra vários episódios sobre a morte da Princesa que teria sido anunciada “pelo Senhor” a três religiosas do Mosteiro: à própria priora D. Maria de Ataíde, à D. Violante Roiz e a uma outra religiosa mais antiga, da qual o *Memorial* não menciona o nome. A primeira teria sonhado com a morte de D. Joana em novembro de 1489, e D. Violante, em dezembro do mesmo ano.

A priora teria apenas visualizado D. Joana dizer que iria morrer cedo, deitada em uma cama ornamentada: “...a cara e vestidos muito resplandcentes e de grande e maravilhosa fremeosura e riqueza e de muitas pedras preciosas toda cuberta ...”²⁷⁸.

Sobre o sonho de D. Violante, de anúncio da morte da Princesa, que já há tempos percia, assim afirma Margarida Pinheiro:

“Vyolante Roynz . das primeiras religiosas desta casa . no mês de dezenbro do anno sobredito em que esta senhora nossa adoeceo . de. quatrocentos . oynta e noue . estando huma noyte depois das matynas em deuota oracom segundo costumava . supytamente a tomou huum leue sonpno . no qual de todo nom dormyndo . nem de todo esperta . vija na casa em que a dita senhora ffoy lancada e falleceo.”²⁷⁹

²⁷⁶ GOFF, Jacques Le. *Op. Cit.* p. 295.

²⁷⁷ *Idem.* p. 328.

²⁷⁸ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 271.

Essa religiosa, assim como D. Maria de Ataíde, também teria visto a Princesa no leito de morte, envolta em ricos objetos e ornamentos. D. Violante, porém, esta foi mais além: do lugar em que D. Joana estava deitada rodeada de suas amigas religiosas teria surgido um anjo, que mandou todas saírem do recinto. Assim o anjo professou: “*Sahijuos todas . e daae lugar aas onze myl virgeens . e a outra muita gente que veem pera leuar esta jffante ao muito alto e grande Rey...*”²⁸⁰.

Não só o sonho dessa religiosa teria anunciado o breve fim da Infanta. No dia 08 de dezembro, os portugueses assistiram a um eclipse, cuja interpretação, à luz da época, foi assim expressa por Margarida Pinheiro:

“ . porque seendo este synal e ferymento da lua mym grande aas duas oras depois de mea noyte aos oito . dias do mes de Dezembro . e durou passante de três oras . a dita senhora nossa jffante . logo na outra noyte seguynte ... adoeceo de fortes accjdentes ... Ho outro synal antre outros per que ho Senhor Deus teue por bem demonstrar ho fallecimento desta sua serua e sposa . ”²⁸¹

O terceiro sonho sobre a morte de D. Joana foi o de uma religiosa, de nome desconhecido (à qual Margarida Pinheiro apenas caracteriza como muito devota e analfabeta), que em fins de janeiro ou início de fevereiro estava fazendo suas orações matinais no coro de baixo do Mosteiro, quando viu por três vezes o local exato no qual D.

²⁷⁹ *Idem.* p. 271.

²⁸⁰ *Ibidem.* Nos séculos XV e XVI, desenvolveu-se muito, em Portugal, a devoção às Onze Mil Virgens, sobretudo com a oferta das relíquias, feita pelo imperador Maximiliano à D. Leonor, viúva de D. João II. p. 272.

²⁸¹ *Ibidem.* p. 272.

Joana viria a ser enterrada. Essa visão, porém, só foi comunicada às outras irmãs depois do sepultamento da Princesa, pois, segundo a mesma religiosa só depois disso é que teria percebido que aquilo era um aviso do Senhor²⁸².

Esse era um costume durante toda a Idade Média: estabelecer uma relação estreita entre o sonho e o santo. Assinalada em um *topos hagiográfico*, consta como foram encontrados os corpos de santos (de preferência mártires) por meio de um sonho²⁸³.

Outro sinal de providência narrado pela cronista teria sido recebido por um homem, no momento exato da morte da Infanta. O capelão do Mosteiro Diogo Lourenço, estava em oração quando em sua frente apareceu um clarão de luz e em meio dela apareceu uma coroa de espinhos seguida de uma voz que assim dizia: “*Falleceo e acabado he* .”²⁸⁴ Sentindo um cheiro estranho no ambiente, logo foi surpreendido pelos sinos do Mosteiro que anunciavam a morte de D. Joana.

A Infanta esteve convalescente de dores por muito tempo, com plena consciência e lucidez de seus sentidos. Assim, ela teria sofrido ainda mais as dores acometidas pela doença; a tortura e o martírio eram ainda maiores.

É visivelmente perceptível, ao analisar essa fonte, que a morte da Princesa é a parte mais minuciosa do Memorial. Isso me remete a duas questões: teria sido proposital por parte da cronista, para poder enaltecer a vida santa e a grande devoção da religiosa D. Joana ou, mesmo, poderíamos pensar que, ao contrário de ser proposital, na época a própria Margarida Pinheiro teria convivido e testemunhado todos esses detalhes que ela narra. Parece-me plausível que ambos os casos se completem.

²⁸² *Ibidem*. p. 272 – 273.

²⁸³ GOFF, Jacques Le. *Op. Cit.* p. 322.

²⁸⁴ PINHEIRO, Margarida. *Op. Cit.* p. 295.

As causas da morte da Infanta, vistas à luz da ciência do século XX, não têm hoje o aspecto romântico de que as revestiram certos cronistas e memorialistas, pois nessas mesmas crônicas perpassa a suspeita declarada de “envenenamento”. Para entender melhor todo esse contexto e as verdadeiras causas de uma princesa da dinastia de Avis ter sido canonizada, é válido que se mencione que o estudo da medicina não atingiu grande desenvolvimento no século XV²⁸⁵, se comparado aos avanços do século XX.

A análise feita a seguir, sobre a morte de D. Joana, também contém alguns problemas: a dificuldade de afirmar com segurança a causa da morte de uma pessoa que deixou este mundo, há quase seis séculos, e facilidade com que poderá ser posta em dúvida a legitimidade do diagnóstico.

Se a morte se verificou há dezenas ou centenas de anos, que é o caso aqui, e se em volta dela se formaram lendas e acusações mais ou menos fantasiosas, é necessário cuidado ao analisar a causa da morte da Princesa com base em nossa principal fonte: o *Memorial*, de Margarida Pinheiro. Para tal feito, contarei com a ajuda de um escritor, mais especificamente um médico, Fernando da Silva Correia, que por meio dos sintomas apresentados pelo *Memorial*, nos passa seu diagnóstico²⁸⁶.

No século XV, em Portugal, as doenças mais comuns eram as que apareciam sob forma de epidemias, conhecidas então com o nome de pestes. Além destas, poucas doenças merecem destaque. D. Joana mesma conviveu a maior parte de sua vida fugindo delas. Com relação ao tratamento das doenças, os medicamentos então usados tinham, na sua maior parte, por base plantas exóticas, como a sene e os tamarindos.

²⁸⁵ Quer no ensino, quer na prática seguiam-se Avicena, Rasés e Galeno, que tiveram primazia até fins do século XV.

²⁸⁶ CORREIA, Fernando da Silva. *A causa da morte da Infanta Santa Joana (uma história clínica do séc. XV)* Separata. no. 23 – 24. Ano LX, 1942. Lisboa : Imprensa Médica.

D. Joana, como filha do Rei, tinha os melhores recursos da época sempre que se encontrava doente. Não foi “peçonha dada em uma púcura” que provocou a morte da Princesa, mas uma longa doença a que não seriam estranhos as causas hereditárias, freqüentes jejuns, penitências e cilícios.

Essa longa doença, acima mencionada, separei em três fases: em 1475, D. Joana sofre a primeira crise, adoece gravemente com inchaços, desmaios e apostemas. Ficou nesse estado por mais de um ano, ocasião em que foi impedida de professar. Os melhores médicos e físicos de então prognosticaram “*fígado e rins muito danados e quase podres*”, medicaram-na e proibiram-na de jejuns, da abstinência de carne e peixes. D. Joana nasceu de uma mãe provavelmente tuberculosa e conviveu com D. Leonor de Meneses, que faleceu por esse mesmo motivo.

Isso sem mencionar que, em 1472, assim que entrou para o Mosteiro de Jesus de Aveiro, se alojou dentro de suas paredes muito próxima à enfermaria e sempre lá esteve visitando e cuidando das religiosas doentes. “*A Princesa freqüentava a enfermaria sem nôjo de maus cheiros, (perigo de contágio)...*”²⁸⁷ O contágio, que só viria com o contato com todo tipo de doença, era quotidiano para D. Joana.

Já em 1481, de novo adoece subitamente, após ter bebido um copo de água em dia de grande calor. Surgiram-lhe vômitos, diarreia, inchaço no ventre, grande fraqueza e o rosto tomou cor avermelhada. Teria sido nessa ocasião a primeira tentativa de envenenamento? Se os sintomas não tivessem sido precedidos seis anos antes pelos da primeira crise, a hipótese de envenenamento seria provavelmente difícil de desmentir. Assim, existem bastante dados que me permite por à parte essa hipótese. É sabido que

²⁸⁷ *Idem*. pp. 09 – 10.

muitos têm demonstrado, através da história, uma verdadeira obsessão para atribuir a morte das pessoas reais ao envenenamento.

O fato de D. Joana ter morrido nova não indica que tenha sido envenenada. Sua mãe morreu com apenas 23 anos; seu pai, com 49; seu irmão, com 40, e seu tio D. Fernando, com 37, este ao que tudo indica também tuberculoso. Também o fato da crise de 1481 ter surgido em seguida à ingestão de um copo de água fria em dia de calor não significa envenenamento. Mesmo porque, para se misturar qualquer tipo de veneno, a água era a substância menos indicada²⁸⁸.

A terceira crise, em 1489, foi caracterizada por febre, vômitos, diarréia dolorosa e sangüínea e ulcerações intestinais. Todos esses sintomas iam aumentando a medida que a doença se desenvolvia, enfraquecendo-a progressivamente. Esse mal acompanhou a Princesa por cinco meses ininterruptos, até sua morte. A doença foi sempre renitente aos esforços dos melhores médicos da época.

É interessante mencionar que Margarida Pinheiro, foi a religiosa que mais ajudou D. Joana em seus últimos dias, ficando incessantemente ao lado da Princesa até sua morte. É essa escritora que descreve, em seu *Memorial*, todos os sintomas e martírio pelos quais D. Joana passou.

*“..., e assu sua criada Margarida Pinheyra que lhe ajudava a
sosteer a cabeça . aa qual mandou lhe alleuantesse com huma
almofada . e lhe alynpaua manssamente com huma toalha as gotas*

²⁸⁸ *Ibidem*. No século XV, os venenos mais conhecidos eram os arsenicais, os sais de chumbo e os de antimônio, com os vapores de mercúrio, as carnes podres e as peçonhas de víboras e escorpião. p. 28

*muym grandes de suor . que em grande . abastança corrijam da cabeça e rosto.”*²⁸⁹

Associadas as três crises, às perturbações gastro intestinais, suores, diarreia crônica, aos sintomas de seu estado mental característico de todo tuberculoso (lucidez constante, hiperesteria sensorial), e a um misticismo cada vez mais refinado à medida que se aproximava da morte, parece não haver dúvida de que a Princesa morreu vitimada não por envenenamento, mas por uma tuberculose intestinal.

D. Joana faleceu, então, no dia 12 de maio de 1490²⁹⁰. Seis dias antes, pediu para confessar e receber o sacramento da Extrema Unção²⁹¹. É enterrada com o hábito da Ordem de São Domingos, no Coro da Capela, como religiosa professa. Seu enterro, porém, foi acima de tudo o de uma Princesa, e não o de uma simples religiosa: as casas da vila de Aveiro cobriram-se de luto; os bispos do Porto e de Coimbra assistiram a cerimônia usando grandes capelos de luto.

Rui de Piña e depois Garcia de Resende, como já mencionado, erram ao narrar a idade com a qual D. Joana teria falecido, sem contar que o último poderia ter copiado o cronista antecessor vejamos novamente a semelhança:

“ Nom ficaram d’ElRey Dom Affom outros filhos salvo ElRey Dom Joham que o socedeo, e a Ifante Dona Johana mais velha, que sem casar, e com vida, e obras de muy onesta, e vertuosa Princesa acabou ao diante sua vida no Moesteiro de Jesu da Aveiro, em

²⁸⁹ PINHEIRO, Margarida. *Op. cit.* p. 288.

²⁹⁰ D. Joana escreve seu testamento no dia 19 de março de 1490.

²⁹¹ CORREIA, Fernando da Silva. *Op. cit.* p. 15.

hidade de trinta e seis annos, no anno de mil quatrocentos e noventa.”²⁹²

Garcia de Resende apenas acrescenta algumas palavras e subdivide sua crônica em partes diferentes das que foram feitas na de Rui de Piña:

“E d’El- Rei D. Affonso que sancta gloria haja não ficaram mais filhos que El-Rei D. João e a Infanta D. Joana, mais velha que El-Rei, que solteira sem casar, com vida e obras de mui virtuosa e catholica Princesa se finou, em idade de trinta e seis annos, no anno de mil e quatrocentos e noventa, como adiante será.”²⁹³

Outro erro grave se refere à confusão de datas feita pelos cronistas: D. Joana faleceu no mês de maio de 1490 e o casamento de seu sobrinho, D. Afonso (herdeiro do trono) com a Princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos, foi um mês depois, em abril, mas mesmo assim afirma a Crônica:

“... , se ho ão atalhara a nova da morte da Ifante Dona Johana que ElRey no fervor destas festas, e prazeres foy dada; a qual pareceo, e elle asi a tomou, que fora em tal tempo por pendenza de tam sobeja alegria como por este casamento tomara. ... E porem com

²⁹² *Idem.* p. 893.

²⁹³ RESENDE, Garcia. *Op. cit.* p. 61.

todo ho sentimento da morte da Ifante Dona Johana nã se leixou de prover per ElRey com muito cuidado, conselho, e dilligencia”.²⁹⁴

“ Estas e outras muito maiores festas se ordenavam cada vez em maior perfeição e maiores despesas, senão fora a morte da Infanta D. Joana irmã d’El –Rei, que então se finou no mosteiro de Jesu d’Aveiro, onde estava solteira sem casar, e falleceu em idede de trinta e seis annos...

E sentio El – Rei muito sua morte por ser em tão poucos dias, que não houve tempo para elle a poder ir ver e estar com ella em tal hora. Porque parecendo aos que com ella estavam que a doença não era de tanto perigo, o não fizeram saber a El – Rei, que por isso foi muito triste, ...”²⁹⁵

Realmente D. Joana, nos últimos meses de vida, padecia das doenças com que conviveu por anos, não alertando ninguém que dessa vez iria morrer.

Apesar de D. Joana ter manifestadamente declarado querer ser a mais humilde das religiosas, e de sua vida no Mosteiro ter servido de exemplo a todas as professas, parece-me, contudo, provado que se nunca o Mosteiro deixou de ver nela uma religiosa, acima de tudo, a via como a filha do Rei D. Afonso V e a irmã do Príncipe Perfeito, Princesa Jurada do Reino. Posso afirmar que até os seus últimos dias de vida, o encargo de “Princesa Jurada do Reino de Portugal” a assolava.

O seu próprio sepultamento comprova isto. Apesar de ter sido enterrada com o hábito dominicano, assim como queria, D. Joana teve um cortejo mais digno de uma

²⁹⁴ PIÑA, Rui. *Op. cit.* p. 967.

²⁹⁵ RESENDE, Garcia. *Op. cit.* p. 66.

Princesa do que de uma religiosa dominicana propriamente dito. Frei João Dias e todos os frades do Mosteiro da Misericórdia de Aveiro, juntamente com o bispo de Coimbra, Dom Jorge Almeida, e o bispo do Porto, Dom João de Azevedo, vieram a Ria para se despedir da Princesa.

Depois de fechado o caixão, o cortejo passou em procissão pelo pomar, calçada e claustro do Mosteiro até o coro de baixo. O pomar era um lugar que D. Joana muito apreciava, e no qual passava grande parte de seu tempo, cuidando e cultivando as flores. Quando seu corpo por lá passou, imediatamente as flores secaram e caíram, sem nenhuma explicação. Até as flores se ressentiram por tão grande perda²⁹⁶.

Não me prolongarei muito após a data de sua morte, somente a alguns fatos que não ultrapassam o limite desta pesquisa. Pois bem, nesse sentido, alguns fatos ocorridos pós-morte da Princesa se referem também a mensagens em sonhos enviadas por ela como providência. O primeiro sonho teria ocorrido oito dias após sua morte. Uma escrava sua, moribunda e à beira da morte, teria visto e conversado com a Infanta, mesmo esta não falando o português²⁹⁷.

A própria D. Violante, já muito idosa, pela segunda vez teria caído em um sono leve, no qual D. Joana dizia para não se preocupar e nem mais chorar por ela, pois estaria muito bem junto ao Senhor. Aliás, a distinção, melhor dizendo, as fronteiras, nunca são bem delimitadas entre uma visão clara e o sonho a se interpretar. Outra religiosa amiga sua, de nome Catarina da Silva, ao fazer suas orações de madrugada, viu, segundo nos é relatado, um grande clarão e D. Joana em meio a ele²⁹⁸.

²⁹⁶ Assim nos conta Margarida Pinheiro em seu *Memorial*. Cf. p. 291 – 292.

²⁹⁷ PINHEIRO, Margarida. p. 296 – 297.

²⁹⁸ *Idem*. p. 297 e 298.

E esses sonhos não ficaram somente no privado, mas também foram alvo do coletivo. É-nos narrado que algumas irmãs que se retiravam das orações para se dirigirem aos seus leitos, no mesmo momento sentiram um leve sono e viram todas na mesma hora, D. Joana. Esta teria dito que em breve sete religiosas do Mosteiro viriam a se encontrar com ela.

Esse é um fato interessante e curioso, pois realmente morreram sete religiosas em datas muito próximas: a 04 de março de 1491, Catarina Peres; a 7 de dezembro, Guiomar Velha; em janeiro de 1492, Margarida da Silva; em fevereiro, Violante Roiz; em julho de 1493, Joana de Siqueira; em fevereiro de 1494, Mícia Botelha, e em julho de 1495, Clara da Silva²⁹⁹. Mas devo deixar bem claro que a ‘anunciação’ feita nesse sonho coletivo, só foi divulgada depois do ocorrido.

Os motivos pelos quais a Princesa foi canonizada fogem do objetivo desta dissertação, mas é válido abordá-los mesmo que de forma narrativa. Logo após sua morte, não só as religiosas do Mosteiro de Jesus de Aveiro começaram a cultuá-la e venerá-la, como também um número considerável da população aveirense. Seus restos mortais, guardados em um sarcófago mais modesto, tiveram um destino mais apropriado a uma das mais ilustres Princesas portuguesas. Mudou-se somente o túmulo, pois sua localização ainda é a mesma onde a Princesa faleceu. Portanto, os restos mortais de D. Joana encontram-se no Museu de Aveiro, onde até hoje há peregrinações e cultuações à Santa, como pude perceber no trabalho de campo.

No século XVIII, D. Pedro II encomendou a João Antunes a construção de um jazido digno de uma família da dinastia de Avis, que foi feito em mármore de carrara,³⁰⁰ em estilo barroco:

TÚMULO

²⁹⁹ *Ibidem.* p. 299.

³⁰⁰ MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha. (1957). *Op. cit.* p. 43. Foi nessa ocasião de mudanças de túmulos que se tirou um maço de cabelo encontrado junto a seus restos mortais e que hoje se encontram no Museu. Cabelos realmente iguais que nos descreve Margarida Pinheiro, bem loiros. p. 65.

Esse túmulo foi construído logo depois de sua beatificação. Fato interessante: podemos visivelmente perceber a ostentação do jazido, e não era para menos, por tratar-se do túmulo de uma Princesa de Avis, que à época da construção estava em processo de canonização por causa de sua ligação com a ordem mendicante dominicana, em especial, com o Mosteiro feminino de Jesus de Aveiro.

Feito de cores variadas (mármore branco, róseo e escuro), o túmulo tem as armas portuguesas, o brasão da família de Avis e, por cima, o símbolo da realeza: a Coroa. As características de um jazido cristão ficam denotadas pelos anjos que servem de base, e que também estão na parte superior – estes, como é visível, sustentam todo o conjunto, e em baixo, entre eles, tem-se em cada um dos lados uma ave fênix, indicando o sentido de renascimento³⁰¹. Ao pé do túmulo nos dois lados, encontramos a inscrição *EX CINERE* (restos mortais).

A construção desse jazido, demorou de 1699 até 1711 para ficar pronto. É um trabalho típico de artistas portugueses, um singular monumento de mosaico de mármore policromos, ao gosto italiano, formando desenhos geométricos e emblemas sacros em suas diversas faces.

O primeiro processo para beatificação e canonização da filha de D. Afonso V foi iniciado pelo bispo de Coimbra, D. João Manuel (1625 – 1633). Nesse processo constam os 14 milagres atribuídos à D. Joana, sendo que destes, somente três não foram aceitos pela Santa Sé, por não se enquadrarem como tais e não serem comprovados³⁰².

³⁰¹ MENDONÇA, Maria. *Santas de Portugal – Esboço de agiografia nacional*. Lisboa: Typographia Editora, 1918. p. 143.

³⁰² NEVES, Francisco Ferreira. *O primeiro processo para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana – filha do rei D. Afonso V*. Aveiro: Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, 1958. e também em outra

D. Joana foi beatificada em 1693, e só em 1746 dá-se início, na Santa Sé, a seu processo de canonização. No processo é demonstrado o desinteresse da Santa Sé, por motivos de desavenças entre ela e o governo português. Em 1834, com a extinção das ordens religiosas decretada pelo governo português, o processo de canonização de D. Joana, assim como outros religiosos são colocados de lado³⁰³.

Depois, D. Domingos da Apresentação Fernandes dá um novo impulso ao culto da Princesa. Retoma-se o processo de canonização, ao qual só vai ser dado o último veredicto, em 05 de janeiro de 1965, quando ela é oficialmente declarada Santa e Padroeira da Diocese de Aveiro, ato realizado pelo Papa Paulo VI³⁰⁴.

Em 1874, faleceu a última dominicana do Mosteiro de Jesus de Aveiro e este é extinto. Para ser mais precisa, no dia 02 de março de 1874, deixou de existir um mosteiro que durou 409 anos³⁰⁵. Em seu lugar, existe a fundação do Colégio de Santa Joana, que foi igualmente extinto por meio de um decreto no qual se proibia a educação dirigida por ordens religiosas³⁰⁶. Em 1910, o local - onde primeiramente existiu uma casa das primeiras religiosas do século XIV, posteriormente transformada em Mosteiro no século XV, e depois em Colégio no século XIX - tem seu último fim como Museu³⁰⁷ da mais ilustre figura da cidade: a Princesa Santa Joana. Todo ano é comemorado, no dia 12 de maio, a festa da Padroeira de Aveiro.

obra do mesmo autor – *O processo informativo de 1687 para a beatificação ne canonização da Princesa Santa Joana – filha do rei D. Afonso V.* Aveiro: Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, 1959.

³⁰³ MENDONÇA, Maria. *Op. cit.* p. 133.

³⁰⁴ MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha. *Princesa Santa Joana – Do senhorio temporal da vila ao padroado espiritual da cidade e da diocese de Aveiro.* Aveiro: Coimbra Editora, 1966. p. 18.

³⁰⁵ NEVES, Francisco Ferreira. *Op. cit.* p. 22.

³⁰⁶ MENDONÇA, Maria. *Op. cit.* p. 133.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biografia da Princesa Infanta Santa Joana possibilitou o estudo dos limites e contradições de uma mulher, a princesa portuguesa do século XV. A problemática central desta pesquisa foi compor o quadro pessoal e social dessa Princesa e compreender suas resistências e suas escolhas no interior dos limites impostos a uma Princesa Infanta no referido período.

A proposta foi, então, analisar a trajetória de uma mulher que se negou e rejeitou, de uma forma ou de outra, um destino pré-traçado. Como Princesa Jurada do Reino Português, deveria, se fosse seguir os padrões da época, aceitar pacificamente seu papel de esposa de um príncipe de outras linhagens dos reinos europeus. Escolheu viver como pretendente a monja dominicana, no Mosteiro de Jesus de Aveiro. Os motivos que levaram-na a tal escolha formaram o fio condutor de minha reflexão.

Não que a mulher tivesse, durante a Idade Média, muitas opções. Para as fidalgas só existiam duas: o casamento ou a religião. À D. Joana, devido à sua condição de Princesa Jurada, não restaram muitas escolhas: esta deveria aceitar sua condição de esposa – opção, portanto, restrita.

Mas o que a levou a mudar seu destino? Vários pontos foram abordados para, pelo menos, se tentar entender não só o contexto, mas a dinâmica tanto da própria formação como também do meio cortesão em que a Princesa circulou. Tentei fazer uma pesquisa histórica do perfil de D. Joana, buscando perceber a construção de sua memória no plano régio e no plano religioso.

³⁰⁷ GASPAR, João Gonçalves. *Op. cit.* p. 293 – 294.

O texto de Margarida Pinheiro, a fonte mais densamente utilizada, constitui-se de uma construção de uma memória oficial religiosa de D. Joana, de uma memória induzida de uma Princesa, benfeitora de um mosteiro. Assim, não deixa de ser uma construção de uma memória religiosa cristã: a associação entre a morte e a memória adquire, com efeito e rapidamente, uma enorme difusão no cristianismo³⁰⁸. O *Memorial* foi escrito logo após a morte da Infanta. Como contraponto busquei outras fontes, as Crônicas Régias de Rui de Piña, Garcia de Resende e Damião de Góis, que foram confrontadas entre si e com o *Memorial*. A partir desse tipo de análise cheguei a alguns pontos.

Parti do primeiro espaço que Joana viveu: o meio familiar e a corte. Foi, afinal, no círculo familiar onde primeiro a localizamos³⁰⁹. D. Joana viveu suas duas primeiras décadas de vida muito mais como uma Rainha do que como uma Princesa. Herdou a Casa de sua mãe, a rainha D. Isabel, com apenas três anos de idade. Foi criada pelas mais nobres damas de Portugal, recebeu o mais alto grau de educação, em um ambiente cortesão culto e cheio de preocupações com o seu aperfeiçoamento intelectual.

Foi sempre criada como Princesa Jurada, futura esposa de um pretendente, a ser escolhido pelo pai e/ou irmão. Sua fonte iconográfica (seu retrato oficial) viajou por quase toda Europa, comprovando que a Princesa Jurada Portuguesa do fim do século XV estava à disposição de um casamento.

³⁰⁸ GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p. 447.

Várias alianças políticas, via matrimônio, foram-lhe propostas e devido à morte de todos os pretendentes, não se efetivaram. Seria por causa das mortes dos pretendentes ou por que não era de sua vontade, que seu casamento não se realizou? Acredito que todo um somatório de elementos devem ser considerados, sem nos deixar levar pela parte mística da fonte.

Dentro da corte de Avis, que também pode ser caracterizada pela tradição (que seus reis faziam tanta questão de manter) e ostentação, D. Joana nasceu e cresceu. Festas e saraus eram promovidos constantemente por D. Afonso. Isso quando o Rei se encontrava em Portugal. Muito tempo de sua vida ele dedicou às conquistas na África o que o levou a ficar longe do Reino por diversas vezes. D. João sempre acompanhava o pai nessas viagens.

D. Joana então ficava sem a vigilância constante de seus responsáveis: pai e irmão estavam quase sempre ausentes. A mulher precisa, segundo a concepção eclesiástica medieval, que se tenha com ela cautela e cuidados para que não desonre a família.

Os três cronistas régios já citados utilizam-se deste fato como argumento principal para julgar a Infanta: esta por motivos de falta de vigilância, fazia uso abusivo e gastos desnecessários do erário real com festas na corte. Até o episódio do sapato de Duarte da Sousa é colocado pelos cronistas como prova da natureza fraca da Princesa. Se são ou não verossímeis tais fatos não posso saber, pois estaria aqui fazendo um julgamento sem ter os mínimos elementos necessários para tal. Levanto, portanto, algumas hipóteses plausíveis.

³⁰⁹ BRUNER, Jerome e WEISSER, Susan. *A invenção do ser: a autobiografia e suas formas*. São Paulo: Ática, 1995. p. 153.

Mas, por outro lado, dentro dessa corte havia também toda uma tradição religiosa cristã, tão comum entre as famílias reais de toda a Europa Ocidental. Aliás, o poder temporal e o religioso estão imbricadamente ligados, na época medievo. Podemos perceber essa característica em Portugal, o que é importante aqui para este trabalho, a influência das ordens mendicantes dentro da corte. Dominicanos e franciscanos exerciam seu poder de articulação por meio das funções de confessores e conselheiros da família real. E não só pela retidão de seu comportamento (e por isso causavam grande simpatia não só a nobres, mas principalmente à maior parte da população, que se viam neles) como também pela sua grande articulação política com a Santa Sé.

Seguindo a religiosidade da época, D. Joana sempre esteve em contato com essas ordens mendicantes, em especial com a dominicana, que circulavam em meio ao ambiente cortesão.

As mulheres aparecem menos na história da espiritualidade. No entanto, são as mais numerosas e assíduas na escola vivida da oração³¹⁰. D. Joana exercia sua espiritualidade de forma discreta e as orações, os atos de caridade e a penitência eram suas práticas comuns, também usuais a várias outras Princesas do mesmo período – nada que nos possa causar espanto e/ou admiração.

Devido à saúde debilitada do irmão varão, a sucessão do Reino (apesar de ser nesse caso, via feminina) nunca foi descartada pelos “homens bons” de Portugal, em especial de Lisboa.

³¹⁰ JOSAPHAT, Carlos. *As santas doutoras – espiritualidade e emancipação da mulher*. São Paulo: Paulinas, 1999. p. 11.

Alguns elementos que foram levantados no decorrer deste trabalho levam-me a pensar que D. Joana sempre insistiu pela opção religiosa. Esta era a sua vontade. Primeiramente, porque o mais fácil para uma Princesa Jurada seria aceitar um pretendente imposto. E vários lhe foram propostos. Não seguiu, contudo - devido a motivos que ainda me fogem a uma compreensão mais ampla -, o caminho mais fácil, para não dizer o mais cômodo.

Assim que entra para o Mosteiro de Odivelas é retaliada com o protesto dos nobres que se encontravam ali bem perto, em Lisboa. Outro protesto foi feito assim que ela tomou o hábito dominicano, em 1475, em Aveiro. Não era necessário que a Princesa professasse, se seu verdadeiro intuito não fosse o religioso, e mesmo logo depois de desobrigada do hábito continuou no Mosteiro de Jesus de Aveiro. Nem depois em 1481, por ocasião da morte de seu pai, ela se retirou do Mosteiro.

Como ressalto neste trabalho, a construção da figura política de Princesa nunca foi dissociada da imagem religiosa de D. Joana. Vários fatos vêm comprovar essa afirmação. Já no seu primeiro dia em Aveiro não foi tratada como mais uma dama que chegava na cidade para entrar em clausura. Com ela estava toda a comitiva real e tanto a Madre Brites como a população aveirense a receberam de forma especial, juntamente com seu pai, o Rei, e seu irmão, o Príncipe.

A primeira providência que se tomou para acomodá-la foi a compra de casas e do pomar ao lado do Mosteiro, para a construção e edificação de aposentos mais apropriados à filha do Rei. Afinal, D. Joana saiu do paço de São Cristóvão e entrou para um pequeno mosteiro feminino mendicante.

Dentro das paredes do Mosteiro, D. Joana exercia como Princesa decisões próprias de sua condição. Escolha de cargos, desembarque de navios e outros problemas das mais variadas espécies eram resolvidos por ela em Aveiro. Posso afirmar isso pela existência das cartas assinadas pela Infanta. No aspecto econômico, ela veio implementar e dar um fôlego significativo para a vida do Mosteiro e de suas religiosas. Implementou materialmente o Mosteiro também com livros. Nesse sentido podemos até ver aqui uma extensão da própria dinastia de Avis – a preocupação com a cultura.

Nem mesmo no dia-a-dia das religiosas, D. Joana se comportava como tal. Era indubitavelmente tratada de forma diferente, não seguia à risca o estatuto da Ordem. Na Regra de Santo Agostinho era expressamente proibido, para a parte feminina que seguia esse estatuto, o contato com pessoas de fora da clausura. Não era também permitido que se tivesse qualquer comportamento que colocasse em dúvida a honra das religiosas, e cartas e/ou outras formas de contato com o exterior das paredes do Mosteiro também eram proibidos. D. Joana constantemente recebia visitas e estas eram masculinas, mesmo que fossem seu pai, seu irmão ou outros religiosos. Fora das paredes do claustro só poderiam sair as religiosas comuns, em caso de perigo de morte eminente (incêndios, por exemplo). Só para tentar escapar da Peste, D. Joana viu-se obrigada a sair de Aveiro por várias vezes. E não foi sozinha, levou consigo as religiosas de sua escolha. Isso demonstra os privilégios inerentes à condição de Princesa, mesmo que vivendo num mosteiro mendicante.

A ordem mendicante dominicana tem como principal característica a humildade. O trabalho manual enobrece a alma e entorpece o corpo evitando devaneios da alma. Assim, os dominicanos o consideravam. D. Joana, Princesa Jurada, mesmo vivendo por tantos anos como religiosa dominicana, não exercia os mesmos ofícios que as outras irmãs de fé. Apesar de Margarida Pinheiro querer assim colocar, fica difícil acreditar em tal

hipótese. Tal dama da realeza não exerceria os trabalhos manuais do Mosteiro. A própria fonte mencionada, deixa, por vezes, escapar que servidores e escravos nunca deixaram de acompanhar a Princesa. Até mesmo pelo seu testamento, escrito e assinado de próprio punho, D. Joana se refere a seus escravos.

Percebe-se com esta análise, que o Mosteiro de Jesus de Aveiro pode ser visto como uma extensão da corte de Avis, pois a mudança de comportamento, no que verifiquei em sua prática e seu quotidiano, pouco ou quase nada mudou. O ambiente se modifica, mas, dentro do Mosteiro, D. Joana desenvolve, de forma muito semelhante, seu modo de viver de princesa.

Não posso deixar de colocar que, devido à sua condição de Princesa Jurada que se decide por uma Ordem Mendicante, D. Joana será vista como uma religiosa fervorosa. A maior parte de sua bibliografia a coloca mesmo como uma mártir, o que não verdadeiro. Ela não foi mártir, pois não morreu assassinada em defesa da fé. Não é para menos – quem escreve sobre ela são, em sua maioria, religiosos e religiosas da própria ordem dominicana.

Canonizada cinco séculos depois, a Princesa Infanta Santa Joana tem um significado, hoje, fundamental para a vida econômica da cidade de Aveiro, bem como de toda a região. Seu culto e a visita ao seu túmulo sustentam o turismo religioso do local. Também nos foge aqui a proposta de analisar por que uma canonização tão tardia. Há nessa análise muitos aspectos dos quais não tenho conhecimento. Elementos que ainda poderão, futuramente, ser trabalhados em uma outra pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Luís de. Comentário. In: *Crônica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. p. 158 – 161.
- ALMEIDA, André Ferrand de. As misericórdias. IN: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Terceiro Volume – No alvorecer da modernidade (1480 – 1620). Editorial Estampa, 1993. p. 185-186.
- ALMEIDA, Fortunato. *História da Igreja em Portugal*. Vol. I. Porto: Portucalense Editora.
- BARBIERI, M. Mateus Pisano. IN: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993
- BAZIN, Germain. *História da história da arte*. Trad. Antônio de Padua Danesi. 1^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 14 – 15.
- BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média*. Trad. Maria da Luz Veloso. Edições 70: Lisboa, 1983.
- BRUNER, Jerome e WEISSER, Susan. *A invenção do ser: a autobiografia e suas formas*. São Paulo: Ática, 1995.
- BURKE, Peter. *As Fortunas d'O cortesão*. Trad. Alvaro Hattnher. São Paulo: EDUNESP, 1997.
- CANEDO, Fernando de Castro da Silva. *A descendência portuguesa de El – Rei D. João II*. Lisboa: Gama, 1945. v. 1.
- COMBY, Jean. *Para ler a História da Igreja*. Trad. Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1996.
- CORREIA, Fernando da Silva. *A causa da morte da Infanta Santa Joana (uma história clínica do séc. XV)* Separata. no. 23 – 24. Ano LX, 1942. Lisboa: Imprensa Médica. p.03-50.
- DÍAZ de BUSTAMANTE, J. M. Traduções. IN: LANCIANI, Giulia & TAVANI, Giuseppe (Orgs). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.
- DUBY, Georges. e PERROT, Michelle (Orgs.). *As mulheres nas estratégias familiares e sociais*. Trad. Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1994.

- GASPAR, João Gonçalves. *A Princesa Santa Joana e a sua época (1452 – 1490)*. 2^a ed. Aveiro: Ed. Edilidade Aveirense, 1988.
- GOMES, Marques. D. *Joana de Portugal (A Princeza Santa)*. Aveiro: Imprensa Commercial, 1879
- GOMES, Saul A. e SOUSA, Cristina M. A. de Pina e. *Intimidade e encanto*. O mosteiro cisterciense de Sta. Maria de Cós. Leiria: Magno / Ministério da cultura/ Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1998.
- GOMES, Saul Antônio. *As Ordens mendicantes na Coimbra Medieval*. Lusitana Sacra, 2^a. série, Tomo X, 1998. p.149 – 215.
- GOMES, Rita. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- GINZBURG, Carlo. *A micro – história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GUERREAU, Alain. *O feudalismo – um horizonte teórico*. Trad. Antônio J. p. Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1980.
- HESPANHA, Antônio Manuel. *História das Instituições – Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.
- HINNEBUSH, William A. *Breve História da Ordem dos Pregadores*. Trad. Frei Constantine Mamo. Curitiba: Editorial O.P.E., 1982.
- <http://www14.brinkster.com/paineis/main.html>. acessado em 10 de agosto de 2003.
- <http://www14.brinkster.com/paineis/pedrov.html>. acessado em 10 de agosto de 2003.
- <http://www.terravista.pt/bilene/2548/celeb.htm>. acessado em 11 de agosto de 2003
- JANSON, Anthony F. *Iniciação à História da Arte*. Trad. Jefferson Luiz C. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- JOSAPHAT, Carlos. *As santas doutoras – espiritualidade e emancipação da mulher*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- LAPA, Albino. *A questão dos painéis*. Lisboa: Revista Brasões e Genealogias, 1928.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Trad. Manuel Ruas. Lisboa:Estampa, 1994.
- _____. *São Luís*. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- _____ & SCHIMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Trad. Hilário Franco Jr. Vol. 02. São Paulo: EDUSC.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. IN: *Usos e abusos da História Oral*. 2^a ed. Fundação Getúlio Vargas. p. 167 – 182.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 1992.

MADAHIL, Antônio Gomes da Rocha (Org.). *Cartas da Infanta Santa Joana e documentos avulsos dos arquivos portugueses a ela respeitantes*. Aveiro: Oficinas gráficas da Coimbra Editora, 1961. Separata do vol. XXVII do Arquivo do Distrito de Aveiro. p. 05 – 66.

_____. *Iconografia da Infanta Santa Joana*. Aveiro: Ed. Coimbra, 1957.

_____. *Princesa Santa Joana – Do senhorio temporal da vila ao padroado espiritual da cidade e da diocese de Aveiro*. Aveiro: Ed. Coimbra, 1966.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Presença, 1960.

_____. & SERRÃO, Joel. (dir.) *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV. Lisboa: Presença, 1986.

MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal. No alvorecer da modernidade (1480 – 1620)*. Lisboa: Estampa, 1989.

_____. Estratégias da pregação no século XIII. IN: *Fragmentos de uma composição medieval*. ANTT. CR, S. domingos de Santarém, m.1, no.2, trad. do latim por João Daniel Lourenço (Fac. de Letras de Lisboa). Lisboa: Estampa, 1987. p. 191 – 202.

MENDONÇA, Manoela. *D. João II – um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1991.

MENDONÇA, Maria. *Santas de Portugal – Esboço de hagiografia nacional*. Lisboa: Typographia – A editora, 1918.

MOLLAT, Michel. *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORENO, Humberto B. *O casamento no contexto da sociedade medieval portuguesa*. Separata da Revista *Bracara Augusta*. Tomo XXXIII. Fasc. 75 – 76. Jan. – Dez. de 1979. p. 03 – 31.

NEVES, Francisco Ferreira (Org.). *A fundação do Convento de Jesus de Aveiro*. Aveiro: Oficinas gráficas da Coimbra Editora, 1958

_____. *A casa e ducado de Aveiro – sua origem, evolução e extinção*. Aveiro: Oficinas de Coimbra Editora, 1972.

_____. *O primeiro processo para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana – filha do rei D. Afonso V.* Aveiro: Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, 1958.

_____. *O processo informativo de 1687 para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana – filha do rei D. Afonso V.* Aveiro: Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, 1959.

ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. IN: DUBY, Georges. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1989.

PARISSE, Michel. As freiras. IN: ZUBER, Cristiane Klapisch (dir.). *A Idade Média*. Trad. Ana L. Ramalho, Vol. 02. Porto: Afrontamentos, 1990. p. 185-223.

PERNOUD, Régine. *Idade Média – o que não nos ensinaram*. Trad. Maurício Brett Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1994.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. São Paulo: Vértice, 1989.

ROSA, Maria de Lurdes. A Santidade no Portugal Medieval. In: *Lusitana Sacra – A historiografia religiosa medieval hoje: temas e problemas*. Lisboa: Sersilito – Empresa Gráfica. 2ª. série. Tomo XIII – XIV. p. 404 – 450.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. IN: FIGUEIREDO, J. & MORAES, M. (Orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. p. 193 – 200.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. *O convento de Jesus de Aveiro e os pobres (1453 – 1910)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1974.

SARAIVA, Antônio José. Os dominicanos. IN: *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 86.

_____. *História da cultura em Portugal*. Lisboa: Jornal do Foro, 1950. Vol. 01.

_____. *História da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Publicações Europa – América, 1949.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias: historiadores e jornalistas: aproximações e afastamento. In: *Estudos Históricos*, vol. 10, no. 19, 1997. p. 03 – 21.

SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1965.

SOUSA, Luís de. *História de São Domingos*. 2^a ed. Porto: Lello, 1977.

SOUTO, Alberto. *O retrato da Princesa –Infanta Santa Joana em traje de corte e o grande enigma do Painéis chamados de São Vicente*. Coimbra: Oficinas Gráficas da Coimbra Editora, 1958.

SOUTO, Dulce Alves. *Estudo da carta de doação da Princesa Infanta Santa Joana ao Mosteiro de Jesus de Aveiro em 1479*. Aveiro: Museu Regional de Aveiro, 1955.

VILLOSLADA, Ricardo Garcia. *Historia de la Iglesia Católica*. Tomo II. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1953.

ZUBER, Christiane Klapisch. A mulher e a família. IN: LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Trad. Maria Jorge V. de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1989. p. 193 – 208.

FONTES IMPRESSAS

AGOSTINHO, Santo. *Regra de Santo Agostinho*. Trad. Irmã Nicolina Hendges, F.D.C. Fortaleza: Instituto Rainha da Paz, 1982.

_____. Libro de lãs Constituciones de los hermanos de la Orden de San Agustín. Madrid: Editorial O.P.E., 1973.

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438 – 1489)*. Códice 443 da coleção pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

Constituçoens das freyras do bem auenturado nosso padre Sam Domingos da Ordem dos Pregadores. IN: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. (Org.). Crônica da Fundação. In: *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Vol II/2. Lisboa: Companhia de diamantes de Angola, 1967. p. 411 – 420.

GÓIS, Damião. *Chronica do Príncipe Dom Ioam*. 1567.

PIÑA, Rui de. *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V e D. João II*. Porto: Lello, 1977.

PINHEIRO, Margarida. In: SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos. (Org.). Crônica da Fundação. In: *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Vol II/2. Lisboa: Companhia de diamantes de Angola, 1967.

RESENDE, Garcia de. *Chronica El-Rei D. João II*. Lisboa: Bibliotheca de Clássicos Portuguezes. Vol. XXXII, 1902.

